PROTOCOLO GERAL
NUP: 64411.003711/2022-09

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

PREGÃO ELETRÔNICO

SRP Nº 17/2022
UG: 160022

VOLUME II

4ª SEÇÃO – 21ª Cia Eng Cnst

INTERESSADO: 21ª Companhia de Engenharia de Construção

ASSUNTO: SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, CANCELAMENTO DE PASSAGEM, REEMBOLSO E REPASSE DE PASSAGEM AÉREA PARA A 21ª CIA E CNST.

RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO DO PROCESSO: 2º SGT NILSON - SALC
ADESÃO (CARONA): PERMITIDA
UASG PARTICIPANTE NA IRP Nº 29/2022:
- UASG: 160463 – 2º BLog
- UASG: 250110 - Coordenação de Saúde Indígena
- UASG: 160021 - Parque Regional de Manutenção 12
- UASG: 160445 - Hospital da Guarnição de Florianópolis

VALOR TOTAL: 11.150.606,19 (Onze milhões, cento e cinquenta mil, seiscentos e seis reais e dezenove centavos)

ANEXOS: CONFORME ÍNDICE.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
01. SETOR REQUISITANTE-S4 – BI 130/2022	01	08	2022	14.			
02. SALC	28	07	2022	15.			
03. ENVIO AGU	26	08	2022	16.			
04. RETORNO AGU				17.			
05. ABERTURA DA SESSÃO PREGÃO				18.			
06. FECHAMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO				19.			
07. CONFORMIDADE				20.			
08.				21.			

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº º 64411.003711/2022-09
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2022 – 21ª Cia E Cnst
ÍNDICE DE DOCUMENTOS
VOLUME II

D O C U M E N T O S	FOLHA
- Termo de Abertura do Volume II	188
- Quadro da IRP nº 29/2022 – UASG: 160022 – Órgão Gerenciador	189-191
- Resumo da manifestação de Interesse da UASG: 160445 na IRP nº 29/2022	192-193
- Requisição da UASG: 160445 na IRP nº 29/2022	194-195
- DFD da UASG: 160445 na IRP nº 29/2022	196
- ETP da UASG: 160445 na IRP nº 29/2022	197-200
- Mapa de Risco da UASG: 160445 na IRP nº 29/2022	201-206
- Termo de Justificativa	207
- TR da UASG: 160445 na IRP nº 29/2022	208-230
- Resumo da manifestação de Interesse da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022	231-232
- Requisição da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022	233-234
- DFD da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022	235
- ETP da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022	236-240
- Mapa de Risco da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022	241-245
- TR da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022	246-268
- Termo de justificativa da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022	269
- Memória de cálculo da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022	270
- Resumo da manifestação de Interesse da UASG: 250110 na IRP nº 29/2022	271-272
~~- Requisição da UASG: 250110 na IRP nº 29/2022~~	-
~~- DFD da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022~~	-
- ETP da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022	273-291
~~- Mapa de Risco da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022~~	-
- TR da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022	292-330
- Mapa comparativo de preço da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022	331-350
- Pesquisa de preço da UASG: 160021 na IRP nº 29/2022	351-380
- Resumo da manifestação de Interesse da UASG: 160445 na IRP nº 29/2022	381-382
- Requisição da UASG: 160463 na IRP nº 29/2022	383-384
- DFD da UASG: 160463 na IRP nº 29/2022	385
- ETP da UASG: 160463 na IRP nº 29/2022	386-390
- Mapa de Risco da UASG: 160463 na IRP nº 29/2022	391-395
- TR da UASG: 160463 na IRP nº 29/2022	396-418
- Termo de justificativa da UASG: 160463 na IRP nº 29/2022	419
- Certidão Migração SAPIENS	420
- Lista de Verificação (Serviço Não Continuado)	421-428
- Ofício n° **08 /2022** – SALC/21ª Cia E Cnst - NUP: **64411.003711/2022-09**	431

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 188
RUBRICA
21ª Companhia de Engenharia de Construção

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2022 – 21ª Cia E Cnst – UASG: 160022
(CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO)
NUP: 64411.003711/2022-09

Aos **vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois**, procedi à abertura deste **Volume nº II do processo nº 64411.003711/2022-09** que se inicia com a folha nº 188, para constar, subscrevo e assino.

NILSON BASILIO SOARES JUNIOR – 2º SGT
Agente da Administração-SALC da 21ª Cia E Cnst

Gestor de Compras | IRP | Manifestar Interesse | Analisar IRP | Quadro de IRP

Ambiente: PRODUÇÃO

Quadro de IRP - Detalhes do Item da IRP

22/08/2022 15:10:20

Órgão da UASG
52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Gerenciadora
160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Nº da IRP
160022 - 00029/2022

Situação da IRP
Encerrada

Gestor de Compras Responsável
WILSON ALEXANDRE DAMACENO DE SOUZA

Data Provável da Licitação
05/09/2022

Data de Confirmação da Participação
19/08/2022

Objeto
Eventual contratação de serviços de agenciamento de viagens. Compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos.

Eventos da IRP

Evento	Data/Hora do Registro	Alterado Por
A data limite para envio das manifestações dos itens foi prorrogada para 15/08/2022. justificativa: Possibilitar outros órgãos a participar do processo licitatório.	11/08/2022 - 16:37	WILSON ALEXANDRE DAMACENO DE SOUZA

Alterações de Fase da IRP

Fase	Data/Hora do Registro	Alterado Por
Edição	28/07/2022 - 16:12	WILSON ALEXANDRE DAMACENO DE SOUZA
Aberta	01/08/2022 - 12:06	WILSON ALEXANDRE DAMACENO DE SOUZA
Análise/Negociação	16/08/2022 - 01:00	SISTEMA
Confirmação	17/08/2022 - 11:33	WILSON ALEXANDRE DAMACENO DE SOUZA
Encerrada	20/08/2022 - 02:00	SISTEMA

Manifestações de Interesse da IRP

Órgão da UASG	UASG	Gestor de Compras Interessado	Município/UF	Ações
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160445 - HOSPITAL DA GUARNICAO DE FLORIANOPOLIS	SAVENI PAZINI	Florianópolis/SC	Visualizar Resumo
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160021 - PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/12/MEX/AM	DANIEL AZEVEDO ROSA	Manaus/AM	Visualizar Resumo
36000 - MINISTERIO DA SAUDE	250110 - COORDENAÇÃO GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	KRISHNA OLIVIA VIEIRA DE MELO	BRASÍLIA/DF	Visualizar Resumo
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160463 - 2 BATALHAO LOGISTICO	GABRIEL MAGALHAES PEREIRA	Campinas/SP	Visualizar Resumo

4 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Itens da IRP

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Data Limite para Envio de Proposta	Situação
1	Serviço	25828-Contratação de passagem aérea junto a companhia credenciada	15/08/2022	Encerrada
2	Serviço	25828-Contratação de passagem aérea junto a companhia credenciada	15/08/2022	Encerrada

2 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Resumo da IRP

Solução SERPRO

Resumo da IRP

Órgão da UASG	UASG Gerenciadora	Nº da IRP
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CO	160022 - 00029/2022

Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Data Provável da Licitação	Prazo Estimado de Validade da Ata	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
Pregão Eletrônico	Menor Preço	05/09/2022	12	Não	Sim

Objeto

Eventual contratação de serviços de agenciamento de viagens. Compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos.

Gestor de Compras

Gestor de Compras Responsável

Nome	CPF
WILSON ALEXANDRE DAMACENO DE SOUZA	584.712.601-82

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail
97 34711188		21cia.salc@gmail.com.br

Gestor de Compras Substituto

Nome	CPF

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail

UASG Gerenciadora

UASG Gerenciadora	Órgão da UASG
160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRU	52121 - COMANDO DO EXERCITO

Logradouro	Número	Complemento
AREA CAP. NOBUO OBA, S/N - BAIRRO CACHOEIRINHA		

Bairro	Município	CEP
	São Gabriel da Cachoeira/AM	69750000

Itens da IRP

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
1	Serviço	25828-Contratação de passagem aérea junto a companhia credenciada	Unidade	Menor Preço	1,0000	160021 - PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/12 /MEX/AM	Manaus/AM	40
						160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	São Gabriel da Cachoeira/AM	400
						160445 - HOSPITAL DA GUARNICAO DE FLORIANOPOLIS	Florianópolis/SC	20

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
						160463 - 2 BATALHAO LOGISTICO	Campinas/SP	400
						250110 - COORDENAÇÃO GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	BRASÍLIA/DF	7873
2	Serviço	25828- Contratação de passagem aérea junto a companhia credenciada	Unidade	Menor Preço	1,0000	160021 - PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/12 /MEX/AM	Manaus/AM	55000
						160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	São Gabriel da Cachoeira/AM	300000
						160445 - HOSPITAL DA GUARNICAO DE FLORIANOPOLIS	Florianópolis/SC	20000
						160463 - 2 BATALHAO LOGISTICO	Campinas/SP	30000
						250110 - COORDENAÇÃO GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	BRASÍLIA/DF	10744510

2 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Adicional

Observação

Anexo(s)

Arquivo	Anexado em
1. Modelo_ETP.doc	01/08/2022
2. Modelo_DFD.doc	01/08/2022
3. Modelo_justificativa da contratação.doc	01/08/2022
4. Modelo_TR.doc	01/08/2022
5. Modelo_DIFx Requisitório.doc	01/08/2022

Fechar

Resumo da Manifestação de Interesse

Órgão da UASG	UASG Gerenciadora	Nº da IRP
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CO	160022 - 00029/2022

Situação da IRP	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Data Provável da Licitação	Prazo Estimado de Validade da Ata
Encerrada	Pregão Eletrônico	Menor Preço	05/09/2022	12 meses

Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
Não	Sim

Objeto

Eventual contratação de serviços de agenciamento de viagens. Compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos.

Motivo para Adesão ao Processo de Contratação por SRP

A aquisição é justificada, tendo em vista a necessidade de eventual contratação de serviços de agenciamento de viagens, visando o deslocamento de militares do Hospital de Guarnição de Florianópolis para demais Guarnições.

Gestor de Compras

Gestor de Compras Interessado

Nome	CPF
SAVENI PAZINI	000.658.150-17

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail
55 99020666		saveni_pazini@hotmail.com

Gestor de Compras Substituto

Nome	CPF

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail

UASG Interessada

Órgão da UASG Interessada	UASG Interessada
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160445 - HOSPITAL DA GUARNICAO DE FLORIANOPOLIS

Logradouro	Número	Complemento
RUA SILVA JARDIM NR 441		

Bairro	Município/UF	CEP
	Florianópolis/SC	88020200

Itens Propostos

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Estimado (R$)	Município/UF de Entrega - Quantidade		Situação
1	Serviço	25828-Contratação de passagem aérea junto a companhia credenciada	Unidade	1,0000	Florianópolis/SC	20	Aceita
2	Serviço	25828-Contratação de passagem aérea junto a companhia credenciada	Unidade	1,0000	Florianópolis/SC	20000	Aceita

2 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Adicional

Observação

Anexo(s)

Arquivo	Anexado em
1_ETP_assinado_assinado.pdf	10/08/2022
2_DFD_assinado.pdf	10/08/2022
3_Justificativa da contratação.pdf	10/08/2022
4_TR_assinado.pdf	10/08/2022
5_DIEx_Requisitorio_assinado.pdf	10/08/2022

Fechar

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE FLORIANÓPOLIS
(Hospital Cidade do Desterro)

DIEx Requisitório Nº 75-SM/Div Ap Adm/HGuFl
NUP: 64589.006295/2022-61

Florianópolis/SC, 08 de agosto de 2022.

Do: Ten Cel Med SÁVIO REDER DE SOUZA
Ao Sr: Ten Cel Eng RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO

Assunto: Pregão eletrônico para Contratação de passagem aérea

Anexo:- 01 (um) Estudo Técnico Preliminar;
- 01 (um) Formalização de Demanda;
- 01 (um) Termo de Referência; e
- 01 (um) Justificativa da contratação.

Nos termos do art. 13 da IG 12-02, solicito-vos abertura do processo administrativo de participação em Pregão Eletrônico, gerenciado pela 21ª Companhia de Engenharia de Construção para de aquisição de passagem aérea, visando atender às necessidades do Hospital de Guarnição de Florianópolis a fim de suprir as demandas de deslocamentos de militares envolvidos no apoios em missões, deslocamentos para capacitação e aperfeiçoamento de militares em outras Organizações Militares e viagens para reuniões, conforme as especificações constantes na documentação anexa.

Florianópolis/SC, 08 de agosto de 2022.

gov.br Documento assinado digitalmente
SAVENI PAZINI
Data: 08/08/2022 16:21:40-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

SAVENI PAZINI – **2º Ten**
Enc do Setor de Material

"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
SOBERANIA E LIBERDADE"

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Com relação aos Anexos deste requisitório, estes descrevem com clareza e objetividade todas as especificações dos serviços envolvidos, dos procedimentos corretos e adequados, da apreciação sobre a qualidade dos mesmos. Pelos dados informados o detalhamento dos serviços descritos no termo de referência estão adequados, possuindo todas as informações pertinentes e transmitindo a quem for do ramo, uma visão clara, transparente e objetiva do que precisa ser fornecido, ficando afastado qualquer predominância de complexidade do objeto em questão.

2. Portanto, **conforme inciso II, do art. 9º, do Decreto nº 5.450/05**, concluo, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público, que o Termo de Referência está devidamente adequado para atender a necessidade da Administração.

3. O serviço em questão, trata-se da aquisição de contratação de prestação de serviços de passagem aérea de pessoal, fundamentado pelo §1º, do art. 2º, §1º, do art. 4º, inciso III do art. 8º e inciso V, do art. 30, todos do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, portanto, autorizo o início dos procedimentos licitatórios e determino abertura do processo correspondente.

Florianópolis/SC, 08 de agosto de 2022.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
SAVIO REDER DE SOUZA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

SÁVIO REDER DE SOUZA – Ten Cel
Ordenador de Despesas do HGuFl

196

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE FLORIANÓPOLIS	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Setor de Material	
Responsável pela Demanda: 2º Ten Saveni	**Matrícula/SIAPE: Não é o caso**
E-mail: almoxhgu@hotmail.com	**Telefone:** (48) 3205-4316

1. Justificativa da necessidade da aquisição, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

O Hospital de Guarnição de Florianópolis buscando atender os instrumentos legais, os princípios da Administração Pública, a saber: economicidade, da eficiência, da eficácia e da celeridade processual, dentre outros, faz latente que a contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SRP) na modalidade de Pregão em sua forma eletrônica. A aquisição dos serviços tem a finalidade possibilitar o deslocamento dos militares deste nosocômio para outras Guarnições onde serão executadas as missões bem como realizar cursos e/ou aperfeiçoamentos.

2. Quantidade de material a ser adquirido

A demanda inicial é baseada na quantidade de missões existente nesta OMS. Tal demanda está evidenciada no Termo de Referência anexo ao processo.

3. Previsão de data em que deve ser iniciado a aquisição do material

A previsão de data para início da aquisição é de setembro/2022

4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização

Planejamento: Saveni Pazini – 2º Ten	Fiscalização: não necessário no momento

Florianópolis/SC, 08 de agosto de 2022.

gov.br Documento assinado digitalmente
SAVENI PAZINI
Data: 08/08/2022 16:20:16-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Saveni Pazini - 2º Ten
Enc do Setor de Material

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS

FL. Nº 198

1. INTRODUÇÃO

1.1. DA FINALIDADE

O presente estudo tem por escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa ou agência de viagem, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, do Hospital de Guarnição de Florianópolis, bem como, complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência que compõe o processo NUP 64589.006245/2022-83 do HGuFL.

1.2. DA EQUIPE RESPONSÁVEL

a. Saveni Pazini – 2º Ten – Enc do Setor de Material

1.3. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

a. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;
b. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002;
c. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010;
d. Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013;
e. Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019
f. Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;
g. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020/ MP;
h. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017 / MP - IN 05/2017 / MP;
i. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS – DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada. Abril de 2020;

2. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1. Em complemento às disposições constante no Documento de Formalização da Demanda (DFD), em que se faz referência aos artigos 3º, IV, 8º, I, do Decreto 10.024/19, c/c IN 73/2020 MP, e Art. 6º, I do Decreto Lei 200/67, faz-se necessário exarar às seguintes observações acerca da necessidade da contratação dos serviços supramencionados.

2.2. Deve ser ressaltado que pelas atividades exercidas pelo Hospital de Guarnição de Florianópolis, surge a necessidade de aquisição de passagens visando suprir as demandas de deslocamentos de militares envolvidos no apoios em missões, deslocamentos para capacitação e aperfeiçoamento de militares em outras Organizações Militares e viagens para reuniões.

2.3. Sem dúvida a contratação de empresa ou agência para o serviço de agenciamento de viagens é essencial para o andamento e eficácia dos trabalhos acima mencionadas, merecendo especial atenção para as atividades dos destacamentos e do HGuFL.

2.4. O objeto a ser licitado, baseia-se ainda na previsão da contratação para o prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessíveis períodos, limitados à 60 (sessenta) meses, o que é tratado no art. 57, II, da Lei de Licitações.

2.5. Com isso, uma vez evidenciada a necessidade da aquisição para a Administração, resta então o trabalho de identificar e qualificar tais demandas, e estipular os quantitativos a ser licitado, conforme se demonstrará no item 3 deste estudo.

21º CIB E CNST
FL Nº 149
Rubrica

2.6. Caso a eventual aquisição se enquadre nos requisitos constantes no art. 3º e incisos do Decreto 7.892[1], que seja analisada a possibilidade de adoção do Sistema de Registro de Preços.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

3.1. Em cumprimento ao que descreve o art. 24, § 1º, IV da Instrução Normativa 05/2017 c/c art. 15, §7º, II da Lei 8.666/93, o estudo de levantamento preliminar foi realizado com base na compras de passagens dos anos de 2019 a 2021.

3.2. As quantidades a serem adquiridas, serão de no mínimo R$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme necessidade do HGuFL, levando em consideração o quantitativo do período de 01/01/2021 a 01/08/2022, com a emissão de 16 bilhetes aéreos, sendo que o quantitativo de referência foi acrescido de 50%, para que seja possível atender demandas excepcionais.

3.2. Em relação às estimativas de preços dos serviços, tais parâmetros serão contemplados no Termo de Referência, a partir da respectiva pesquisa de mercado, conforme diretrizes constantes no subitem 4.3 deste estudo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Prazo de aquisição/contratação

4.1.1. O período da contratação dos serviços será de 12 (doze) meses, que poderá ser prorrogado por interesse da administração por período de até 60 meses.

4.2. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

4.2.1. Conforme relatado no item 2 deste termo, o estudo foi elaborado a partir da premissa da essencialidade de contratação de agência ou empresa para prestação de serviços de agenciamento de viagens.

4.2.2. No presente caso, na seleção do fornecedor, deve ser levado em conta, primeiramente, as regras gerais e específicas constantes na legislação (subitem 1.3. deste estudo), alinhadas com os critérios de sustentabilidade na cadeia de produção e fornecimento dos serviços (devendo ser analisado caso a caso), como escopo de melhor atender às necessidades da Administração, e por consequência, o interesse público, sem contudo, restringir a competitividade e isonomia do futuro certame.

4.3. Estimativas de preços ou preços referenciais

4.3.1. Em linhas gerais a pesquisa de mercado deve ser elaborada em conformidade com o que dispõe a Instrução Normativa - IN 73/2020 / MP, obedecendo aos seguintes parâmetros:

4.3.1.1. DA ORDEM DE PRIORIDADE DA PESQUISA:

[1]Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

FL Nº 200

"I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou
IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.
§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.
§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV,
deverá ser observado:
I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser
licitado;
II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:
a) descrição do objeto, valor unitário e total;
b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
c) endereço e telefone de contato; e
d) data de emissão.
III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput."

4.3.2. Ainda em relação às disposições IN 73, devem ser ressaltados os seguintes aspectos:

4.3.2.1. A METODOLOGIA para aferição dos preços de referências deve observar:

a) que o cálculo incida sobre um conjunto de **três ou mais preços**; (Art. 6º), podendo, **excepcionalmente**, mediante justificativa da autoridade competente, ser admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores (Art. 6º, § 4º);

c) que sejam desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados. (Art. 6º, § 3º);

d) que poderão ser utilizados **outros critérios** ou metodologias, desde que **devidamente justificados** pela autoridade competente. (Art. 6º, § 1º);

e) que os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados (Art. 6º, § 3º).

4.4. Descrição da solução como um todo

4.4.1. As eventuais aquisições decorrentes deste estudo devem estar em consonância com os

interesses da Administração, e por consequência, o interesse público.

4.4.2. Neste sentido, deve ser ressaltado que os bens e serviços adquiridos devem proporcionar à continuidade dos serviços, sobretudo, as demandas administrativas, de forma a estimular a eficiência dos recursos humanos empregados, assim como priorizar a eficácia no resultado dos trabalhos que dependam dos respectivos serviços.

4.5. A execução da prestação dos serviços será iniciada após a notificação formal por parte da Administração solicitando o início dos serviços discriminados na respectiva nota de empenho emitida em favor da Contratada. Deve ser observado o prazo para implantação e início da prestação dos serviços de acordo como o que prescreve no termo de referência.

4.6. Aplicação da Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015, que se trata de Aquisição de Passagens Aéreas pela Administração Pública Federal Direta.

5. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO:

5.1. A lei geral de licitações, lei 8.666/93, em seu art. 23, § 1º c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02 elege o parcelamento do objeto como regra nos certames licitatórios, a fim de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado, bem como ampliar a competitividade nas licitações.

5.2. Todavia, deve ser ressaltado, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Súmula 247), que é imprescindível que tal divisão seja técnica e economicamente viável.

5.3. No presente caso, como se trata dos mesmos itens fornecimento do material e prestação do serviço, que no caso não podem ser adquiridos de forma independente, há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos.

5.4. Por isso, em consonância com a legislação retromencionada, bem como o entendimento da Corte de Contas, e ainda natureza dos bens e serviços que serão adquiridos, esta equipe optou pelo não parcelamento do objeto licitatório, por entender que é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração nos termos da legislação vigente.

6. GERENCIAMENTO DE RISCO

6.1. O presente estudo tem por escopo identificar os principais riscos (probabilidade) envolvidos nesta contratação, bem como, identificar os danos (atribuindo graus de impacto), assim como os responsáveis pela prevenção/tratamento e ainda ações de contingenciamento, conforme disposto nas linhas seguintes.

6.2. A classificação de risco será aferida pelo seguinte método: probabilidade x impacto = classificação de risco.

6.3. Identificação e tratamento dos riscos

6.3.1. Risco #1 – Equipe de planejamento sem afinidade com a matéria ou a devida capacitação:

a. Identificação de Dano
Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos para a

União.

b. Classificação de Risco

GRAU DE RISCO					
Probabilidade:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
Impacto:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (x)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
(x)	( )	( )
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	Risco Extremo (15 a 25)

c. Ações Preventivas e de Contingência

Id	**Ação Preventiva**
1.	Capacitação de militares responsáveis pela elaboração do estudo.
2.	Fiscalização dos trabalhos por parte da Seção responsável pela seleção de fornecedor.
Id	**Ação de Contingência**
1.	Autoridade competente: - Anular eventuais atos ilegais; - Revogar atos inconvenientes; - Providenciar apuração de responsabilidades.

6.3.2. Risco #2 – Descrição genérica de itens da licitação

a. Identificação de Dano

A descrição genérica dos itens da licitação podem causar danos à aquisição de equipamentos e na prestação do serviço.

b. Classificação de Risco

GRAU DE RISCO					
Probabilidade:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto

	(1)				(5)
Impacto:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto ( )

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
(x)	( )	( )
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	Risco Extremo (15 a 25)

c. Ações Preventivas e de Contingência

Id	**Ação Preventiva**
1	Verificar durante a as fases de aquisição das passagens, se a passagem emitida foi a mesma que foi previamente cotada.
2	Caso o item esteja em desacordo com as exigências acima, notificar a empresa.

Id	**Ação de Contingência**
1	Autoridade competente: - Anular eventuais atos ilegais; - Revogar atos inconvenientes; - Providenciar apuração de responsabilidades.

6.3.3. Risco #3 – Elencar itens na licitação, sobretudo, em relação às especificações técnicas, sem observar regulamentação específica de órgãos fiscalizadores, tais como: INMETRO, ANVISA, IBAMA etc.

a. Identificação de Dano

Aquisição de produtos sem a devida certificação dos órgãos fiscalizadores. Tal fato compromete a segurança da administração e traz a possibilidade real de dano à saúde dos servidores responsáveis pela respectiva manipulação.

b. Classificação de Risco

GRAU DE RISCO					
Probabilidade:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
Impacto:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
(x)	( )	( )
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	Risco Extremo (15 a 25)

c. Ações Preventivas e de Contingência

Id	**Ação Preventiva**
1	Setor de Seleção do Fornecedor: - Analisar o Estudo Preliminar, com especial atenção para as especificações dos itens, a fim de identificar eventual legislação que rege a matéria.

Id	**Ação de Contingência**
1	Setor requisitante: - verificar se o que está sendo adquirido é o que está sendo contratado; - Em caso negativo, notificar a empresa sobre o assunto.

6.3.4. Risco #4 – Estimativa de quantitativo excessivamente acima da necessidade da administração:

a. Identificação de Dano
   O serviço não será prestado conforme necessidades da instituição causando prejuízos aos usuários que dependem da execução do objeto contratado.
b. Classificação de Risco

GRAU DE RISCO					
Probabilidade:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
Impacto:	( )	( )	(x)	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
(x)	1. ( )	( )
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	Risco Extremo (15 a 25)

c. Ações Preventivas e de Contingência

Id	**Ação Preventiva**
1	Fiscalizar pontualmente o serviço prestado pela contratada.

Id	**Ação de Contingência**
1	Autoridade competente: - Abrir chamado de suporte; - Providenciar apuração de responsabilidades.

7. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE

Considerando as disposições constantes neste estudo, sobretudo, acerca das justificativas da necessidade de aquisição e do quantitativo estimando, bem como da análise dos riscos que envolvem a fase inicial deste procedimento, esta equipe se posiciona pela VIABILIDADE da contratação e prestação do serviço de agenciamento de viagens, por entender que foram razoáveis os fundamentos que motivaram a demanda para prestação do serviço de agenciamento de viagens para a administração.

Florianópolis/SC, 08 de agosto de 2022.

gov.br Documento assinado digitalmente
SAVENI PAZINI
Data: 08/08/2022 16:19:36-0300
Verifique em https://verificador.itl.br

SAVENI PAZINI – 2º Ten
Chefe da Equipe de planejamento

Ciência do fiscal administrativo:

Florianópolis/SC, 08 de agosto de 2022.

gov.br Documento assinado digitalmente
ROGERIO CANAPARRO BEHREND
Data: 09/08/2022 09:39:53-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

ROGÉRIO CANAPARRO BEHREND – Ten Cel
Fiscal Administrativo do HGuFl

FLS 206

Aprovação do Ordenador de Despesas:

1. Considerando do disposto no Art. 14, § II do Decreto 10.024/19, **APROVO** o presente estudo acerca do objeto proposto. Reitero plena concordância com as justificativas da necessidade da aquisição, bem como a estimativa dos quantitativos apresentados.

2. Determino o início da elaboração do respectivo termo de referência, uma vez que ficou constatada que a eventual contratação é VIÁVEL para esta administração.

Florianópolis/SC, 08 de agosto de 2022.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
SAVIO REDER DE SOUZA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

SÁVIO REDER DE SOUZA – Ten Cel
Ordenador de Despesas do HGuFl

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE FLORIANÓPOLIS
(Hospital Cidade do Desterro)

TERMO DE JUSTIFICATIVA

1. Tendo em vista o Processo originário do NUP 64589.006245/2022-83, de 04 de agosto de 2022, cujo objeto é: Contratação de empresa ou agência para prestação de serviço de agenciamento de viagens para o Hospital de Guarnição de Florianópolis.

2. Considerando a necessidade de aquisição de passagens tendo em vista as atividades exercidas pelo Hospital de Guarnição de Florianópolis a fim de suprir as demandas de deslocamentos de militares envolvidos no apoios em missões, deslocamentos para capacitação e aperfeiçoamento de militares em outras Organizações Militares e viagens para reuniões.

3. Do exposto, considero que a contratação aqui pretendida se torna essencial e imprescindível para o andamento das atividades do Hospital de Guarnição de Florianópolis. A Contratação se dará por meio de pregão eletrônico, pois atende a Administração e o interesse Público.

Florianópolis/SC, 08 de agosto de 2022.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
SAVIO REDER DE SOUZA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

SÁVIO REDER DE SOUZA – Ten Cel
Ordenador de Despesas do HGuFl

ANEXO I –TERMO DE REFERÊNCIA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE FLORIANÓPOLIS
(Hospital Cidade do Desterro)

PREGÃO Nº 17/2022
(Processo Administrativo nº 64411.003711/2022-09)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo	Item	CAT SERV	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	REQ MIN	REQ MÁX	QNT TOTAL	VALOR UNIT MÁX	VALOR TOTAL
1	1	25828	Prestação de serviço de Agenciamento de viagens, compreendendo, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem e reembolso de Passagem Aérea.	unidade	1	10	400	R$1,00	R$ 400,00
	2	25828	Repasse da passagem aérea, compreendendo os valores da passagem aérea, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas.	unidade	500	5000	300.000,00	R$1,00	R$ 300.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R$ 300.400,00 (trezentos mil e quatrocentos reais)				

1.2. O valor do item 2 corresponde à demanda estimada para repasse de passagens nacionais. Todos os licitantes deverão obrigatoriamente registrar proposta, no valor unitário de R$ 1,00 sobe pena de desclassificação da proposta.

1.3. Ainda, para o item 2 não poderão ser dado lances, o licitante que der lance e cadastrar propostas diferentes do valor acima informado terá suas propostas e lances desclassificados.

1.3.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Órgão Participante: Hospital de Guarnição de Florianópolis				
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
1	1	Prestação de serviço de Agenciamento de viagens, compreendendo, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem e reembolso de Passagem Aérea.	unidade	20
	2	Repasse da passagem aérea, compreendendo os valores da passagem aérea, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas.	unidade	20.000

1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de registro de preço para eventual Contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea para o Hospital de Guarnição de Florianópolis.

1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por Preço Unitário.

1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses, anos), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O presente Termo de Referência está devidamente embasado conforme o que preconiza a Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015, que se trata de Aquisição de Passagens Aéreas pela Administração Pública Federal Direta.

2.3. A necessidade da contratação empresa especializada em serviços de emissão, reserva, remarcação e cancelamento das passagens aéreas para o Hospital de Guarnição de Florianópolis, fundamenta-se pela demanda contínua das atividades administrativas, operacionais e de capacitação, a fim de que se garanta o deslocamento dos militares e civis desta OMS. Neste sentido, esta Organização Militar (OM) vem recebendo regularmente provisões orçamentárias específicas para as aquisições destas passagens, o que invoca a necessidade da realização de Pregão Eletrônico, na forma prevista do Decreto N° 10.024, de 20 de setembro de 2019;

2.4. As quantidades descritas no presente foram estimadas através de metodologia de consulta ao demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores e relatórios do Setor de Transporte Administrativo, além dos registros das notas de empenhos existentes no SIAFI. Dados objetivos que possibilitam o dimensionamento adequado da presente contratação.

21ª Cia E Cnst
FL Nº 210
Rubrica

2.5. As especificações descritas, o detalhamento do objeto, as características, os requisitos e o valor estimado do objeto foram regularmente determinados pelo setor competente da Administração e a contratação, através do sistema de registro de preços, está legitimada e regulamentada no âmbito da União Federal pelo Decreto nº 7.892/2013. Nesse mesmo sentido, o art. 11 da Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, também prevê a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na modalidade pregão, ou seja, é possível a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações de bens e serviços comuns, através da modalidade Pregão, combinado com o art. 11 da Lei nº 10.520/2002, e com as disposições contidas nos incisos I, II, III ou IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, abaixo citadas:

Inciso I, quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes – os serviços licitados são necessários durante todo o transcorrer do ano;

Inciso II, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa – a contratação se dá mês a mês, de acordo com a necessidade de consumo;

Inciso III, quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou (a aquisição será feita para mais um órgão); e

Inciso IV, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração – em face da impossibilidade de prever com exatidão as quantidades a serem adquiridas, no período de 12 (doze) meses, evitando-se assim a realização de múltiplos processos administrativos, o que ocasionaria elevado custo nas publicações em Imprensa oficial e jornais de grande circulação, além de desperdício de tempo processual, e dos custos de capital humano empregado nas mais diversas etapas envolvidas, por ocasião da realização de novos processos, justifica-se também este pregão pelo SRP.

2.6. Desta forma, o descrito nesta licitação é ferramenta essencial para uma formação, preparo e pronto emprego mais qualificado dos militares da 21ª Companhia de Engenharia de Construção, bem a flexibilização dos deslocamentos por motivo de saúde e planejamento de missões administrativas e operacionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. As eventuais aquisições decorrentes deste estudo devem estar em consonância com os interesses da Administração, e por consequência, o interesse público.

3.2. Neste sentido, deve ser ressaltado que o serviço adquirido deve proporcionar à continuidade dos serviços, sobretudo, as demandas administrativas e operacionais de forma a estimular a eficiência dos recursos humanos empregados, assim como priorizar a eficácia no resultado dos trabalhos que dependam do serviço prestado.

FL Nº 211

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como: acompanhamento dos serviços por parte do Setor de Material, militares aptos a fiscalizar as emissões no prazo, checar valores de faturas, trechos emitidos. Atender deslocamentos dos militares e servidores civis nos deslocamentos para cumprimento de atividades de responsabilidade do HGuFl. A contratação também requer que a contratada exerça práticas de sustentabilidade previstas neste Termo de Referência, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Consultoria-Geral da União de 2020;

5.1.2. Trata-se de serviço comum, continuado a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

5.1.3. Cabe salientar que não há previsão de impacto ambiental, visto que a atividade propiciada pela prestação de serviço solicitada é considerada não poluente e não causa modificação de impacto prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social local;

5.1.4. O contrato terá a duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses e iniciará assim que a contratante e o contratado assinarem o contrato;

5.1.5. Não haverá a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

5.1.6. Soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos;

DISPONIBILIDADE DO MERCADO	LIMITAÇÃO
Sistema de concessão de diárias e passagens	Não abrange todas as empresas de transportes.
Empresas de turismo especializada em bilhetagem de passagens.	Não observado fatores que impliquem em risco haja vista a possibilidades de operar o sistema de bilhetagem nos segmentos aéreo, terrestre e fluvial.

Companhias aéreas comerciais	Flutuação do valor dos bilhetes conforme a demanda do mercado.
Companhias de táxi aéreo	Valores sobrepõem aos de mercado para o transporte individual de passageiro.
Fretamento de transporte aéreo	Valores sobrepõem aos de mercado para o transporte individual de passageiro.

5.1.7. Indique um preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. A quantidade estimada de deslocamentos é de 20 (vinte), conforme média obtida através do estudo preliminar.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Não será necessária vistoria para o objeto da presente licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Os serviços, quando solicitados, serão prestados ao Hospital de Guarnição de Florianópolis, que possui sede em Florianópolis - SC.

7.1.2. A solicitação de execução do objeto deste certame poderá ser feita em qualquer época dentro do período de vigência da Ata de Registro de Preços.

7.1.3. Independentemente do meio utilizado para se fazer a requisição, a Contratada deverá emitir a passagem no prazo máximo de 2 (duas) horas após sua solicitação pela Contratante, que será oficializada através de documento oficial, assinado pelo Ordenador de Despesas, emitido pela Hospital de Guarnição de Florianópolis, e/ou mensagem por endereço eletrônico (e-mail), e/ou enviada mensagem via aparelho de fax, bem como, a forma que for utilizada será confirmado o seu recebimento pela Contratada, por intermédio do Enc do Setor de Material por contato telefônico diretamente com a Contratada, a fim de evitar acréscimos no valor da tarifa. Caso se verifique acréscimo quando da emissão da passagem no prazo estabelecido acima, deverá a Contratada contatar o Setor de Material do Hospital de Guarnição de Florianópolis a fim de obter autorização para a emissão da passagem com o valor acrescido.

7.1.4. A Contratada deverá, também, dentro do mesmo prazo de 2 (duas) horas, prestar informação sobre a emissão da passagem diretamente ao usuário da passagem e, simultaneamente, à Contratante. Na informação à Contratante deve constar a confirmação de que o usuário da passagem já foi devidamente informados.

21° Cia E Cmb
FLN 213

7.1.5. Passagem (com seu respectivo código de retirada no balcão) deverá ser enviada para o usuário da passagem e para a Contratante através do e-mail almoxhgu@hotmail.com, dentro do prazo de 2 (duas) horas.

7.1.6. Em caso de impossibilidade de atendimento a qualquer requisição de bilhetes, em função de ocorrência de fato imprevisível, a contratada deverá informar a contratante imediatamente, no prazo de até 01(uma) hora.

7.1.7. A Ata de Registro de Preços resultado deste certame terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado para mais 60 (sessenta) meses, a partir da data da sua assinatura.

7.1.8. A contratação do objeto registrado na ata de registro de preço será efetuada por meio de nota de empenho, emitida pelo órgão gerenciador e participantes do processo licitatório, contendo: o número da ata, o nome da empresa, o objeto e sua especificação.

7.1.9. Indicar um contato (nome do funcionário, telefone e e-mail para contato) para atendimento fora do horário comercial, inclusive sábados, domingos e feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia.

7.1.10. Informar à Contratada a relação de militares e/ou servidores civis autorizados a enviar documento de requisição de passagens aéreas ou a acessar o sistema de agendamento eletrônico de passagens (se houver).

7.1.11. A Contratada deverá prestar os serviços em até 2 (duas) horas, após o recebimento do e-mail e/ou contato via telefone e/ ou sistema de emissão de passagem eletrônico.

7.1.12. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da contratante:

7.1.13. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.

7.1.14. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.1.15. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

7.1.16. Efetuar os pagamentos devidos.

7.1.17. Receber e atestar as faturas e/ou notas fiscais correspondentes.

7.1.18. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela Contrata.

7.1.19. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

7.1.20. Providenciar a marcação, remarcação (alterações de datas, trechos, horários de voo), emissão, entrega e/ou disponibilização e cancelamento de passagens aéreas físicas ou eletrônicas, requisitadas pela Contratante, através dos seus setores competentes, conforme solicitação de passagem.

7.1.21. Disponibilizar/transmitir via e-mail (ou providenciar a entrega pessoal) as passagens ao usuário da passagem e à Enc do Setor de Material no limite de tempo máximo de 2 (duas) horas

FL Nº 214

após sua solicitação, podendo esta disponibilidade se dar, excepcionalmente, fora do horário normal de expediente e aos sábados, domingos e/ou feriados.

7.1.22. Indicar contato (nome do funcionário, telefone e e-mail para contato) para atendimento fora do horário comercial, inclusive sábados, domingos e feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia.

7.1.23. Assegurar a concessão de descontos e a utilização de tarifas promocionais para os serviços prestados, sempre que praticados pelas companhias aéreas repassando à Contratante todos os descontos e vantagens oferecidas que possam resultar em vantagem econômica para a Contratante.

7.1.24. Apresentar, quando solicitado pela Contratante, o valor vigente dos preços praticados na data da emissão das passagens e/ou da disponibilidade de tarifas promocionais, a fim de que fique comprovada a emissão do bilhete em tarifa mais vantajosa no momento da emissão. Esta comprovação será emitida pelo sistema de marcação e emissão de passagens das companhias aéreas.

7.1.25. Comunicar possíveis cancelamentos de voos, onde haja emissão de passagem a ser paga pelo contratante, ficando obrigada a providenciar outro voo em datas e horários compatíveis dos bilhetes anteriormente escolhido ou a critério da contratante, sendo de responsabilidade da contratada fornecer outro voo sem que seja cobrado qualquer valor adicional.

7.1.26. Receber os informativos sobre não utilização de trechos de passagens emitidas, providenciando o devido ressarcimento ao Contratante.

7.1.27. Apresentar documento fiscal para pagamento em duas vias das correspondentes solicitações de passagens aéreas acompanhados das seguintes informações: número da requisição de passagem (se houver); número da passagem; trecho aéreo; empresa de transporte; nome do passageiro; valor bruto da passagem; valor das retenções; valor da taxa de embarque; valor líquido da fatura; valor da Taxa de Serviço.

7.1.28. Emitir relatórios mensais, em planilha eletrônica, constando as seguintes informações: número da requisição/solicitação (se houver); nome do passageiro; identificação da passagem (número, empresa aérea, horário e trecho); valor da requisição; valor da passagem; valor da taxa de embarque; cópia da passagem; valor bruto da fatura; valor líquido da fatura; valor da dedução dos tributos; valor da Taxa de Serviço; número do empenho; valor da multa aplicada pela companhia aérea em razão do cancelamento das passagens não utilizadas, quando for o caso.

7.1.29. Fazer gestão para a solução de problemas que venham a surgir, relacionados com as passagens e embarques, em aeroportos.

7.1.30. Receber, até o último dia de vigência do contrato, as requisições de passagens, obrigando-se a fornecer as passagens aéreas, rodoviárias e fluviais oriundas daquelas requisições mesmo após o término do período contratual.

7.1.31. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetuá-los de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do instrumento convocatório e seus anexos.

7.1.32. Reparar, corrigir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos

21ª Cia E Cmdo
FL Nº 215
Rubrica

serviços, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte da Contratante.

7.1.33. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas no prazo que não prejudique o embarque ou desembarque do militar ou servidor.

7.1.34. Responsabilizar-se por todos os tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.

7.1.35. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, salvo com prévia e expressa autorização do Contratante.

7.1.36. Atender prontamente quaisquer exigências do representante da Contratante, inerentes ao objeto da contratação.

7.1.37. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.38. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.1.39. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato e o recebimento da Nota de Empenho, na forma que segue:
7.3. A Nota de Empenho, será encaminhada via digital (e-mail) e/ou fax ao fornecedor, que deverá acusar o recebimento no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data do seu envio.
7.4. O prazo de início da execução dos serviços será de até 2 (duas) horas, após o recebimento da Nota de Empenho.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. Será nomeado um responsável do setor requisitante, com conhecimentos técnicos acerca dos serviços a serem realizados, para o acompanhamento e fiscalização do objeto. A empresa licitante vencedora, do item do Pregão 17/2022, disponibilizarão todos os contatos necessários para comunicação entre a CONTRATANTE e CONTRATADA. Os contatos disponibilizados deverão estar em pleno funcionamento, durante todo o horário comercial, tendo pelo menos 1 (um) contato telefônico e 1 (um) e-mail. A forma de aferição e medição dos serviços será avaliada por meio de Estudo Técnico Preliminar, no Mapa de Riscos e Gerenciamento de Riscos; anexos ao Edital. Unidade de Serviço foi definida de acordo com as especificações técnicas, referentes ao objeto da contratação, não interferindo em situações de inexecução total ou parcial do serviço. INFORMAÇÕES

9. RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1. O repasse compreende os valores da passagem aérea, taxas de embarque, outras taxas e multas devidas às companhias aéreas, em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de passagens adquiridas.

9.1.2. A proposta das empresas deverá atender todas as condições, impostas na própria descrição/ especificação do objeto.

9.1.3. Contato em caso de Dúvidas: Ten Saveni – Setor de Material; Tel.: (48) (48) 3205-4316; e- mail: almoxhgu@hotmail.com.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a"e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou

única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. O prazo de validade;

16.4.2. A data da emissão;

16.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. O período de prestação dos serviços;

16.4.5. O valor a pagar; e

16.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. Não produziu os resultados acordados;

16.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em

licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. REAJUSTE

17.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
17.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
17.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
17.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
17.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
17.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
17.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
18.2. A contratação objeto desta licitação é serviço de natureza continuada, porém, sem dedicação de mão de obra exclusiva, sendo nesse caso, ato discricionário da Administração exigir garantia.
18.3. Considerando os objetivos alcançados na última contratação, conforme estudos preliminares, as ações de contingência apresentadas em relação aos riscos levantados, a baixa complexibilidade técnica do objeto e o pouco risco financeiro, tendo em vista, tratar-se de contratação feita de acordo com a necessidade; a exigência de garantia torna-se desnecessária.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. Cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior

ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
	Para os itens a seguir, deixar de:	
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de	01

	obrigações da CONTRATADA	

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.3.1 Valor Global: R$ 300.400,00 (trezentos mil e quatrocentos reais)

22.3.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1 O custo estimado da contratação é de R$20.020,00 (vinte mil e vinte reais).

gov.br Documento assinado digitalmente
SAVENI PAZINI
Data: 08/08/2022 16:21:05-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

SAVENI PAZINI – 2º Ten
Enc do Setor de Material

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o conteúdo deste Termo de Referência com fulcro no Inciso II, do Art. 14, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, em face de atender às necessidades do Hospital de Guarnição de Florianópolis para contratação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea.

Considerando as características do objeto da licitação, julgo conveniente adotar o Sistema de Registro de Preços (SRP) com fulcro nos incisos I, II, III e IV do Art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Cabe ressaltar que, para a contratação em tela, a 21ª Companhia de engenharia de Construção dispõe de recursos específicos que são repassados regularmente no transcorrer do Exercício não causando impacto orçamentário e os recursos são compatíveis com o plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Florianópolis/SC, 08 de agosto de 2022.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
SAVIO REDER DE SOUZA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

SÁVIO REDER DE SOUZA – Ten Cel
Ordenador de Despesas do HGuFl

Resumo da Manifestação de Interesse

Órgão da UASG	UASG Gerenciadora	Nº da IRP
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CO	160022 - 00029/2022

Situação da IRP	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Data Provável da Licitação	Prazo Estimado de Validade da Ata
Encerrada	Pregão Eletrônico	Menor Preço	05/09/2022	12 meses

Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
Não	Sim

Objeto

Eventual contratação de serviços de agenciamento de viagens. Compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos.

Motivo para Adesão ao Processo de Contratação por SRP

Eventual contratação de serviços de agenciamento de viagens. Compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos.

Gestor de Compras

Gestor de Compras Interessado

Nome	CPF
DANIEL AZEVEDO ROSA	107.784.827-74

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail
92 36562223		salc.parque@gmail.com

Gestor de Compras Substituto

Nome	CPF

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail

UASG Interessada

Órgão da UASG Interessada	UASG Interessada
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160021 - PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/12/MEX/

Logradouro	Número	Complemento
AV CORONEL TEIXEIRA, 1985 - COMPENSA I		

Bairro	Município/UF	CEP
	Manaus/AM	69030480

Itens Propostos

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Estimado (R$)	Município/UF de Entrega - Quantidade		Situação
1	Serviço	25828-Contratação de passagem aérea junto a companhia credenciada	Unidade	1,0000	Manaus/AM	40	Aceita
2	Serviço	25828-Contratação de passagem aérea junto a companhia credenciada	Unidade	1,0000	Manaus/AM	55000	Aceita

2 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Adicional

Observação

Anexo(s)

Arquivo	Anexado em
Diex Requisição Parque12.pdf	15/08/2022
DFD.pdf	15/08/2022
ETP.pdf	15/08/2022
Termo de Justificativa.pdf	15/08/2022
Memória de Cálculo.pdf	15/08/2022
Termo de Referência 1 Parte.pdf	15/08/2022
Termo de Referência 2 Parte.pdf	15/08/2022

Fechar

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO / 12
(12ª Cia MB / 1969)
PARQUE DE MANUTENÇÃO MELLO E PÓVOAS

DIEx Requisitório N° 7-Fisc Adm/PqRMnt/12
NUP: 64625.005736/2022-23

Manaus, AM, 11 de agosto de 2022

Do: Aux do Fisc Adm
Ao Sr: Fiscal Administrativo

Assunto: Pregão eletrônico para Contratação de passagem aérea

Anexo: - 01 (um) Estudo Técnico Preliminar;
- 01 (um) Formalização de Demanda;
- 01 (um) Termo de Referência; e
- 01 (um) Justificativa da contratação.

1. Nos termos do art. 13 da IG 12-02, solicito-vos abertura do processo administrativo de Pregão Eletrônico para aquisição de passagem aérea, visando atender às necessidades do Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar, conforme as especificações constantes na documentação anexa.

2. Considerando a necessidade de aquisição de passagens visando suprir as demandas de deslocamentos de militares envolvidos em missões da vida vegetativa da OM e outras operações em andamento, no qual este Parque Regional de Manutenção encontra-se inserido. Atividades essas, expressas como deslocamentos para capacitação de militares em outras Organizações Militares, outros órgãos e empresas especializadas, viagens para reuniões de coordenação e deslocamentos de apoio a militares de outras organizações a esta OM.

ISRAEL PEREIRA DE PAUDA – 1º Sgt
Aux Fisc Adm

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Com relação aos Anexos deste requisitório, estes descrevem com clareza e objetividade todas as especificações dos serviços envolvidos, dos procedimentos corretos e adequados, da apreciação sobre a qualidade dos mesmos. Pelos dados informados o detalhamento dos serviços descritos no termo de referência estão adequados, possuindo todas as informações pertinentes e transmitindo a quem for do ramo, uma visão clara, transparente e objetiva do que precisa ser fornecido, ficando afastado qualquer predominância de complexidade do objeto em questão.

2. Portanto, **conforme inciso II, do art. 9°, do Decreto n° 5.450/05**, concluo, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público, que o Termo de Referência está devidamente adequado para atender a necessidade da Administração.

3. O serviço em questão, trata-se da aquisição de contratação de prestação de serviços de passagem aérea de pessoal, fundamentado pelo §1°, do art. 2°, §1°, do art. 4°, inciso III do art. 8° e inciso V, do art. 30, todos do Decreto n° 5.450, de 31 de maio de 2005, portanto, autorizo o início dos procedimentos licitatórios e determino abertura do processo correspondente.

4. A seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC, adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.

Manaus – AM, 11 de agosto de 2022.

JOSÉ AUGUSTO MARÇÃO – Ten Cel
Rsp OD Pq R Mnt/ 12

FL. 236

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO Parque Regional de Manutenção/ 12ª Região Militar	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Seção de Transporte Administrativo	
Responsável pela Demanda: Fisc Adm	**Matrícula/SIAPE: Não é o caso**
E-mail: fiscadm@pqrmnt12.eb.mil.br	**Telefone: (92) 3656-2223**

1. Justificativa da necessidade da aquisição, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

O Parque Regional de Manutenção/ 12ª Região Militar buscando atender os instrumentos legais, os princípios da Administração Pública, a saber: economicidade, da eficiência, da eficácia e da celeridade processual, dentre outros, faz latente que a contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento de passagens áereas pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SRP) na modalidade de Pregão em sua forma eletrônica. A aquisição dos serviços tem a finalidade possibilitar o deslocamento dos militares para os diversos locais no território nacional.

2. Quantidade de serviço a ser adquirido

A demanda inicial é baseada na quantidade de missões existentes que envolve o pessoal pertencente ao Parque Regional de Manutenção/ 12ª Região Militar. Tal demanda está evidenciada no Termo de Referência anexo ao processo.

3. Previsão de data em que deve ser iniciado a aquisição do serviço

A previsão de data para início da aquisição é de setembro/2022.

4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização

Planejamento:	Fiscalização: não necessário no momento
ISRAEL PEREIRA DE PAUDA – 1º Sgt Integrante Requisitante DANIEL AZEVEDO **ROSA** – 2º Sgt Integrante Administrativo	

Manaus - AM, 15 de agosto de 2022.

AFONSO DE OLIVEIRA MARTINS – Cap
Fiscal administrativo da Pq R Mnt/ 12

ISRAEL PEREIRA DE PAUDA – 1º Sgt
Aux Fisc Adm

236

Parque Regional de Manutenção/ 12ª Região Militar

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS

1. INTRODUÇÃO

1.1. DA FINALIDADE

O presente estudo tem por escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa ou agência de viagem, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, do Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar – Pq R Mnt/ 12, localizado na Av. Cel Teixeira, nº 1985 - Compensa I, Manaus - AM. - CEP 69030-480; bem como, complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência que compõe o processo NUP 64625.005736/2022-23, do Pq R Mnt/ 12.

1.2. DA EQUIPE RESPONSÁVEL

a. **ISRAEL** PEREIRA DE PAUDA – 1º Sgt – Integrante Requisitante
b. DANIEL AZEVEDO **ROSA** – 2º Sgt - Integrante Administrativo

1.3. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

a. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;
b. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002;
c. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010;
d. Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013;
e. Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019
f. Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;
g. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020/ MP;
h. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017 / MP - IN 05/2017 / MP;
i. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS – DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada. Abril de 2020;

2. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1. Em complemento às disposições constantes no Documento de Formalização da Demanda (DFD), em que se faz referência aos artigos 3º, IV, 8º, I, do Decreto 10.024/19, c/ c IN 73/2020 MP, e Art. 6º, I do Decreto Lei 200/67, faz-se necessário exarar às seguintes observações acerca da necessidade da contratação dos serviços supramencionados.

2.2. Deve ser ressaltado que pelas atividades exercidas pelo Parque Regional de Manutenção/ 12ª Região Militar, surge a necessidade de aquisição de passagens visando suprir as demandas de deslocamentos de militares envolvidos em missões da vida vegetativa da OM e outras operações em andamento, no qual este Parque Regional de Manutenção encontra-se inserido. Atividades essas, expressas como deslocamentos para capacitação de militares em outras Organizações Militares, outros órgãos e empresas especializadas, viagens para reuniões de coordenação e deslocamentos de apoio a militares de outras organizações a esta OM.

2.3. Sem dúvida a contratação de empresa ou agência para o serviço de agenciamento de viagens é essencial para o andamento e eficácia dos trabalhos acima mencionadas, merecendo especial atenção para as atividades do Pq R Mnt/ 12 .

12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessíveis períodos, limitados à 60 (sessenta) meses, o que é tratado no art. 57, II, da Lei de Licitações.

2.5. Com isso, uma vez evidenciada a necessidade da aquisição para a Administração, resta então o trabalho de identificar e qualificar tais demandas, e estipular os quantitativos a ser licitado, conforme se demonstrará no item 3 deste estudo.

2.6. Caso a eventual aquisição se enquadre nos requisitos constantes no art. 3º e incisos do Decreto 7.892[1], que seja analisada a possibilidade de adoção do Sistema de Registro de Preços.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

3.1. Em cumprimento ao que descreve o art. 24, § 1º, IV da Instrução Normativa 05/2017 c/Art. 15, §7º, II da Lei 8.666/93, o estudo de levantamento preliminar foi realizado com base nas compras de passagens dos anos de 2019 e 2020.

3.2. As quantidades a serem adquiridas, serão de no mínimo R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), conforme necessidade do Pq R Mnt/ 12.

3.2. Em relação às estimativas de preços dos serviços, tais parâmetros serão contemplados no Termo de Referência, a partir da respectiva pesquisa de mercado, conforme diretrizes constantes no subitem 4.3 deste estudo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Prazo de aquisição/contratação

4.1.1. O período da contratação dos serviços será de 12 (doze) meses, que poderá ser prorrogado por interesse da administração por período de até 60 meses.

4.2. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

4.2.1. Conforme relatado no item 2 deste termo, o estudo foi elaborado a partir da premissa da essencialidade de contratação de agência ou empresa para prestação de serviços de agenciamento de viagens.

4.2.2. No presente caso, na seleção do fornecedor, deve ser levado em conta, primeiramente, as regras gerais e específicas constantes na legislação (subitem 1.3. deste estudo), alinhadas com os critérios de sustentabilidade na cadeia de produção e fornecimento dos serviços (devendo ser analisado caso a caso), como escopo de melhor atender às necessidades da Administração, e por consequência, o interesse público, sem contudo, restringir a competitividade e isonomia do futuro certame.

4.3. Estimativas de preços ou preços referenciais

4.3.1. Em linhas gerais a pesquisa de mercado deve ser elaborada em

[1]Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.3. Estimativas de preços ou preços referenciais

4.3.1. Em linhas gerais a pesquisa de mercado deve ser elaborada em conformidade com o que dispõe a Instrução Normativa - IN 73/2020 / MP, obedecendo aos seguintes parâmetros:

4.3.1.1. DA ORDEM DE PRIORIDADE DA PESQUISA:

> "I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
> II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
> III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou
> IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.
> §1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.
> § 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV,
> deverá ser observado:
> I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;
> II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:
> a) descrição do objeto, valor unitário e total;
> b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
> c) endereço e telefone de contato; e
> d) data de emissão.
> III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput."

4.3.2. Ainda em relação às disposições IN 73, devem ser ressaltados os seguintes aspectos:

4.3.2.1. A METODOLOGIA para aferição dos preços de referências deve observar:

a) que o cálculo incida sobre um conjunto de **três ou mais preços**; (Art. 6º), podendo, **excepcionalmente**, mediante justificativa da autoridade competente, ser admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores (Art. 6º, § 4º);

c) que sejam desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados. (Art. 6º, § 3º);

d) que poderão ser utilizados **outros critérios** ou metodologias, desde que **devidamente justificados** pela autoridade competente. (Art. 6º, § 1º);

e) que os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados (Art. 6º, § 3º).

4.4. Descrição da solução como um todo

4.4.1. As eventuais aquisições decorrentes deste estudo devem estar em consonância com os interesses da Administração, e por consequência, o interesse público.

4.4.2. Neste sentido, deve ser ressaltado que os bens e serviços adquiridos devem proporcionar à continuidade dos serviços, sobretudo, as demandas administrativas, de forma a estimular a eficiência dos recursos humanos empregados, assim como priorizar a eficácia no resultado dos trabalhos que dependam dos respectivos serviços.

4.5. A execução da prestação dos serviços será iniciada após a notificação formal por parte da Administração solicitando o início dos serviços discriminados na respectiva nota de empenho emitida em favor da Contratada. Deve ser observado o prazo para implantação e início da prestação dos serviços de acordo como o que prescreve no termo de referência.

4.6. Aplicação da Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015, que se trata de Aquisição de Passagens Aéreas pela Administração Pública Federal Direta.

5. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO:

5.1. A lei geral de licitações, lei 8.666/93, em seu art. 23, § 1º c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02 elege o parcelamento do objeto como regra nos certames licitatórios, a fim de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado, bem como ampliar a competitividade nas licitações.

5.2. Todavia, deve ser ressaltado, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Súmula 247), que é imprescindível que tal divisão seja técnica e economicamente viável.

5.3. No presente caso, como se trata dos mesmos itens fornecimento do material e prestação do serviço, que no caso não podem ser adquiridos de forma independente, há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos.

5.4. Por isso, em consonância com a legislação retromencionada, bem como o entendimento da Corte de Contas, e ainda natureza dos bens e serviços que serão adquiridos, esta equipe optou pelo não parcelamento do objeto licitatório, por entender que é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração nos termos da legislação vigente.

6. GERENCIAMENTO DE RISCO

6.1. O presente estudo tem por escopo identificar os principais riscos (probabilidade) envolvidos nesta contratação, bem como, identificar os danos (atribuindo graus de impacto), assim como os responsáveis pela prevenção/tratamento e ainda ações de contingenciamento, conforme disposto nas linhas seguintes.

6.2. A classificação de risco será aferida pelo seguinte método: probabilidade x impacto = classificação de risco.

6.3. Identificação e tratamento dos riscos

6.3.1. Risco #1 – Equipe de planejamento sem afinidade com a matéria ou a devida capacitação:

a. Identificação de Dano
   Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos para a União.
b. Classificação de Risco

GRAU DE RISCO					
Probabilidade:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
Impacto:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (x)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
(x)	( )	( )
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	Risco Extremo (15 a 25)

c. Ações Preventivas e de Contingência

Id	**Ação Preventiva**
1.	Capacitação de militares responsáveis pela elaboração do estudo.
2.	Fiscalização dos trabalhos por parte da Seção responsável pela seleção de fornecedor.
Id	**Ação de Contingência**
1.	Autoridade competente: - Anular eventuais atos ilegais; - Revogar atos inconvenientes; - Providenciar apuração de responsabilidades.

6.3.2. Risco #2 – Descrição genérica de itens da licitação

a. Identificação de Dano

A descrição genérica dos itens da licitação podem causar danos à aquisição de equipamentos e na prestação do serviço.

b. Classificação de Risco

GRAU DE RISCO					
Probabilidade :	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
Impacto:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto ( )

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
(x)	( )	( )
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	Risco Extremo (15 a 25)

c. Ações Preventivas e de Contingência

Id	**Ação Preventiva**
1	Verificar durante a as fases de aquisição das passagens, se a passagem emitida foi a mesma que foi previamente cotada.
2	Caso o item esteja em desacordo com as exigências acima, notificar a empresa.

Id	**Ação de Contingência**
1	Autoridade competente: - Anular eventuais atos ilegais; - Revogar atos inconvenientes; - Providenciar apuração de responsabilidades.

6.3.3. Risco #3 – Elencar itens na licitação, sobretudo, em relação às especificações técnicas, sem observar regulamentação específica de órgãos fiscalizadores, tais como: INMETRO, ANVISA, IBAMA etc.

a. Identificação de Dano

Aquisição de produtos sem a devida certificação dos órgãos fiscalizadores. Tal fato compromete a segurança da administração e traz a possibilidade real de dano à saúde dos servidores responsáveis pela respectiva manipulação.

b. Classificação de Risco

GRAU DE RISCO					
Probabilidade:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
Impacto:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
(x)	( )	( )
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	Risco Extremo (15 a 25)

c. Ações Preventivas e de Contingência

Id	**Ação Preventiva**
1	Setor de Seleção do Fornecedor: - Analisar o Estudo Preliminar, com especial atenção para as especificações dos itens, a fim de identificar eventual legislação que rege a matéria.

Id	**Ação de Contingência**
1	Setor requisitante: - verificar se o que está sendo adquirido é o que está sendo contratado; - Em caso negativo, notificar a empresa sobre o assunto.

6.3.4. Risco #4 – Estimativa de quantitativo excessivamente acima da necessidade da administração:

a. Identificação de Dano
   O serviço não será prestado conforme necessidades da instituição causando prejuízos aos usuários que dependem da execução do objeto contratado.
b. Classificação de Risco

GRAU DE RISCO					
Probabilidade	(x)	( )	( )	( )	( )

:	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
Impacto:	( )	( )	(x)	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
(x)	1. ( )	( )
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	Risco Extremo (15 a 25)

c. Ações Preventivas e de Contingência

Id	**Ação Preventiva**
1	Fiscalizar pontualmente o serviço prestado pela contratada.

Id	**Ação de Contingência**
1	Autoridade competente: - Abrir chamado de suporte; - Providenciar apuração de responsabilidades.

7. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE

Considerando as disposições constantes neste estudo, sobretudo, acerca das justificativas da necessidade de aquisição e do quantitativo estimando, bem como da análise dos riscos que envolvem a fase inicial deste procedimento, esta equipe se posiciona pela VIABILIDADE da contratação e prestação do serviço de agenciamento de viagens, por entender que foram razoáveis os fundamentos que motivaram a demanda para prestação do serviço de agenciamento de viagens para a administração.

Manaus – AM, 10 de agosto de 2022.

ISRAEL PEREIRA DE PAUDA – 1º Sgt
Integrante Requisitante

Aprovação do Ordenador de Despesas:

1. Considerando do disposto no Art. 14, § II do Decreto 10.024/19, **APROVO** o presente estudo acerca do objeto proposto. Reitero plena concordância com as justificativas da necessidade da aquisição, bem como a estimativa dos quantitativos apresentados.

2. Determino o início da elaboração do respectivo termo de referência, uma vez que ficou constatada que a eventual contratação é VIÁVEL para esta administração.

Manaus – AM, 11 de agosto de 2022.

JOSÉ AUGUSTO MARÇÃO – Ten Cel
Rsp Dir Pq R Mnt/ 12

ANEXO I –TERMO DE REFERÊNCIA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO / 12
(12ª Cia MB / 1969)
PARQUE DE MANUTENÇÃO MELLO E PÓVOAS

PREGÃO Nº 17/2022
(Processo Administrativo nº 64411.003711/2022-09)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo	Item	CAT SERV	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	REQ MIN	REQ MÁX	QNT TOTAL	VALOR UNIT MÁX	VALOR TOTAL
1	1	25828	Prestação de serviço de Agenciamento de viagens, compreendendo, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem e reembolso de Passagem Aérea.	unidade	1	10	40	R$1,00	R$ 40,00
	2	25828	Repasse da passagem aérea, compreendendo os valores da passagem aérea, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas.	unidade	100	10.000	55.000	R$1,00	R$ 55.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 55.040,00 (cinquenta e cinco mil e quarenta reais)**				

1.2. O valor do item 2 corresponde à demanda estimada para repasse de passagens nacionais. Todos os licitantes deverão obrigatoriamente registrar proposta, no valor unitário de R$ 1,00 sobe pena de desclassificação da proposta.

1.3. Ainda, para o item 2 não poderão ser dado lances, o licitante que der lance e cadastrar propostas diferentes do valor acima informado terá suas propostas e lances desclassificados.

1.3.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Órgão Participante: Parque Regional de Manutenção/ 12ª Região Militar				
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
1	1	Prestação de serviço de Agenciamento de viagens, compreendendo, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem e reembolso de Passagem Aérea.	unidade	40
	2	Repasse da passagem aérea, compreendendo os valores da passagem aérea, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas.	unidade	55.000

1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de registro de preço para eventual Contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea para o Parque Regional de Manutenção/ 12ª Região Militar.

1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por Preço Unitário

1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses, anos), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O presente Termo de Referência está devidamente embasado conforme o que preconiza a Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015, que se trata de Aquisição de Passagens Aéreas pela Administração Pública Federal Direta.

2.3. A necessidade da contratação empresa especializada em serviços de emissão, reserva, remarcação e cancelamento das passagens aéreas para o Parque Regional de Manutenção/ 12ª Região Militar, fundamenta-se pela demanda contínua das atividades administrativas, operacionais e de capacitação, a fim de que se garanta o deslocamento dos militares e civis desta OM. Neste sentido, esta Organização Militar vem recebendo regularmente provisões orçamentárias específicas para as aquisições destas passagens, o que invoca a necessidade da realização de Pregão Eletrônico, na forma prevista do Decreto N° 10.024, de 20 de setembro de 2019;

2.4. As quantidades descritas no presente foram estimadas através de metodologia de consulta ao demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores e relatórios do Setor de Transporte Administrativo, além dos registros das notas de empenhos existentes no SIAFI. Dados objetivos que possibilitam o dimensionamento adequado da presente contratação.

2.5. As especificações descritas, o detalhamento do objeto, as características, os requisitos e o valor estimado do objeto foram regularmente determinados pelo setor competente da

Administração e a contratação, através do sistema de registro de preços, está legitimada e regulamentada no âmbito da União Federal pelo Decreto nº 7.892/2013. Nesse mesmo sentido, o art. 11 da Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, também prevê a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na modalidade pregão, ou seja, é possível a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações de bens e serviços comuns, através da modalidade Pregão, combinado com o art. 11 da Lei nº 10.520/2002, e com as disposições contidas nos incisos I, II, III ou IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, abaixo citadas:

Inciso I, quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes – os serviços licitados são necessários durante todo o transcorrer do ano;

Inciso II, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa – a contratação se dá mês a mês, de acordo com a necessidade de consumo;

Inciso III, quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou (a aquisição será feita para mais um órgão); e

Inciso IV, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração – em face da impossibilidade de prever com exatidão as quantidades a serem adquiridas, no período de 12 (doze) meses, evitando-se assim a realização de múltiplos processos administrativos, o que ocasionaria elevado custo nas publicações em Imprensa oficial e jornais de grande circulação, além de desperdício de tempo processual, e dos custos de capital humano empregado nas mais diversas etapas envolvidas, por ocasião da realização de novos processos, justifica-se também este pregão pelo SRP.

2.6. Desta forma, o descrito nesta licitação é ferramenta essencial para uma formação, preparo e pronto emprego mais qualificado dos militares do Parque Regional de Manutenção/ 12ª Região Militar, bem a flexibilização dos deslocamentos por motivo de saúde e planejamento de missões administrativas e operacionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. As eventuais aquisições decorrentes deste estudo devem estar em consonância com os interesses da Administração, e por consequência, o interesse público.

3.2. Neste sentido, deve ser ressaltado que o serviço adquirido deve proporcionar à continuidade dos serviços, sobretudo, as demandas administrativas e operacionais de forma a estimular a eficiência dos recursos humanos empregados, assim como priorizar a eficácia no resultado dos trabalhos que dependam do serviço prestado.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vinculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como: acompanhamento dos serviços por parte da Fiscalização Administrativa, militares aptos a fiscalizar as emissões no prazo, checar valores de faturas, trechos emitidos. Atender deslocamentos dos militares e servidores civis nos deslocamentos para cumprimento das diversas missões de responsabilidade do Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar. A contratação também requer que a contratada exerça práticas de sustentabilidade previstas neste Termo de Referência, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Consultoria-Geral da União de 2020;

5.1.2. Trata-se de serviço comum, continuado a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

5.1.3. Cabe salientar que não há previsão de impacto ambiental, visto que a atividade propiciada pela prestação de serviço solicitada é considerada não poluente e não causa modificação de impacto prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social local;

5.1.4. O contrato terá a duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses e iniciará assim que a contratante e o contratado assinarem o contrato;

5.1.5. Não haverá a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

5.1.6. Soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos;

DISPONIBILIDADE DO MERCADO	LIMITAÇÃO
Sistema de concessão de diárias e passagens	Não abrange todas as empresas de transportes.
Empresas de turismo especializada em bilhetagem de passagens.	Não observado fatores que impliquem em risco haja vista a possibilidades de operar o sistema de bilhetagem nos segmentos aéreo, terrestre e fluvial.
Companhias aéreas comerciais	Flutuação do valor dos bilhetes conforme a demanda do mercado.
Companhias de táxi aéreo	Valores sobrepõem aos de mercado para o transporte individual de passageiro.
Fretamento de transporte aéreo	Valores sobrepõem aos de mercado para o transporte individual de passageiro.

5.1.7. Indique um preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. A quantidade estimada de deslocamentos é de 40 (quarenta), conforme média obtida através do estudo preliminar.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Não será necessária vistoria para o objeto da presente licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Os serviços, quando solicitados, serão prestados ao Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar, que possui sede em Manaus – AM.

7.1.2. A solicitação de execução do objeto deste certame poderá ser feita em qualquer época dentro do período de vigência da Ata de Registro de Preços.

7.1.3. Independentemente do meio utilizado para se fazer a requisição, a Contratada deverá emitir a passagem no prazo máximo de 2 (duas) horas após sua solicitação pela Contratante, que será oficializada através de documento oficial, assinado pelo Ordenador de Despesas, emitido pelo Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar, e/ou mensagem por endereço eletrônico (e-mail), e/ou enviada mensagem via aparelho de fax, bem como, a forma que for utilizada será confirmado o seu recebimento pela Contratada, por intermédio do Agente da Fiscalização Administrativa por contato telefônico diretamente com a Contratada, a fim de evitar acréscimos no valor da tarifa. Caso se verifique acréscimo quando da emissão da passagem no prazo estabelecido acima, deverá a Contratada contatar a Fiscalização Administrativa do Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar a fim de obter autorização para a emissão da passagem com o valor acrescido.

7.1.4. A Contratada deverá, também, dentro do mesmo prazo de 2 (duas) horas, prestar informação sobre a emissão da passagem diretamente ao usuário da passagem e, simultaneamente, à Contratante. Na informação à Contratante deve constar a confirmação de que o usuário da passagem já foi devidamente informado.

7.1.5. Passagem (com seu respectivo código de retirada no balcão) deverá ser enviada para o usuário da passagem e para a Contratante através do e-mail fiscadm@pqrmnt12.eb.mil.br, dentro do prazo de 2 (duas) horas.

7.1.6. Em caso de impossibilidade de atendimento a qualquer requisição de bilhetes, em função de ocorrência de fato imprevisível, a contratada deverá informar a contratante imediatamente, no prazo de até 01(uma) hora.

7.1.7. A Ata de Registro de Preços resultado deste certame terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado para mais 60 (sessenta) meses, a partir da data da sua assinatura.

7.1.8. A contratação do objeto registrado na ata de registro de preço será efetuada por meio de nota de empenho, emitida pelo órgão gerenciador e participantes do processo licitatório, contendo: o número da ata, o nome da empresa, o objeto e sua especificação.

7.1.9. Indicar um contato (nome do funcionário, telefone e e-mail para contato) para atendimento fora do horário comercial, inclusive sábados, domingos e feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia.

7.1.10. Informar à Contratada a relação de militares e/ou servidores civis autorizados a enviar documento de requisição de passagens aéreas ou a acessar o sistema de agendamento eletrônico de passagens (se houver).

7.1.11. A Contratada deverá prestar os serviços em até 2 (duas) horas, após o recebimento do e-mail e/ou contato via telefone e/ ou sistema de emissão de passagem eletrônico.

7.1.12. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da contratante:

7.1.13. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.

7.1.14. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.1.15. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

7.1.16. Efetuar os pagamentos devidos.

7.1.17. Receber e atestar as faturas e/ou notas fiscais correspondentes.

7.1.18. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela Contrata.

7.1.19. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

7.1.20. Providenciar a marcação, remarcação (alterações de datas, trechos, horários de voo), emissão, entrega e/ou disponibilização e cancelamento de passagens aéreas físicas ou eletrônicas, requisitadas pela Contratante, através dos seus setores competentes, conforme solicitação de passagem.

7.1.21. Disponibilizar/transmitir via e-mail (ou providenciar a entrega pessoal) as passagens ao usuário da passagem e à Fiscalização Administrativa do Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar no limite de tempo máximo de 2 (duas) horas após sua solicitação, podendo esta disponibilidade se dar, excepcionalmente, fora do horário normal de expediente e aos sábados, domingos e/ou feriados.

7.1.22. Indicar contato (nome do funcionário, telefone e e-mail para contato) para atendimento fora do horário comercial, inclusive sábados, domingos e feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia.

7.1.23. Assegurar a concessão de descontos e a utilização de tarifas promocionais para os serviços prestados, sempre que praticados pelas companhias aéreas repassando à Contratante todos os descontos e vantagens oferecidas que possam resultar em vantagem econômica para a Contratante.

7.1.24. Apresentar, quando solicitado pela Contratante, o valor vigente dos preços praticados na data da emissão das passagens e/ou da disponibilidade de tarifas promocionais, a fim de que

fique comprovada a emissão do bilhete em tarifa mais vantajosa no momento da emissão. Esta comprovação será emitida pelo sistema de marcação e emissão de passagens das companhias aéreas.

7.1.25. Comunicar possíveis cancelamentos de voos, onde haja emissão de passagem a ser paga pelo contratante, ficando obrigada a providenciar outro voo em datas e horários compatíveis dos bilhetes anteriormente escolhido ou a critério da contratante, sendo de responsabilidade da contratada fornecer outro voo sem que seja cobrado qualquer valor adicional.

7.1.26. Receber os informativos sobre não utilização de trechos de passagens emitidas, providenciando o devido ressarcimento ao Contratante.

7.1.27. Apresentar documento fiscal para pagamento em duas vias das correspondentes solicitações de passagens aéreas acompanhados das seguintes informações: número da requisição de passagem (se houver); número da passagem; trecho aéreo; empresa de transporte; nome do passageiro; valor bruto da passagem; valor das retenções; valor da taxa de embarque; valor líquido da fatura; valor da Taxa de Serviço.

7.1.28. Emitir relatórios mensais, em planilha eletrônica, constando as seguintes informações: número da requisição/solicitação (se houver); nome do passageiro; identificação da passagem (número, empresa aérea, horário e trecho); valor da requisição; valor da passagem; valor da taxa de embarque; cópia da passagem; valor bruto da fatura; valor líquido da fatura; valor da dedução dos tributos; valor da Taxa de Serviço; número do empenho; valor da multa aplicada pela companhia aérea em razão do cancelamento das passagens não utilizadas, quando for o caso.

7.1.29. Fazer gestão para a solução de problemas que venham a surgir, relacionados com as passagens e embarques, em aeroportos.

7.1.30. Receber, até o último dia de vigência do contrato, as requisições de passagens, obrigando-se a fornecer as passagens aéreas, rodoviárias e fluviais oriundas daquelas requisições mesmo após o término do período contratual.

7.1.31. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetuá-los de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do instrumento convocatório e seus anexos.

7.1.32. Reparar, corrigir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte da Contratante.

7.1.33. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas no prazo que não prejudique o embarque ou desembarque do militar ou servidor.

7.1.34. Responsabilizar-se por todos os tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.

7.1.35. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, salvo com prévia e expressa autorização do Contratante.

7.1.36. Atender prontamente quaisquer exigências do representante da Contratante, inerentes ao objeto da contratação.

7.1.37. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.38. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.1.39. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato e o recebimento da Nota de Empenho, na forma que segue:
7.3. A Nota de Empenho, será encaminhada via digital (e-mail) e/ou fax ao fornecedor, que deverá acusar o recebimento no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data do seu envio.
7.4. O prazo de início da execução dos serviços será de até 2 (duas) horas, após o recebimento da Nota de Empenho.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. Será nomeado um responsável do setor requisitante, com conhecimentos técnicos acerca dos serviços a serem realizados, para o acompanhamento e fiscalização do objeto. A empresa licitante vencedora, do item do Pregão 17/2022, disponibilizarão todos os contatos necessários para comunicação entre a CONTRATANTE e CONTRATADA. Os contatos disponibilizados deverão estar em pleno funcionamento, durante todo o horário comercial, tendo pelo menos 1 (um) contato telefônico e 1 (um) e-mail. A forma de aferição e medição dos serviços será avaliada por meio de Estudo Técnico Preliminar, no Mapa de Riscos e Gerenciamento de Riscos; anexos ao Edital. Unidade de Serviço foi definida de acordo com as especificações técnicas, referentes ao objeto da contratação, não interferindo em situações de inexecução total ou parcial do serviço.
INFORMAÇÕES

9. RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1. O repasse compreende os valores da passagem aérea, taxas de embarque, outras taxas e multas devidas às companhias aéreas, em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de passagens adquiridas.

9.1.2. A proposta das empresas deverá atender todas as condições, impostas na própria descrição/ especificação do objeto.

9.1.3. Contato em caso de Dúvidas: 1º Sgt ISRAEL – Aux Fisc Adm; Tel.: (92) 98421-1146; e-mail: fiscadm@pqrmnt12.eb.mil.br.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

23ª Cia E Cmdo
FL Nº 256
Rubrica

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com

os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ ou

única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. O prazo de validade;

16.4.2. A data da emissão;

16.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. O período de prestação dos serviços;

16.4.5. O valor a pagar; e

16.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. Não produziu os resultados acordados;

16.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

FLN 968

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365} \qquad I = 0{,}00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. REAJUSTE

17.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas.

18.2. A contratação objeto desta licitação é serviço de natureza continuada, porém, sem dedicação de mão de obra exclusiva, sendo nesse caso, ato discricionário da Administração exigir garantia.

18.3. Considerando os objetivos alcançados na última contratação, conforme estudos preliminares, as ações de contingência apresentadas em relação aos riscos levantados, a baixa complexabilidade técnica do objeto e o pouco risco financeiro, tendo em vista, tratar-se de contratação feita de acordo com a necessidade; a exigência de garantia torna-se desnecessária.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. Cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior

ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

	INFRAÇÃO	
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
	Para os itens a seguir, deixar de:	
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/ contrato;	01

11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

FLS Nº 266

20.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.3.1 Valor Global: R$ 55.040,00 (cinquenta e cinco mil e quarenta reais)

22.3.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1 O custo estimado da contratação é de R$ 55.040,00 (cinquenta e cinco mil e quarenta reais)

ISRAEL PEREIRA DE PAUDA – 1º Sgt
Aux Fisc Adm

De acordo.

DANIEL AZEVEDO ROSA – 2º Sgt
Integrante Administrativo

Ciência do fiscal administrativo:

Manaus - AM, 11 de agosto de 2022.

EVERSON ALBUQUERQUE DA SILVA – Cap
Fiscal administrativo da Pq R Mnt/ 12

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o conteúdo deste Termo de Referência com fulcro no Inciso II, do Art. 14, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, em face de atender às necessidades do Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar para contratação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea.

Considerando as características do objeto da licitação, julgo conveniente adotar o Sistema de Registro de Preços (SRP) com fulcro nos incisos I, II, III e IV do Art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Cabe ressaltar que, para a contratação em tela, o Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar dispõe de recursos específicos que são repassados regularmente no transcorrer do Exercício, não causando impacto orçamentário e os recursos são compatíveis com o plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Manaus – AM, 11 de agosto de 2022.

JOSÉ AUGUSTO MARÇÃO – Ten Cel
Rsp Dir Pq R Mnt/12

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO / 12
(12ª Cia MB / 1969)
PARQUE DE MANUTENÇÃO MELLO E PÓVOAS

TERMO DE JUSTIFICATIVA

1. O Pq R Mnt/12 participa do processo em andamento, cujo objeto, é a contratação de empresa ou agência para prestação de serviço de agenciamento de viagens.

2. Há a necessidade de aquisição de passagens para suprir as demandas de deslocamentos de militares envolvidos em missões da vida vegetativa da OM, bem como outras operações e capacitações no qual o Pq R Mnt/12 encontra-se inserido. As atividades envolvem deslocamentos para capacitação de militares em outras Organizações Militares, outros órgãos e empresas especializadas e viagens para reuniões de coordenação.

3. Do exposto, considero que a contratação aqui pretendida se torna essencial e imprescindível para o andamento das atividades do Pq R Mnt/12. A Contratação se dará por meio de pregão eletrônico, pois atende a Administração e o interesse Público.

Manaus – AM, 11 de agosto de 2022.

JOSÉ AUGUSTO MARÇÃO – Ten Cel
Rsp OD Pq R Mnt/ 12

Memória de Cálculo

PREÇO ATUALIZADOS, CONSIDERANDO AQUISIÇÕES DE PASSAGENS ENTRE 10 E 15 DIAS

ORD	ANO	DESCRIÇÃO/EVENTO	DESTINO	VALORES CORRIGIDOS
1	2022	Realizar o Estágio Setorial de Oficial de Prevenção de Acidentes, Gerenciamento de Riscos e Identificador de Fatores de Acidentes/ 2022.	SÃO PAULO-SP	R$ 4.129,26
2	2022	Realizar o Simpósio de Manutenção para os Comandantes de Organizações Militares Logísticas de Manutenção/2022, de 9 AGO 22 a 12 AGO 22, no 9º Gpt Log, na Guarnição de Campo Grande-MS.	CAMPO GRANDE-MS	R$ 4.390,00
3	2022	Reunião de Coordenação na Diretoria de Material	BRASÍLIA-DF	R$ 4.404,00
4	2021	Realização de exames para a realização do curso de operação de estação aeronáutica e de informações aeronáuticas da aviação do Exército - 2022.	TAUBATÉ-SP	R$ 3.358,00
5	2021	Visita as empresas EUITRON - São Carlos e ARES no Rio de Janeiro com a finalidade de estudo e apresentação de soluções de problemas relacionados a itens de difícil aquisição referente a VBC LEOPARD 1A5.	RIO DE JANEIRO-RJ	R$ 2.675,00
6	2021	DESIGNAÇÃO PARA REALIAÇÃO DO ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL EM MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA VRE COINHA DE CAMPANA ARPA.	BRASÍLIA-DF	R$ 4.404,00
7	2021	Realização de curso de preparação para o comando, chefia e direção de OM, e PMGU "CPCOM" – 2021	BRASÍLIA-DF	R$ 4.404,00
8	2019	ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO EM MANUTENÇÃO DAS METRALHADORAS 5,56mm MINIMI, 7,62mm MAG e .50 M2 HB BROWNING a se realizado no Batalhão de Manutenção de Suprimento e Armamento (BMSA).	RIO DE JANEIRO-RJ	R$ 2.675,00
9	2018	Por ter sido designado a participar do Estágio de Capacitação de Pessoal / VTNE MBB Volkswagem, 5 Ton, Worker, que será realizado no período de 13 a 17 Ago 18, no 2º Batalhão Logístico Leve, em Campinas/SP.	CAMPINAS-SP	R$ 3.351,00
10	2018	Estágio de manutenção e operação de motor de popa no Centro de Instrução de Engenharia em Araguari-MG.	ARAGUARI-MG	R$ 3.363,00
11	2018	Participação em Estágio de Capacitação de militares em Curso de Manutenção de Fuzil 7,62 mm – FAL	CURITIBA-PR	R$ 1.602,00
12	2018	Participação no Estágio de Manutenção de Embarcação Guardian no Ano de 2018 (EMEGD/18) em Campo Grande-MS	CAMPO GRANDE-MS	R$ 4.390,00
13	2018	Realização de Exames Preliminares para o Curso Básico de Inteligência. Centro de Custo: 80108.	BRASÍLIA-DF	R$ 4.404,00
14	2018	Estágio de Manutenção de 1º, 2º e 3º escalão do Fz 5.556mm.	RIO DE JANEIRO-RJ	R$ 2.675,00
15	2018	Implantação Sistema Logístico de Manutenção e Sistema de Controle de Combustível	SANTA MARIA-RS	R$ 4.846,00
				R$ 55.070,26

Manaus-AM, 11 de agosto de 2022

ISRAEL PEREIRA DE PAUDA – 1º Sgt
Aux Fisc Adm

Resumo da Manifestação de Interesse

Órgão da UASG	UASG Gerenciadora	Nº da IRP
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CO	160022 - 00029/2022

Situação da IRP	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Data Provável da Licitação	Prazo Estimado de Validade da Ata
Encerrada	Pregão Eletrônico	Menor Preço	05/09/2022	12 meses

Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
Não	Sim

Objeto

Eventual contratação de serviços de agenciamento de viagens. Compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos.

Motivo para Adesão ao Processo de Contratação por SRP

A justificativa encontra-se no ETP.

Gestor de Compras

Gestor de Compras Interessado

Nome	CPF
KRISHNA OLIVIA VIEIRA DE MELO	709.053.041-87

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail
61 33153366		krishna.melo@saude.gov.br

Gestor de Compras Substituto

Nome	CPF

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail

UASG Interessada

Órgão da UASG Interessada	UASG Interessada
36000 - MINISTERIO DA SAUDE	250110 - COORDENAÇÃO GERAL DE MATERIAL E PATRI

Logradouro	Número	Complemento
EDIFÍCIO ANEXO A SALA 317 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE		

Bairro	Município/UF	CEP
	BRASÍLIA/DF	70058900

Itens Propostos

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Estimado (R$)	Município/UF de Entrega - Quantidade		Situação
1	Serviço	25828-Contratação de passagem aérea junto a companhia credenciada	Unidade	1,0000	BRASÍLIA/DF	7873	Aceita
2	Serviço	25828-Contratação de passagem aérea junto a companhia credenciada	Unidade	1,0000	BRASÍLIA/DF	10744510	Aceita

2 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Adicional

Observação

Anexo(s)

Arquivo	Anexado em
Artefatos.zip	11/08/2022

Fechar

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 25000.111686/2022-16

2. Objeto

2.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para emissão de voos domésticos, destinados ao atendimento às necessidades de deslocamento de servidores, militares, empregados públicos, colaboradores eventuais, dentre outros, para realização de reunião de colegiado (etapa nacional), denominada de 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Grupo	Item	Descrição do Item (Objeto)	Unidade de Medida	Quantidade Total
1	1	Prestação de serviço de Agenciamento de viagens, compreendendo, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem e reembolso de Passagem Aérea.	Unidade	7.873
	2	Repasse da passagem aérea, compreendendo os valores da passagem aérea, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas	Unidade	10.744.510

2.1.1. O **item 1** - Emissão de bilhete de passagem - voos domésticos compreende: Assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem.

2.1.2. O **item 2** - Repasse – voos domésticos compreende: Repasse voos nacionais, valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos.

2.1.3 A **execução do item 1** será realizada exclusivamente para a reunião de colegiado (etapa nacional), denominada de 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

2.1.4 O **item 2 do quadro acimanãoserá objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes**. Todos os licitantes deverão obrigatoriamente registrar proposta, no valor unitário de R$ 1,00 (um real), sob pena de desclassificação da proposta. Os licitantes que derem lances e cadastrarem propostas diferentes do valor informado terão suas propostas e lances desclassificados.

2.1.5 Para fins eminentemente operacionais relacionados à execução orçamentária e financeira do Ministério da Saúde (MS), particularmente nas atividades vinculadas ao empenho, pagamento e liquidação das despesas, o lote único do quadro acima também será composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos.

2.2 Em consulta ao Catálogo de Serviços do Sistema de Serviços Gerais (SIASG) o código pertinente à esta contratação é o de número **25828** – "Contratação de Passagem Aérea junto a Companhia Credenciada".

3. Descrição da necessidade

Agenciamento de Passagens Aéreas

3.1 Justificativa

3.1.1. Em complemento às disposições constante no Documento de Formalização da Demanda (DFD), faz-se necessário exarar às seguintes observações acerca da necessidade da contratação dos serviços supramencionados.

3.1.2 A Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI tem como uma de suas metas institucionais garantir a participação da população indígena no processo de formulação das políticas de saúde e do controle da sua execução, em todos os níveis de governo.

3.1.3 Deve ser ressaltado que a reunião de colegiado (etapa nacional), denominada de 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, foi convocada pelo Ministro de Estado da Saúde por meio da Portaria GM/MS nº 1.730, publicada no Diário Oficial da União em 14 de junho de 2018, Seção 1, com objetivo de atualizar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI).

3.1.4 Nos termos do Regimento da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, em seu artigo 2º, consta a realização em 3 (três) etapas, a saber: local, distrital e nacional.

> 3.1.4.1 As Etapas Locais e Distritais, ocorreram no exercício de 2018 e a Etapa Nacional encontrava-se prevista para o período de 27 a 31 de maio de 2019 (Portaria 1730, DE 13 DE JUNHO DE 2018) e posteriormente prorrogada para o período de 09 a 12 de dezembro de 2019 (Portaria nº 2.356, DE 4 DE SETEMBRO DE 2019) e 01 a 04 de julho de 2020 (Resolução CNS nº 639, de 06.12.2019).
>
> 3.1.4.2 Para a realização da Etapa Nacional, relevante frisar o Termo de Ajustamento de Conduta Extrajudicial - TAC firmado entre a União, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA, a Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI e o Ministério Público Federal, cujo acordo foi pelo emprego de esforços para a realização da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, cujo descumprimento não justificado poderá acarretar em apuração dos fatos no âmbito disciplinar, sem prejuízo da devida execução do TAC pelos meios devidos, conforme contido na letra "g", do instrumento.
>
> 3.1.4.3 Ademais, consta ainda da Portaria GM/MS n.º 1.730/2018 que:
>
> > [...]
> >
> > Art. 5º As despesas com a organização geral para a realização das Etapas da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena correrão à conta da dotação orçamentária consignada ao Ministério da Saúde.
> >
> > I - Em 2018 deverão onerar a ação 20YP - Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena; e,
> >
> > II - Em 2019, a despesa deverá onerar o orçamento daquele exercício, em ação específica.
> >
> > Parágrafo único. O Ministério da Saúde arcará com as despesas de hospedagem, transporte e alimentação de todos os Delegados que participarão da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena durante a realização da sua etapa nacional. (Grifo nosso)
>
> 3.1.4.4 Vale destacar que em razão da situação de emergência em saúde pública ocorrida, findou no adiamento da realização da 6ª CNSI e, em virtude disso, foi publicada a Resolução nº 673, de 27 de abril de 2022, que dispõe sobre a prorrogação da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, resolvendo pela alteração do período do evento da Etapa Nacional para 14 a 18 de novembro de 2022.

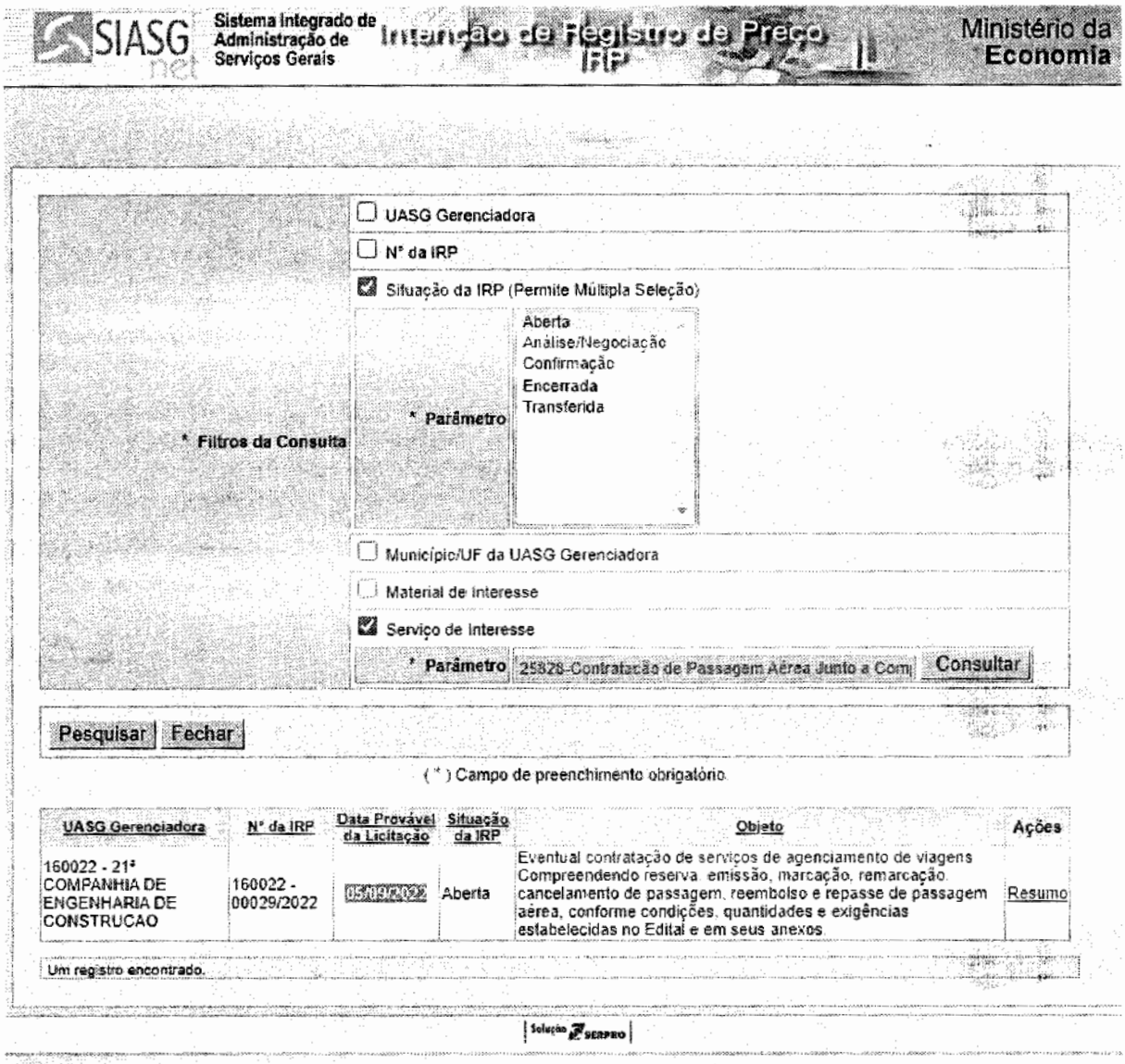
3.1.5 Desse modo, para a realização da etapa nacional surge a necessidade de aquisição de passagens visando suprir as demandas de deslocamentos dos participantes inscritos no evento, considerando o quantitativo de delegados distribuídos nas 5 (cinco) regiões do país e demais inscritos, tais como, convidados, palestrantes, comissão organizadora.

3.1.6 Ocorre que, no dia 01/08/2022, em reunião de planejamento, a Coordenação de Gestão Técnica Administrativa (COGAD), informou que não conseguiria atender a demanda de passagens aéreas requisitadas em virtude da ausência de saldo do Contrato sob o n.º 50/2022, firmado com o Ministério da Saúde, no limite do quantitativo destinado à esta Secretaria..

3.1.7 Na oportunidade, informamos ainda, que atendendo ao princípio da eficiência, o presente instrumento destina-se em localizar Intenções de Registro de Preços em aberto para garantia de participação, por se mostrar medida mais vantajosa e

célere, visto que é inviável a realização de Pregão Eletrônico, pois notoriamente, o prazo do procedimento é mais longo, o que fatalmente incidirá em elevação dos custos das passagens aéreas, comportamento comum do mercado.

3.1.8. Diante disso, em pesquisa localizou-se apenas um único registro, referente a IRP 160022 - 00029/2022 do 21ª Companhia de Engenharia de Construção, para eventual contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, cuja previsão de abertura do certame será em 05/09/2022, conforme *print* abaixo:



3.1.9 Atualmente, o Ministério da Saúde mantém o Contrato n.º 50/2022, com o mesmo objeto, entretanto, não foi prevista a demanda da 6ª CNSI quando da instrução processual, portanto, não dispondo a contratação de quantitativo para atendimento da conferência.

3.1.10 Desse modo, faz-se necessária a pretendida contratação, em atendimento às necessidades da Secretaria Especial de Saúde Indígena/MS de emissões de passagens aéreas aos participantes para a reunião de colegiado, denominada da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, confirme acordado no TAC acima mencionado, garantindo a continuidade dos serviços de saúde e a alteração das políticas de saúde.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável

Coordenação-Geral de Participação Social na Saúde Indígena - CGPSI/SESAI Ghislaine Maria de Oliveira Barros

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Requisitos Necessários ao Atendimento

5.1.1. Na disponibilização pela Contratada de sistema eletrônico que possibilite o acesso dos solicitantes do MS para realizar os procedimentos de cotação e reserva. A Contratada deverá realizar apresentação do referido sistema aos solicitantes de passagens, bem como fornecer logins e senhas exclusivos.

5.1.2. A Contratada deverá se atentar aos normativos vigentes que regem a emissões de passagens aéreas do Governo Federal.

5.1.3. As Propostas de Concessões de Diárias e Passagens (PCDPs), registradas no SCDP, é o meio pelo qual os solicitantes de passagens do MS registram as informações necessárias para as emissões dos bilhetes de passagens. A Contratada terá acesso exclusivo para acessar o SCDP e realizar os procedimentos de emissões. Após emissão dos bilhetes a Contratada deverá anexar ao SCDP o bilhete emitido e realizar os procedimentos de baixa.

5.1.4. A pretendida contratação possui quantitativo estimado de emissões. Quando do surgimento da necessidade de deslocamentos de servidores, militares, empregados públicos, colaboradores eventuais, dentre outros, a PCDP será registrada no SCDP. Em situação excepcionais que impossibilite o uso do sistema eletrônico de cotação, os solicitantes de passagens aéreas encaminharão e-mail à Contratada que deverá realizar os procedimentos de cotação, reserva, remarcação, cancelamento e emissão de passagens, respeitando-se todos os prazos dispostos.

5.1.5. A escolha do bilhete de passagem a ser emitido deve seguir os parâmetros:

5.1.5.1. melhor tarifa deverá ser realizada considerando o horário e o período da atividade do participante no evento, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente utilizando os seguintes parâmetros:

5.1.5.2. o voo deve recair prioritariamente em percursos de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões;

5.1.5.3. os horários de partida e de chegada do voo devem estar compreendidos no período entre 7hs e 21hs, salvo a inexistência de voos que atendam a estes horários;

5.1.5.4. deve-se priorizar o horário de chegada do voo que anteceda em no mínimo 3hs do início previsto dos trabalhos do evento ou missão; e

5.1.5.5. Os demais procedimentos necessários à prestação dos serviços serão detalhados no decorrer deste instrumento.

5.2 Da Natureza Continuada ou Não do Serviço

5.2.1. A Orientação Normativa AGU nº 08, de 1º/4/2009 firma o entendimento de que "o fornecimento de passagens aéreas e terrestres se enquadra no conceito de serviços previsto no inciso II, do art. 6º, da Lei 8.666/93".

5.2.2. De acordo com o Despacho nº 503/2005 aprovado pelo Advogado Geral da União, em 7/4/2006, os serviços de agenciamento de viagens caracterizam-se como prestação e serviços continuados, admitindo-se a prorrogação, adstrita aos créditos orçamentários e ao interesse da Administração desde que preenchido os requisitos do item 3, do anexo IX, da IN 05 /2017 - Seges.

5.3 Vigência do Contrato

5.3.1. A vigência contratual será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura podendo, a critério da Contratante mediante termo aditivo a ser prorrogado, conforme previsto no inciso II, art. 57, da Lei nº 8.666/93.

5.4 Transição Gradual com Transferência de Conhecimento, Tecnologia e Técnicas Empregadas

5.5.4 Considerando que a prestação de serviços de agenciamento de viagens amplamente difundida no mercado, não abrange a aplicação de conhecimento, tecnologia e técnicas complexas, entendemos não ser necessário estabelecer requisitos relativos à transição contratual.

277

6. Fundamentos Legais

6.1. O presente objeto está fundamentado:

6.1.1 Lei nº 8.666/93;

6.1.2. Lei nº 10.520/2002;

6.1.3. Decreto 7.892/2013;

6.1.4 Decreto 10.024/2019

6.1.5. Decreto Lei 200/1967

6.1.6 Instrução Normativa n.º 05/2017- Seges;

6.1.7 Instrução Normativa n.º 73/2020- Seges;

6.1.8 Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS – DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada. Abril de 2020.

7. Levantamento de Mercado

7.1 **As soluções de mercado encontradas foram**:

a) Agenciamento – Serviço prestado por agência de viagens e turismo compreendendo a venda comissionada ou a intermediação remunerada na comercialização de passagens, viagens e outros serviços correlatos. O agenciamento pode ser feito por meio de posto avançado de serviços ou somente de forma remota (e-mail e telefone).

b) Compra Direta – Trata-se da aquisição de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas credenciadas pelo Governo Federal, sem o intermédio de Agência de Viagens e Turismo, por meio de sistema informatizado que permite realizar a cotação, a reserva e a emissão dos bilhetes em tempo real, com aplicação automática dos benefícios fixados nos acordos corporativos firmados com as credenciadas, a exemplo dos descontos sobre tarifas.

7.2 A escolha pelo agenciamento de viagens advém da impossibilidade de realizar a compra de passagens via Compra Direta /Aquisição Direta, uma vez que esta solução promovido pela Central de Compras do Ministério da Economia encontra-se em fase de testes e o projeto piloto só foi implantado na Controladoria-Geral da União (CGU) e no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

7.3 Assim, a única forma de aquisição de passagens aéreas, pela Administração Pública Federal, é através da contratação de uma agência de viagens, nos moldes estabelecidos nos normativos vigentes.

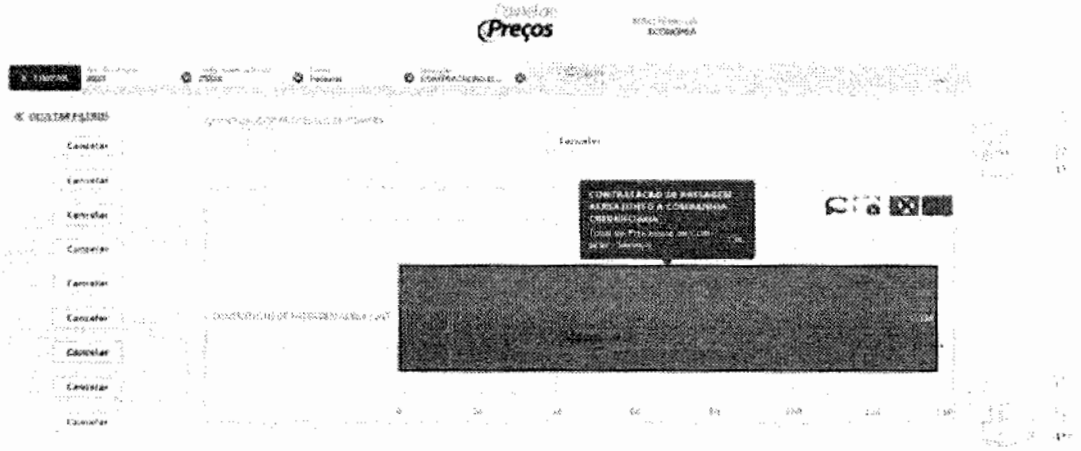
7.4 Os serviços de agenciamento de viagens são prestados por empresas que possuem o certificado de cadastro junto ao Ministério do Turismo (Lei nº 11.771/2008, art. 22 e Decreto nº 7.381/2010, art. 18) como agência de turismo.

7.5 Pela sistemática utilizada pelas companhias aéreas, praticada no mercado e validada pela lei Nº 11.182/2005, que versa sobre a liberdade tarifária para estipulação de seus preços, não é possível estabelecer previamente os valores a serem praticados por cada companhia aérea Credenciada. Assim, a prestação dos serviços por cada Credenciada dar-se-á somente nas hipóteses em que essa ofertar o menor preço nas pesquisas de voos, realizadas por meio do sistema de acesso, busca, reserva, emissão e gestão de passagens aéreas do órgão.

PESQUISA DE MERCADO

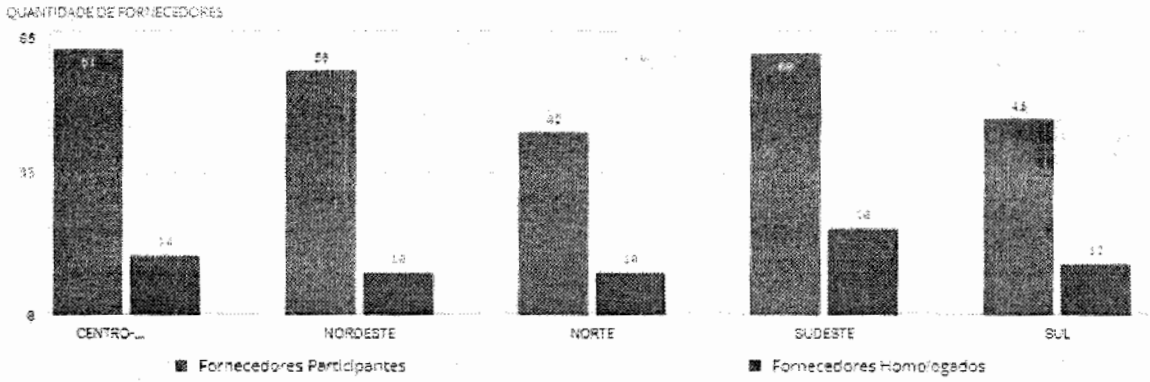
Contratação de Agenciamento de Viagens no Brasil por Órgão e Entidades Públicas

7.5 Em ampla pesquisa realizada no Painel de Preços do Ministério do Planejamento (https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-servicos) adotando como critério de pesquisa o perímetro territorial nacional, contratações de serviços de agenciamento de viagens CATSER 25828, dentre as contratações realizadas no exercício de 2022, observou-se uma considerável quantidade de processos de contratação em âmbito nacional com uma satisfatória quantidade de fornecedores do referido serviço conforme demonstra os quadros a baixo (pesquisa realizada 09/08/2022).



7.6 Observa-se que, dentre os 136 processos de contratação, houve uma quantidade considerável de fornecedores homologados em todas as 5 (cinco regiões).

7.7 Ademais, ao restringir a busca para o âmbito das regiões, dentre as contratações realizadas no exercício de 2022, observou-se para a Região Centro-Oeste 14 (quatorze) processos de contratação realizados na referida região, com uma quantidade consideravelmente satisfatória de fornecedores dentre participantes e homologados.



8. Descrição da solução como um todo

8.1 Detalhamento dos serviços

8.1.1 Somente as agências de turismo certificadas junto ao Ministério do Turismo podem realizar a prestação dos serviços de agenciamento de viagens, isto é, emissão de passagens aéreas, que permitem o deslocamento dos participantes no interesse do MS.

8.2 Das Disposições Gerais

8.2.1 Os serviços serão prestados mediante as informações registradas na Proposta de Concessão de Diárias e Passagens (PCDP), por meio de acesso exclusivo ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) disponibilizado à contratada.

8.2.3 Para o perfeito cumprimento do objeto, a contratada deverá dispor de central de atendimento para execução dos serviços demandados, devendo as requisições serem realizadas pelos servidores formalmente designados pela Contratante, diretamente no SCDP ou, em situações de indisponibilidade do sistema, por e-mail.

8.2.4 Os bilhetes de passagem de voos domésticos emitidos por solicitação via e-mail deverão ser regularizados por meio da criação de PCDP no primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, vinculando os dados do bilhete de passagem emitido, inclusive a cotação e reserva realizadas pela contratada.

8.2.5 Caso a impossibilidade de formalização da demanda via SCDP perdure além do primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, o e-mail de solicitação constituirá documento hábil para substituir a PCDP para fins de faturamento, sem excluir a necessidade de registro no SCDP tão logo seja normalizado o acesso ao referido sistema.

8.2.6 Manter equipe preparada e capacitada para operacionalizar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).

8.2.7 Efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias aéreas.

8.2.8 As tarifas praticadas devem ser aquelas praticadas pelas Companhias Aéreas, sem comissionamento. Quaisquer valores a título de comissão, incentivos ou qualquer outro valor com o mesmo fim, deverão ser repassados à Contratante, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Contrato.

8.2.9 Repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas.

8.2.10 Fornecer, sempre que solicitado pelo Contratante, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea.

8.2.11 As emissões dos bilhetes de passagens aéreas serão feitas e autorizadas através do Sistema de Concessão de Diária e Passagens - SCDP, de utilização obrigatória pelos Órgãos da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme art. 12-A do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

8.2.12 A Contratada deverá indicar preposto para atender, inclusive, os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o contratante, plantão de telefones fixos, celulares/whatsapp e e-mails.

8.2.13 A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências da Contratada.

8.2.14 Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo MS.

8.2.15 Fornecer passagens de qualquer companhia aérea que atenda aos trechos e horários requisitados.

8.2.16 Fornecer assentos que atendam a casos particulares/especiais de comorbidades em razão das necessidades do passageiro.

8.2.17 Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas com relação ao fornecimento de bilhetes de passagens.

8.2.18 É requisitado às agências que as faturas e a comunicação formal sejam em meio eletrônico/digital, evitando o consumo de papel, em atendimento a critérios de sustentabilidade.

8.3 Central de Atendimento

8.3.1 A Contratada deve manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta, central de atendimento, com acionamento por meio de mensagens eletrônicas (e-mail), pelo SCDP, whatsapp e por chamadas telefônicas, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados, a partir do primeiro dia de execução do contrato.

8.3.2 Para recepcionar as solicitações por e-mail ou telefone, a Contratada deverá manter endereço eletrônico para troca de mensagens, whatsapp e sistema telefônico 0800, cujo número deverá ser fornecido à contratante no momento da assinatura do contrato.

8.3.3 A Contratada deverá gerar número de protocolo para todas as solicitações realizadas, seja por sistema, e-mail, whatsapp ou telefone, bem como efetuar a gravação das chamadas telefônicas.

8.3.4 Os protocolos gerados deverão ser informados aos usuários no início do atendimento.

8.3.5 As gravações das chamadas telefônicas deverão ser armazenadas por prazo não inferior a 6 (seis) meses e disponibilizadas sempre que houver solicitação da contratante.

8.3.6 A Contratada deverá realizar procedimento de identificação dos servidores autorizados a utilizar este serviço, mediante confirmação de alguns de seus dados pessoais ou outros que julgar necessários.

8.3.7 A Contratante deverá disponibilizar à Contratada, as relações contendo as seguintes informações dos servidores autorizados a solicitarem a prestação de serviços:

- nome;
- e-mail institucional;
- matrícula no SIAPE;
- unidade de vinculação;
- telefone; e
- número do CPF.

8.3.8 O envio das relações citadas no item anterior é indispensável para o início da execução contratual por parte da Contratada, para as demandas solicitadas via sistema, e-mail, whatsapp ou telefone.

8.3.11 As solicitações encaminhadas à Contratada, por e-mail, deverão conter as mesmas informações previstas nos itens de pedido de cotação e outras necessárias para o atendimento da demanda.

8.4 Emissão de Bilhetes de Passagens – Voos Domésticos

8.4.1 Este serviço compreende:

8.4.1.1 **Assessoria**: entende-se por assessoria para emissão de bilhetes de passagem, o serviço prestado pela Contratada, visando auxiliar a análise e escolha de melhores opções de voos, dentre eles:

8.4.1.1.1 quando não houver disponibilidade em voos sem escala/conexão ou voos com razoável tempo de duração, devendo a Contratada apresentar opções para que seja analisada aquela que apresente a melhor relação custo x benefício para o MS;

8.4.1.1.2 em virtude de ocorrência de evento, seminário, encontro ou situação semelhante, em que o número de passageiros permita a negociação de melhores tarifas, visando economicidade ao MS, e

8.4.1.1.3 dentre outros.

8.4.1.2 **Cotação**: deve refletir com exatidão as informações atualizadas de todos os voos disponíveis nas datas solicitadas, consideradas inclusive as promoções tarifárias vigentes, contendo no mínimo as seguintes informações:

- companhia aérea;
- país/cidades de origem e destino;
- duração do voo;
- quantidade e duração das escalas/conexões, se houver;
- datas e horários do voo e aeroportos utilizados;
- valor da tarifa;
- valor da taxa de embarque; e
- valor da taxa de remarcação, se houver.

8.4.1.2.1 Em caso de indisponibilidade do sistema, o pedido de cotação deve ser enviado à Contratada, por e-mail, contendo no mínimo as seguintes informações:

- número da PCDP, quando a demanda já tiver sido registrada no SCDP;

- nome da unidade solicitante;
- nome do solicitante/fiscal,
- e-mail e telefone do solicitante/fiscal;
- tipo de viagem;
- natureza de viagem;
- data prevista da partida;
- data prevista do retorno;
- cidade de origem;
- cidade de destino;
- nome completo do passageiro;
- data de nascimento do passageiro;
- CPF do passageiro;
- telefone para contato do passageiro;
- endereço eletrônico do passageiro;
- classe de voo: econômica;
- horários previstos de início e término do trabalho, evento ou missão no destino; e
- eventual deficiência do passageiro.

8.4.1.2.2 A Contratada deverá, submeter à apreciação da Contratante, as opções de voos disponíveis (cotação), por e-mail, para escolha e solicitação da reserva.

8.4.1.2.3 Encaminhar a cotação de horários e valores das companhias aéreas que operam o trecho pretendido de forma padrão a ser definida entre a Contratada e a Contratante nos prazos de 2 (duas) horas;

8.4.1.3 **Reserva**: deve ser discriminada por trecho com base nas informações de cotação contidas na etapa anterior, bem como, o código de reserva, data e hora de validade da reserva e demais dados para a unidade solicitante, visando à necessária aprovação.

8.4.1.3.1 Devem ser observadas, sempre que possível, as opções de ida e volta pela mesma companhia aérea, visto que esta condição pode oferecer menores valores de tarifas.

8.4.1.3.2 Em caso de indisponibilidade do sistema, a reserva deve ser enviado pela Contratada, por e-mail à Contratante.

8.4.1.4 **Emissão**: será realizada pela Contratada, com base nas informações de cotação e reserva contidas nas etapas anteriores.

8.4.1.4.1 após a emissão, os bilhetes de passagem serão encaminhados, pela Contratada, à unidade solicitante e ao passageiro, por e-mail, bem como, deverá anexá-los ao SCDP;

8.4.1.4.2 deve constar nos bilhetes de passagens aéreas emitidos, o contato telefônico da agência de viagens para prestarem informações necessárias e esclarecimentos aos passageiros referente a viagem;

8.4.1.4.3 em caso de indisponibilidade do sistema, o bilhete de passagem emitido deve ser enviado pela Contratada, por e-mail, à unidade solicitante para conferência e cadastramento no SCDP;

8.4.1.4.4 a Contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas em até 02 (duas) horas, no mesmo dia da aprovação da emissão dos bilhetes pela Contratada; e

8.4.1.4.5 havendo expiração do prazo da reserva e caso não seja possível reativá-la nos mesmos valores, o procedimento visando à emissão deve ser reiniciado.

8.5 Alteração de Bilhete de Passagem

8.5.1 A alteração de bilhete de passagem deve ser precedida de nova cotação e reserva, visando subsidiar a decisão sobre a alteração ou cancelamento seguido de nova emissão, o que for mais vantajoso para o MS.

8.5.2 As alterações de bilhetes de passagem serão requeridas pela unidade solicitante, pelo SCDP ou por e-mail, discriminadas por trecho.

8.5.3 Caso a alteração possua mudança ou inclusão de destinos, a Contratada receberá solicitação de nova assessoria para indicação das opções que melhor atendam à demanda.

8.5.4 A alteração dependerá da disponibilidade de assentos e poderá ensejar em aplicação de multas e eventuais diferenças tarifárias estabelecidas pela companhia aérea.

8.5.5 Imediatamente após a alteração que resulte em crédito, situação na qual o valor do bilhete de passagem original é superior à soma da multa e da diferença tarifária, a Contratada deverá requerer, imediata e formalmente, o reembolso dos valores aos quais a Contratante tem direito, para que seja efetuada a glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e comprovante das companhias aéreas, discriminadas por unidade solicitante.

8.5.6 A Contratada poderá, em casos excepcionais, por solicitação direta do passageiro remarcar passagem aérea emitida pela Administração Pública para atender interesse particular, desde que todos e quaisquer custos da alteração, inclusive eventuais multas de cancelamento, no caso de não utilização do bilhete, seja arcada inteiramente pelo passageiro, não gerando nenhum ônus a Administração.

8.5.7 Quaisquer alterações de percurso, data ou horário de deslocamentos serão de inteira responsabilidade do servidor, se não forem autorizadas ou determinadas pela Administração, conforme Art. 18-B, da IN/SLTI/MPOG nº 3/2015.

8.5.8 O servidor poderá dispensar o uso da passagem concedida pela Administração, desde que arque com os custos de alteração do bilhete emitido ou, em caso de não utilização, arque com as tarifas de cancelamento do bilhete, que não devem ser atribuídas à Administração.

8.5.9 A alteração restringe a permanência do servidor no local, ainda que no exterior e fora do período de autorização, desde que o período extrapolado seja o de descanso semanal remunerado ou feriado, mesmo que algum dos trechos aéreos tenha sido franqueado pela Administração.

8.6 Cancelamento de Bilhetes de Passagem

8.6.1 Este serviço compreende:

8.6.1.1 Cancelamento originado pela extinção da demanda.

8.6.1.1.1 A informação de cancelamento será fornecida pela Contratante à central de atendimento da Contratada, pelo SCDP ou por e-mail, com base nas informações do bilhete de passagem emitido.

8.6.1.1.2 Após o recebimento da informação acima, a Contratada deverá efetuar o cancelamento do bilhete de passagem, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, objetivando a isenção da cobrança de taxa de no-show, quando possível, de acordo com as regras da companhia aérea.

8.6.1.1.3 Todas as solicitações de cancelamento devem constar no relatório por unidade para controle dos bilhetes de passagem passíveis de reembolso.

8.6.1.2 Cancelamento originado de demanda de alteração, ocorre em duas situações:

8.6.1.2.1 quando analisadas as cotações, a unidade solicitante verifica que há melhor relação custo X benefício com nova emissão, e não com a remarcação do bilhete de passagem; e

8.6.1.2.2 quando houver inexistência de voos que permitam a alteração do bilhete de passagem já emitido.

8.6.1.2.3 Para as situações acima, a Contratada deverá efetuar o cancelamento do bilhete de passagem e iniciar o processo de nova emissão, informando nova cotação do voo pretendido, para escolha da melhor opção e posterior aprovação, cabendo nesse caso, cobrança de remuneração pela nova emissão.

8.6.1.2.4 A solicitação de cancelamento será fornecida pela Contratante à Contratada, pelo SCDP ou por e-mail, com base nas informações do bilhete de passagem emitido.

8.7 Reembolso

8.7.1 Imediatamente após o cancelamento, a Contratada deverá requerer, junto à companhia aérea, o reembolso dos créditos provenientes da passagem cancelada. Isso representa, no mínimo, o valor da taxa de embarque.

8.7.2 A Contratada deverá adotar as medidas necessárias para a efetivação do reembolso tão logo lhe seja solicitado o cancelamento do bilhete de passagem ou quando da ocorrência de no-show.

8.7.3 O reembolso do bilhete de passagem se dará por intermédio de glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e detalhamento das regras aplicadas pela companhia aérea, discriminada por unidade solicitante.

8.7.4 Na impossibilidade do reembolso ser realizado mediante glosa em fatura, será emitido GRU, no valor da nota de crédito correspondente aos reembolsos pendentes.

8.7.4 A Contratada deve gerar relatório mensal de todos os bilhetes de passagem cancelados, alterados e não utilizados. O relatório deve ser apresentado a fiscalização administrativa juntamente com os respectivos comprovantes emitidos pelas companhias aéreas, contendo no mínimo:

- unidade solicitante;
- dados do bilhete de passagem: nome do passageiro, origem/destino, data do voo;
- valor pago;
- valor da multa; e
- valor do crédito.

8.7.4.1 Sempre que necessário, a Contratante poderá solicitar emissão de relatório parcial, contemplando os dados acima, caso em que a Contratada deverá fornecer o documento em até 72 (setenta e duas horas).

8.7.5 A Contratante efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

8.7.6 O prazo para reembolso não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados da data da solicitação.

8.7.7 O reembolso obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação, inclusive prazo de reembolso, taxa administrativa e outras penalidades, previstos na legislação vigente.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1 Para determinar os quantitativos de bilhetes foram considerados os trechos das regiões dos participantes, dentre delegados eleitos e natos, convidados e trabalhadores da saúde (comissões), bem como a logística de transporte, considerando os voos comerciais mais próximos das terras indígenas.

Segmentos	Eleitos Dsei	Eleitos Entidades e Instituições Nacionais	Eleitos Conselheiros Nacionais de Saúde	Eleitos Conselheiros FPCONDISI	Total Parcia	5% Convidados	Total
Total Máximo Estimado	1.648	80	48	34	1.810	91	1.901

9.2 Necessidade de bilhetes aéreos para a 6ª CNSI:

			QUANTIDADE	QUANTIDADES DE TRECHOS	Nº DE	TRECHOS POR

REGIÃO	DSEI	CIDADES	DE EMISSÕES NECESSÁRIAS	AÉREOS SAINDO DO MESMO LOCAL	DELEGADOS	DESLOCAMENTO
REGIÃO NORTE 1	ALTO RIO NEGRO	São Gabriel/Manaus/Brasília	320	160	80	SJL/MAO
						MAO/SJL
						MAO/BSB
						BSB/MAO
	ALTO RIO SOLIMÕES	Tabatinga/Manaus/Brasília	544	272	136	TBT/MAO
						MAO/TBT
						MAO/BSB
						BSB/MAO
	MANAUS	Manaus/Brasília	128	128	64	MAO/BSB
						BSB/MAO
	MÉDIO RIO PURUS	**Lábrea/Manaus ou Porto Velho**	**64**	**32**	**16**	**LBR/MAO**
						MAO/LBR
						MAO/BSB
						BSB/MAO
	MÉDIO RIO SOLIMÕES	Tefé/Manaus/Brasília	192	96	48	TFF/MAO
						MAO/TFF
						MAO/BSB
						BSB/MAO
	PARINTINS	Parintins/Manaus/Brasília	128	64	32	PIN/MAO
						MAO/PIN
						MAO/BSB
						BSB/MAO
	VALE DO JAVARI	Atalaia/Tabatinga/Manaus/Brasília	64	32	16	ATALAIA – FLUVIAL
						TBT/MAO
						MAO/TBT
						MAO/BSB
						BSB/MAO
SUBTOTAL			**1440**	**784**	**392**	
REGIÃO NORTE 2	ALTAMIRA	Altamira/Belém/Brasília	64	32	16	ATM/BEL
						BEL/BSB
						BSB/BEL
						BEL/ATM
	ALTO RIO JURUÁ	Cruzeiro do Sul/Rio Branco/Brasília	160	80	40	CZS/RBR
						RBR/BSB
						RBR/CZS
						BSB/RBR
	ALTO RIO PURUS	Rio Branco/Brasília	64	64	32	RBR/BSB
						BSB/RBR
	AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	Macapá/Brasília	48	48	24	MCP/BSB
						BSB/MCP
	GUAMÁ-TOCANTINS	Belém/Brasília	64	64	32	BEL/BSB
						BSB/BEL
	KAIAPÓ DO PARÁ	Palmas/Brasília	32	32	16	PMW/BSB
						BSB/PMW
						BVB/BSB

	LESTE DE RORAIMA	Boa Vista/Brasília	208	208	104	BSB/BVB
	PORTO VELHO	Porto Velho/Brasília	48	48	24	PVH/BSB
						BSB/PVH
	RIO TAPAJÓS	Itaituba/Belém/Brasília	96	48	24	ITB/BEL
						BEL/ITB
						BEL/BSB
						BSB/BEL
	TOCANTINS	Palmas/Brasília	48	48	24	PMW/BSB
						BSB/PMW
	VILHENA	Vilhena/Brasília	32	32	16	BVH/BSB
						BSBBVH
	YANOMAMI	Boa Vista/Brasília	112	112	56	BVB/BSB
						BSB/BVB
SUBTOTAL			**976**	**320**	**408**	
REGIÃO NORDESTE	ALAGOAS E SERGIPE	Maceió/Brasília	64	64	32	MCZ/BSB
						BSB/MCZ
	BAHIA	Salvador/Ilhéus/Brasília	128	128	64	IOS/BSB
						BSB/IOS
	CEARÁ	Fortaleza/Brasília	144	144	72	FOR/BSB
						BSB/FOR
	MARANHÃO	São Luiz/Brasília	144	144	72	SLZ/BSB
						BSB/SLZ
	PERNAMBUCO	Recife/Brasília	208	208	104	REC/BSB
						BSB/REC
	POTIGUARA	João Pessoa/Brasília	64	64	32	JPA/BSB
						BSB/JPA
SUBTOTAL			**752**	**752**	**376**	
REGIAO CENTRO-OESTE	ARAGUAIA	TERRESTRE	64	32	16	SFA/CGB
						CGB/SFA
						CGB/BSB
						BSB/CGB
	CUIABÁ	Cuiabá/Brasília	32	32	16	CGB/BSB
						BSB/CGB
	KAIAPÓ DO MATO GROSSO	Sinop/Brasília	32	32	16	OPS/BSB
						BSB/OPS
	MATO GROSSO DO SUL	Campo Grande/Brasília	320	320	160	CGR/BSB
						BSB/CGR
	XAVANTE	TERRESTRE	80	80	40	BPG/BSB
						BSB/BPG
	XINGU	TERRESTRE	32	32	16	BPG/BSB
						BSB/BPG
						E O RESTANTE DE ÔNIBUS
SUBTOTAL			**560**	**528**	**264**	
	INTERIOR SUL	Florianópolis/Brasília	304	304	152	FLN/ BSB
						BSB/FLN
						CWB/BSB

REGIÃO SUL /SUDESTE	LITORAL SUL	Curitiba/Brasília	48	48	24	BSB/CWB
	MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO	BH/Vitória/Governador Valadares /Brasília	64	64	32	BSB/GVR GVR/BSB
SUBTOTAL			416	416	208	
TOTAL DE PASSAGENS A SEREM EMITIDAS			4144			
PERCENTUAL PARA CANCELAMENTOS (30%)			1243			
PERCENTUAL PARA REMARCAÇÕES (30%)			1243			
PERCENTUAL PARA REEMBOLS (30%)			1243			
TOTAL			7873			

9.2.1 Assim, tendo em vista se tratar de uma contratação cuja execução se dará por demanda e o quantitativo aqui apresentado é uma estimativa do que poderá ser a demandado, chegou-se ao quantitativo total de **7.873 unidades.**

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 10.744.746,19

10.1 As estimativas de gastos para a contratação dos serviços de agenciamento de viagens procedem das estimativas das quantidades com base nos trechos de deslocamento, conforme especificações dispostas neste instrumento/ETP e demonstrado no item 9 – Estimativa das Quantidades a serem Contratadas, com seus respectivos totais.

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário
Outros	00001/2022	1	Pregão	123001 - CX.DE FINANCIAMENTO IMOBIL. DA AERONÁUTICA	25828	200	R$0,0200
Outros		2	Pregão		25828	200	R$0,0200
Outros	00031/2022	3	Pregão	153030 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	25828	30	R$0,0001
Outros	00003/2022	3	Pregão	158156 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	25828	16	R$0,0100
196	00009/2022	2	Dispensa	158720 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	25828	2	R$0,0100
8	00010/2022	1	Pregão	160027 - 4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX	25828	300	R$0,0100
Outros	00004/2022	1	Pregão	160121 - HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA	25828	222	R$0,0100
Outros	00012/2022	1	Pregão	160132 - MEX-9. BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE/MS	25828	5.130	R$0,0100
Outros	00012/2022	4	Pregão		25828	270	R$0,0100
17	00005/2022	1	Pregão	160140 - COMANDO DA 9A. REGIAO MILITAR/MS	25828	62.505	R$0,0100
Outros	00006/2022	3	Pregão	160157 - 9 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEX/MT	25828	3.820	R$0,0100
Outros	00006/2022	1	Pregão		25828	1.510	R$0,0100
15	00008/2021	1	Pregão	160175 - ADMINISTRATIVA DA GUARNICÃO DE JOÃO PESSOA	25828	2.088	R$0,0100
12	00014/2022	2	Pregão	160202 - 3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	25828	60	R$0,0100
13	00012/2021	1	Pregão	160219 - COMANDO 5 REGIAO MILITAR	25828	1.804	R$0,0100
16	00012/2021	3	Pregão		25828	619	R$0,0100
20	00012/2021	2	Pregão		25828	639	R$0,0100
Outros	00017/2021	1	Pregão	160293 - CMDO DA 1 BRIG.DE ARTILHARIA ANTI-AEREA	25828	1.350	R$0,0100
14	00006/2022	1	Pregão	160298 - COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ	25828	15.227	R$0,0100
19	00006/2022	3	Pregão		25828	4.453	R$0,0100
18	00008/2022	1	Pregão	170055 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PE	25828	15	R$0,1500
3	00052/2021	1	Pregão	218002 - EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS	25828	5.010	R$0,0001

1	00020/2022	2	Pregão	462939 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DES DA CIEN E TECNOLIA	25828	60.270	R$0,0001
5	00020/2022	1	Pregão		25828	500.000	R$0,0001
Outros	00019/2021	1	Pregão	783601 - ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARA	25828	200	R$0,0010
Outros	00005/2021	2	Pregão	925770 - FUND.DE APOIO E DESENV.AO ENS., PESQ. E EXT.	25828	1	R$0,0001
201	00016/2022	2	Pregão	925960 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	25828	1	R$0,0001
Outros	00001/2022	3	Pregão	926246 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE	25828	10.835	R$0,0001
Outros	00012/2021	5	Pregão	926391 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA GO	25828	10	R$0,0001
9	00002/2022	2	Pregão	926462 - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PI	25828	75	R$0,0100
11	00002/2022	1	Pregão		25828	650	R$0,0100
7	00041/2021	1	Pregão	926681 - DME DISTRIBUIÇÃO S/A POçOS DE CALDAS MG	25828	145	R$0,0001
4	00002/2022	1	Pregão	926700 - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ACRE	25828	1	R$0,0001
Outros	00002/2022	1	Pregão	926774 - CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA XII REGIÃO	25828	1	R$0,0001
2	00050/2022	1	Pregão	927877 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL DE MARABA	25828	100	R$0,0001
Outros	00002/2022	5	Pregão	928062 - CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 14ª REGIAL MS	25828	68	R$0,6800
6	00005/2021	1	Pregão	981251 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIUBA/CE	25828	1	R$0,0001
10	41101/2022	1	Pregão	981373 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA/CE	25828	1	R$0,0100

DESVIO PADRÃO	0,1112
MÉDIA	R$0,03
MEDIANA	R$0,01
LIMITE INFERIOR	-R$0,08
LIMITE SUPERIOR	R$0,14
COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	394%

10.2 Relativo ao Item 2 para mensurar o valor máximo estimado do repasse foi considerado o número de passageiros e os valores dos trechos da Região Norte aonde concentra o maior número de delegados, conforme demostra planilha abaixo:

SIMULAÇÃO DE CUSTO DE PASSAGEM POR PASSAGEIRO, CONSIDERANDO A REGIÃO NORTE, DE MAIOR QUANTITATIVO							
	TRECHOS	**QUANTIDADE DE BILHETES**	**COMPANHIA AÉREA**	**MENOR VALOR (R$)**	**MAIOR VALOR (R$)**	**MAIOR VALOR (R$)**	**PREÇO MÉDIO (R$)**
IDA	PARINTINS/MANAUS	2	AZUL	1.031,90	AZUL	1.096,90	1.064,40
	MANAUS/BRASÍLIA		LATAM	2.715,09	GOL	3.126,83	2.920,96
VOLTA	BRASÍLIA/MANAUS	2	LATAM	1.604,04	LATAM	1.773,79	1.688,91
	MANAUS/PARINTINS		AZUL	301,00	AZUL	396,00	348,50

TOTAL	4	-	5.652,03	-	6.393,52	6.022,77
QUANTIDADE ESTIMADA DE PASSAGEIROS ESTIMADA						1.901
TOTAL ESTIMADO DE REPASSE VOO DOMÉSTICO5						R$ 10.744.509,03
Observação: O custo unitário da passagem é meramente para fins estimativos e orçamentários, considerando ainda as possibilidades de reajustes por parte das companhias áreas com o decurso do tempo, bem como a simulação considerou o prazo mínimo de 15 (quinze) dias, conforme indicação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), por segurança. Todavia, quando da execução, as passagens deverão ser compradas com a máxima antecedência, em cumprimento ao princípio da economicidade.						

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

11.2 O artigo 23, da Lei nº 8.666/1993, em seu § 1º, dispõe que:

> §1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

11.3 O disposto, no entanto, não se aplica a presente demanda, por questões eminentemente operacionais, sendo necessário o agrupamento dos itens em um único grupo 01, afastando o caráter de parcelamento. O grupo 01 será composto de itens referente aos repasses de valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagens nacionais e correlatos.

11.4 O objeto em menção não pode ser parcelado, haja vista que as agências são intermediadoras entre a Administração e as companhias aéreas, assim no caso de emissão de bilhete pela agênciaA(execução do item 1 da pretendida contratação) sua alteração ou cancelamento e um possível reembolso só poderá ser realizado pela agênciaA. Acrescenta-se ao fato de que o item 2 representa repasse do valor pago em virtude da execução do itens 1.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em referência.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 A Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990 preconiza que as conferências ocorrerão no interstício de 4 (quatro) anos, sendo que a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena ocorreu em dezembro de 2013. Assim, a Secretaria Especial de Saúde Indígena previu a despesa, referente a 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena na PLOA 2022, PTRESS 175335, Plano de Trabalho 1057352155160001, Fonte 6153000000, plano Orçamentário 0002, ação orçamentária 20YP - Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena;

13.2 A conferência em comento objetiva a revisão da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas que compõe o Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - SasiSUS, em curso desde a sua criação, pela intitulada Lei Arouca – L. 9.836/99. Assim, o Objetivo 1241 da Lei 13.971/2019 (PPA), tem por propósito fortalecer a proteção, promoção e recuperação da Saúde Indígena, que é viabilizada através das Políticas Públicas de Saúde construídas em conjunto com participação social, permitindo assim a integralidade das ações e dos serviços em saúde;

13.3 Diante disso, os resultados que serão obtidos na realização da 6ª CNSI terá a capacidade de fortalecer a integração entre os serviços de saúde, que é a Diretriz do Programa 5022 (PPA), pois, as conferências permitem avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação das políticas pública deste setor;

13.4 As Conferências Nacionais de Saúde Indígena indicam os caminhos para compreender qual é a necessidade da população e o que é possível ser feito para que todos tenham acesso aos serviços de saúde com qualidade e respeito. Além disso, é um instrumento para avaliar os fatores determinantes e condicionantes que levam o adoecimento;

13.5 Ademais, a realização da etapa nacional da 6ª CNSI visa atender a Diretriz 11 aprovada no Planejamento Estratégico Institucional do Ministério da Saúde para os anos 2020 – 2023, que trata do aprimoramento do Subsistema de Atenção Integral á Saúde dos Povos Indígenas, disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_2020_2023.pdf , fls. 11.

13.6 Por fim, não menos importante, a contratação em tela está em consonância com o planejamento anual de contratações para execução no ano corrente (PAC 2021-2022, UASG 250110), no entanto, foi solicitado o desmembramento dos itens no sistema PGC para as contratações previstas para a realização da 6ª CNSI, **25000.022213/2022-37 e 25000.076277/2022-58,** cujo valor estimado para o Exercício (redimensionado) é de R$ 30.000.000,00, sendo que para esta contratação o valor estimado é de R$ 10.744.746,19.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1 O resultado pretendido é a viabilização e o atendimento às necessidades de deslocamento de participantes e demais convidados da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, no desempenho das atividades institucionais do Ministério da Saúde, cuja não contratação poderá comprometer o cumprimento do firmado no Termo de Ajustamento de Conduta Extrajudicial - TAC, bem como comprometer a meta institucional de garantir a participação da população indígena no processo de formulação das políticas de saúde.

14.2 A 6ª CNSI é o momento por excelência para aprimorar a PNASPI, redefinindo diretrizes que realmente efetivem as particularidades étnicas e culturais no modelo de atenção à saúde dos povos indígenas. A sua atualização visa aprimorar e fortalecer o SUS a partir da perspectiva dos povos indígenas que se entendem como parte do SUS e veem na atualização da política um importante mecanismo de garantia do SUS como modelo de atenção público, gratuito e de qualidade a todo povo brasileiro, uma vez que o subsistema é parte integrante do SUS.

15. Providências a serem Adotadas

15.1 Não há necessidade de adequação do ambiente administrativo, pois a emissão das passagens deverá ocorrer em ambiente virtual, e uma vez que o Ministério da Saúde já possui o SCDP para a solicitação de passagens aéreas não há providências nesse sentido a serem repassadas pelos solicitantes e fiscais.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 A utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) para todos os trâmites evita a necessidade de impressão das requisições de viagens. Assim, todos os envolvidos no processo de solicitação e emissão de passagens aéreas são orientados a anexar ao SCDP informações sobre a viagem, inclusive o passageiro recebe por e-mail o bilhete, não havendo necessidade de impressão,estando alinhado ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, de 21/06/2010.

16.2 A futura contratada deverá, inclusive, manter a documentação eletrônica anexando ao SCDP os bilhetes e reservas, inclusive o faturamento ocorrerá de forma eletrônica e o envio das notas fiscais e faturas será realizado por e-mail, com vistas a evitar a impressão.

16.3 Todo o fornecimento deverá levar em consideração os critérios de sustentabilidade ambiental conforme requisitos constantes da Instrução Normativa nº 01 da SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº7.746/12, que regulamentou o artigo 3º, "caput", da Lei nº 8.666/93.

17. Subcontratação

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

17.2. Ressaltamos que a possibilidade de subcontratação, referida no dispositivo, está adstrita a partes do objeto, e não à sua totalidade. Isso porque, admitir a subcontratação de todo o objeto representaria burla ao procedimento licitatório, uma vez que, na prática, o Órgão estaria contratando com um particular que não se submeteu à licitação.

17.3. Percebe-se que o ideal é que a própria Administração, considerando as características e especificidades do objeto, identifique no Estudo Técnico Preliminar quais parcelas dos serviços poderão ser subcontratadas sem que resulte em prejuízo na execução do objeto. Neste sentido, aliás, vede os seguintes excertos do Acórdão 1.941/06 – Plenário, do TCU (a título referencial), "os editais para contratação de obra, serviço ou fornecimento devem prever os limites admissíveis e os critérios para subcontratação parcial do objeto".

17.4. Ou seja, verifica-se que não há percentuais/parcelas a priori cuja subcontratação seja ou não permitida, sendo sua fixação, portanto, dependente das condicionantes do caso concreto, tratando-se, em verdade, de ato atrelado à discricionariedade da Administração, com base nos princípios da razoabilidade e respeito inarredável à regra estatuída constitucionalmente (art. 37, inc. XXI, da Constituição da República), atinente ao procedimento licitatório.

17.5. Em alinhamento a este entendimento temos o Decreto nº 8.538, de 2015, que no inciso I, parágrafo 6º do artigo 7º veda a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte para as parcelas de maior relevância técnica.

17.6. A identificação das parcelas de maior relevância deve ser feita em vista da determinação constitucional constante do inciso XXI do art. 37 da Constituição da República, segundo a qual a Administração somente poderá exigir das licitantes a comprovação de aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato.

17.7. Podemos considerar como "parcela de maior relevância técnica" o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução. Ou seja, trata-se da essência do objeto licitado, aquilo que é realmente caracterizador da obra ou do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação.

17.8. Nesse contexto, o objeto de contratação desse Estudo Técnico Preliminar é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de Agenciamento de Viagens, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, para emissões de voos domésticos, destinados ao atendimento às necessidades de deslocamento de servidores, militares, empregados públicos, colaboradores eventuais, dentre outros, no desempenho das atividades institucionais do Ministério da Saúde, restando caracterizadas como sendo parcelas de maior relevância cuja inexecução importe em risco mais elevado para a Administração, **motivo pela qual não vislumbramos a possibilidade de subcontratação desses serviços.**

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1 Depois de identificada a necessidade a ser atendida e, em razão dos levantamentos realizados, se identificou que a emissão das passagens no âmbito do Ministério da Saúde só poderá se dar por execução indireta, fato este que enseja a celebração de contratação da prestação de serviços junto ao mercado;

18.2 Em prospecção junto ao mercado e junto aos demais órgãos federais que administram atendimento para a mesma demanda constatamos que é recorrente a utilização de procedimentos de contratação de fornecedores junto ao mercado para a execução de serviços de agenciamento de passagens;

18.3 Em relação aos procedimentos de seleção foi confirmada, que o processo se dá, invariavelmente, por meio de confronto de propostas em certames licitatórios que estabelecem como regra a contratação de uma só empresa para prover todas as necessidades de passagens e a seleção é definida em razão da oferta de menor preço ofertado ao final da disputa;

18.4 Considerando tratar-se de um modelo de contratação que é recorrente e comum no mercado, com definição objetiva sem maiores discrepâncias ou particularidades, e com base nas informações levantadas nesse Estudo Preliminar, a equipe envolvida declara que a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação e remarcação, cancelamento de passagens, reembolso e repasse de passagem aérea, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária;

18.5 Diante do exposto, declara-se viável e extremamente essencial para a realização da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

19. Responsáveis

GHISLAINE MARIA DE OLIVEIRA BARROS
Coordenadora-Geral de Participação Social na Saúde Indígena

ELIANE LOPES DOS SANTOS
Coordenadora de Gestão Técnica e Administrativa

Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena
Coordenação-Geral de Gestão dos Contratos de Bens, Serviços e Insumos de Saúde Indígena
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratações de Bens e Serviços de Saúde Indígena

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de **Agenciamento de Viagens**, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para emissões de **voos domésticos**, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, destinados ao atendimento às necessidades de deslocamento de servidores, militares, empregados públicos, colaboradores eventuais, dentre outros, para a realização de reunião de colegiado (etapa nacional), denominada de 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Grupo	Item	Descrição do Item (Objeto)	CATSER	Unidade de Medida	Req. Min.	Req. Máx	Quantidade Total	Valor Unitário Máximo	Valor Total
1	1	Prestação de serviço de Agenciamento de viagens, compreendendo, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem e reembolso de Passagem Aérea.	25828	Unidade	10	4.192	7.873	R$ 0,03	R$ 236,19
	2	Repasse da passagem aérea, compreendendo os valores da passagem aérea, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas		Unidade	01	01	10.744.510	R$ 1,00	R$10.744.510,00
								Preço Máximo Global	**R$ 10.744.746,19**

1.1.1. O **item 1** - Emissão de bilhete de passagem - voos domésticos compreende: Assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem.

1.1.2. O **item 2** - Repasse – voos domésticos compreende: Repasse voos nacionais, valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos adquiridos.

1.1.3. A **execução do item 1** será realizada exclusivamente para a reunião de colegiado (etapa nacional), denominada de 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

1.1.4. **O item 2 do quadro acima não será objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes.** Todos os licitantes deverão obrigatoriamente registrar proposta, no valor unitário de R$ 1,00 (um real), sob pena de desclassificação da proposta. O licitante que der lance e cadastrar propostas diferentes do valor acima informado terá suas propostas e lances desclassificados.

1.1.5. Para fins eminentemente operacionais relacionados à execução orçamentária e financeira do Ministério da Saúde (MS), particularmente nas atividades vinculadas ao empenho, pagamento e liquidação das despesas, o lote único do quadro acima também será composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos.

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**, juma que este regime destina-se aos serviços que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência;

3.2. A prestação de serviço de **Agenciamento de Viagens**, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para emissões de **voos domésticos**, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, destinados ao atendimento às necessidades de deslocamento de servidores, militares, empregados públicos, colaboradores eventuais, dentre outros, para a realização de

3.2.1. A **execução do item 1** será realizada exclusivamente para a reunião de colegiado (etapa nacional), denominada de 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

3.2.2. Para fins eminentemente operacionais relacionados à execução orçamentária e financeira do Ministério da Saúde (MS), particularmente nas atividades vinculadas ao empenho, pagamento e liquidação das despesas, o lote único do quadro acima também será composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos.

3.2.3. **Os itens 2 do quadro acima não serão objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes.** Todos os licitantes deverão obrigatoriamente registrar proposta, no valor unitário de R$ 1,00 sobe pena de desclassificação da proposta. O licitante que der lance e cadastrar propostas diferentes do valor acima informado terá suas propostas e lances desclassificados.

3.2.4. O **item 1** - Emissão de bilhete de passagem - voos domésticos compreende: Assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem.

3.2.5. O **item 2** - Repasse – voos domésticos compreende: Repasse voos nacionais, valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos adquiridos.

3.3. O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum** de prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea para a realização de reunião de colegiado(etapa nacional) denominada da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

3.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

3.5. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**, juma que este regime destina-se aos serviços que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

3.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

3.6.1. A **execução do item 1** será realizada exclusivamente para a reunião de colegiado (etapa nacional), denominada de 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

3.6.2. Para fins eminentemente operacionais relacionados à execução orçamentária e financeira do Ministério da Saúde (MS), particularmente nas atividades vinculadas ao empenho, pagamento e liquidação das despesas, o lote único do quadro acima também será composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos e ao repasse dos valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados.

3.6.3. **Os itens 2 do quadro acima não serão objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes.** Todos os licitantes deverão obrigatoriamente registrar proposta, no valor unitário de R$ 1,00 sobe pena de desclassificação da proposta. O licitante que der lance e cadastrar propostas diferentes do valor acima informado terá suas propostas e lances desclassificados.

3.6.4. O **item 1** - Emissão de bilhete de passagem - voos domésticos compreende: Assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem.

3.6.5. O **item 2** - Repasse – voos domésticos compreende: Repasse voos nacionais, valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e embolso de bilhetes de passagem em voos adquiridos.

3.7. O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum** de prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea para a realização de reunião de colegiado(etapa nacional) denominada da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

3.8. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

3.9. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**, juma que este regime destina-se aos serviços que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

3.10. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. **Requisitos Necessários ao Atendimento das Necessidades**

5.1.2.1. Na disponibilização pela contratada de sistema eletrônico que possibilite o acesso dos solicitantes do MS para realizar os procedimentos de cotação e reserva. A contratada deverá realizar apresentação do referido sistema aos solicitantes de passagens, bem como fornecer logins e senhas exclusivos;

5.1.2.2. A contratada deverá se atentar aos normativos vigentes que regem as emissões de passagens aéreas do Governo Federal;

5.1.2.3. As Propostas de Concessões de Diárias e Passagens (PCDPs), registradas no SCDP, é o meio pelo qual os solicitantes de passagens do MS registram as informações necessárias para as emissões dos bilhetes de passagens. A contratada terá acesso exclusivo para acessar o SCDP e realizar os procedimentos de emissões. Após emissão dos bilhetes a contratada deverá anexar ao SCDP o bilhete emitido e realizar os procedimentos de baixa;

5.1.2.4. A pretendida contratação possui quantitativo estimado de emissões. Quando do surgimento da necessidade de deslocamentos de servidores, militares, empregados públicos, colaboradores eventuais, dentre outros, a PCDP será registrada no SCDP. Em situação excepcionais que impossibilite o uso do sistema eletrônico de cotação, os solicitantes de passagens aéreas encaminharão e-mail à contratada que deverá realizar os procedimentos de cotação, reserva, remarcação, cancelamento e emissão de passagens, respeitando-se todos os prazos dispostos;

5.1.2.5. A escolha do bilhete de passagem a ser emitido deve seguir os parâmetros:

5.1.2.5.1. melhor tarifa deverá ser realizada considerando o horário e o período da atividade do participante no evento, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente utilizando os seguintes parâmetros:

5.1.2.5.1.1. o voo deve recair prioritariamente em percursos de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões;

5.1.2.5.1.2. os horários de partida e de chegada do voo devem estar compreendidos no período entre 7hs e 21hs, salvo a inexistência de voos que atendam a estes horários;

5.1.2.5.1.3. Deve-se priorizar o horário de chegada do voo que anteceda em no mínimo 3hs do início previsto dos trabalhos, evento ou missão; e

5.1.2.5.1.4. Os demais procedimentos necessários à prestação dos serviços serão detalhados no decorrer deste instrumento.

5.1.3. **Da Natureza Continuada ou Não do Serviço**

5.1.3.1. A Orientação Normativa AGU nº 08, de 1º/4/2009 firma o entendimento de que "o fornecimento de passagens aéreas e terrestres se enquadra no conceito de serviços previsto no inciso II, do art. 6º, da Lei 8.666/93";

5.1.3.2. De acordo com o Despacho nº 503/2005 aprovado pelo Advogado Geral da União, em 7/4/2006, os serviços de agenciamento de viagens caracterizam-se como prestação e serviços continuados, admitindo-se a prorrogação, adstrita aos créditos orçamentários e ao interesse da Administração e desde que preenchido os requisitos do item 3 do anexo IX da IN 05/2017 - Seges.

5.1.4. **Duração Inicial do Contrato**

5.1.4.1. A vigência contratual será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo, a critério da contratante, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado, conforme previsto no inciso II, art. 57, da Lei nº 8.666/93.

5.1.5. **Transição Gradual com Transferência de Conhecimento, Tecnologia e Técnicas Empregadas**

5.1.5.1. Considerando que a prestação de serviços de agenciamento de viagens amplamente difundida no mercado, não abrange a aplicação de conhecimento, tecnologia e técnicas complexas, entendemos não ser necessário estabelecer requisitos relativos à transição contratual.

5.1.6. **Soluções de Mercado**

5.1.6.1. As soluções de mercado encontradas foram:

a) Agenciamento – Serviço prestado por agência de viagens e turismo compreendendo a venda comissionada ou a intermediação remunerada na comercialização de passagens, viagens e outros serviços correlatos. O agenciamento pode ser feito por meio de posto

avançado de serviços ou somente de forma remota (e-mail e telefone).

b) Compra Direta – Trata-se da aquisição de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas credenciadas pelo Governo Federal, sem o intermédio de Agência de Viagens e Turismo, por meio de sistema informatizado que permite realizar a cotação, a reserva e a emissão dos bilhetes em tempo real, com aplicação automática dos benefícios fixados nos acordos corporativos firmados com as credenciadas, a exemplo dos descontos sobre tarifas.

5.1.6.2. A escolha pelo agenciamento de viagens advém da impossibilidade de realizar a compra de passagens via Compra Direta /Aquisição Direta, uma vez que esta solução promovido pela Central de Compras do Ministério da Economia encontra-se em fase de testes e o projeto piloto só foi implantado na Controladoria-Geral da União (CGU) e no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH);

5.1.6.3. Assim, a única forma de aquisição de passagens aéreas, pela Administração Pública Federal, é através da contratação de uma agência de viagens, nos moldes estabelecidos nos normativos vigentes;

5.1.6.4. Os serviços de agenciamento de viagens são prestados por empresas que possuem o certificado de cadastro junto ao Ministério do Turismo (Lei nº 11.771/2008, art. 22 e Decreto nº 7.381/2010, art. 18) como agência de turismo;

5.1.6.5. Pela sistemática utilizada pelas companhias aéreas, praticada no mercado e validada pela lei Nº 11.182/2005, que versa sobre a liberdade tarifária para estipulação de seus preços, não é possível estabelecer previamente os valores a serem praticados por cada companhia aérea Credenciada. Assim, a prestação dos serviços por cada Credenciada dar-se-á somente nas hipóteses em que essa ofertar o menor preço nas pesquisas de voos, realizadas por meio do sistema de acesso, busca, reserva, emissão e gestão de passagens aéreas do órgão.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato;

5.3. A quantidade estimada de deslocamentos é de 4.352. Não há a necessidade prever hospedagem pois este item foi considerado no processo 25000.022213/2022-37.

5.4. No momento da habilitação, a licitante deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que possui condições operacionais necessárias à emissão dos bilhetes de passagens, em conformidade com as políticas comerciais e financeiras das principais companhias aéreas.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Não será necessária a realização de vistoria.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.2. **Detalhamento dos serviços**

8.2.1. Somente as agências de turismo certificadas junto ao Ministério do Turismo podem realizar a prestação dos serviços de agenciamento de viagens, isto é, emissão de passagens aéreas, que permitem o deslocamento dos participantes no interesse do MS.

8.3. **Das Disposições Gerais**

8.3.1. Os serviços serão prestados mediante as informações registradas na Proposta de Concessão de Diárias e Passagens (PCDP), por meio de acesso exclusivo ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) disponibilizado à contratada;

8.3.2. Para o perfeito cumprimento do objeto, a contratada deverá dispor de central de atendimento para execução dos serviços demandados, devendo as requisições serem realizadas pelos servidores formalmente designados pela Contratante, diretamente no SCDP ou, em situações de indisponibilidade do sistema, por e-mail;

8.3.3. Os bilhetes de passagem de voos domésticos emitidos por solicitação via e-mail deverão ser regularizados por meio da criação de PCDP no primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, vinculando os dados do bilhete de passagem emitido, inclusive a cotação e reserva realizadas pela contratada;

8.3.4. Caso a impossibilidade de formalização da demanda via SCDP perdure além do primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, o e-mail de solicitação constituirá documento hábil para substituir a PCDP para fins de faturamento, sem excluir a necessidade de registro no SCDP tão logo seja normalizado o acesso ao referido sistema;

8.3.5. Manter equipe preparada e capacitada para operacionalizar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);

8.3.6. Efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias aéreas;

8.3.7. As tarifas praticadas devem ser aquelas praticadas pelas Companhias Aéreas, sem comissionamento. Quaisquer valores a título de comissão, incentivos ou qualquer outro valor com o mesmo fim, deverão ser repassados à Contratante, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Contrato;

8.3.8. Repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas;

8.3.9. Fornecer, sempre que solicitado pelo Contratante, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea;

8.3.10. As emissões dos bilhetes de passagens aéreas serão feitas e autorizadas através do Sistema de Concessão de Diária e Passagens - SCDP, de utilização obrigatória pelos Órgãos da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme art. 12-A do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

8.3.11. A Contratada deverá indicar preposto para atender, inclusive, os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o contratante, plantão de telefones fixos, celulares/whatsapp e e-mails;

8.3.12. A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências da Contratada;

8.3.13. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo MS;

8.3.14. Fornecer passagens de qualquer companhia aérea que atenda aos trechos e horários requisitados;

8.3.15. Fornecer assentos que atendam a casos particulares/especiais de comorbidades em razão das necessidades do passageiro;

8.3.16. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas com relação ao fornecimento de bilhetes de passagens;

8.3.17. É requisitado às agências que as faturas e a comunicação formal sejam em meio eletrônico/digital, evitando o consumo de papel, em atendimento a critérios de sustentabilidade.

8.4. **Central de Atendimento**

8.4.1. A Contratada deve manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta, central de atendimento, com acionamento por meio de mensagens eletrônicas (e-mail), pelo SCDP, whatsapp e por chamadas telefônicas, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados, a partir do primeiro dia execução do contrato;

8.4.2. Para recepcionar as solicitações por e-mail ou telefone, a Contratada deverá manter endereço eletrônico para troca de mensagens, whatsapp e sistema telefônico 0800, cujo número deverá ser fornecido à contratante no momento da assinatura do contrato;

8.4.3. A Contratada deverá gerar número de protocolo para todas as solicitações realizadas, seja por sistema, e-mail, whatsapp ou telefone, bem como efetuar a gravação das chamadas telefônicas;

8.4.4. Os protocolos gerados deverão ser informados aos usuários no início do atendimento;

8.4.5. As gravações das chamadas telefônicas deverão ser armazenadas por prazo não inferior a 6 (seis) meses e disponibilizadas sempre que houver solicitação da contratante;

8.4.6. A Contratada deverá realizar procedimento de identificação dos servidores autorizados a utilizar este serviço, mediante confirmação de alguns de seus dados pessoais ou outros que julgar necessários;

8.4.7. A Contratante deverá disponibilizar à Contratada, as relações contendo as seguintes informações dos servidores autorizados a solicitarem a prestação de serviços:

- nome;
- e-mail institucional;
- matrícula no SIAPE;
- unidade de vinculação;
- telefone; e

- número do CPF.

8.4.8. O envio das relações citadas no item anterior é indispensável para o início da execução contratual por parte da Contratada, para as demandas solicitadas via sistema, e-mail, whatsapp ou telefone;

8.4.9. As solicitações encaminhadas à Contratada, por e-mail, deverão conter as mesmas informações previstas nos itens de pedido de cotação e outras necessárias para o atendimento da demanda.

8.5. **Emissão de Bilhetes de Passagens - Voos Domésticos**

8.5.1. Este serviço compreende:

8.5.1.1. **Assessoria**: entende-se por assessoria para emissão de bilhetes de passagem, o serviço prestado pela Contratada, visando auxiliar a análise e escolha de melhores opções de voos, dentre eles:

8.5.1.1.1. quando não houver disponibilidade em voos sem escala/conexão ou voos com razoável tempo de duração, devendo a Contratada apresentar opções para que seja analisada aquela que apresente a melhor relação custo x benefício para o MS;

8.5.1.1.2. em virtude de ocorrência de evento, seminário, encontro ou situação semelhante, em que o número de passageiros permita a negociação de melhores tarifas, visando economicidade ao MS, e

8.5.1.1.3. dentre outros.

8.5.1.2. **Cotação**: deve refletir com exatidão as informações atualizadas de todos os voos disponíveis nas datas solicitadas, consideradas inclusive as promoções tarifárias vigentes, contendo no mínimo as seguintes informações:

- companhia aérea;
- país/cidades de origem e destino;
- duração do voo;
- quantidade e duração das escalas/conexões, se houver;
- datas e horários do voo e aeroportos utilizados;
- valor da tarifa;
- valor da taxa de embarque; e
- valor da taxa de remarcação, se houver.

8.5.1.2.1. Em caso de indisponibilidade do sistema, o pedido de cotação deve ser enviado à Contratada, por e-mail, contendo no mínimo as seguintes informações:

- número da PCDP, quando a demanda já tiver sido registrada no SCDP;
- nome da unidade solicitante;
- nome do solicitante/fiscal,
- e-mail e telefone do solicitante/fiscal;
- tipo de viagem;
- natureza de viagem;
- data prevista da partida;
- data prevista do retorno;
- cidade de origem;
- cidade de destino;
- nome completo do passageiro;
- data de nascimento do passageiro;
- CPF do passageiro;
- telefone para contato do passageiro;
- endereço eletrônico do passageiro;
- classe de voo: econômica;
- horários previstos de início e término do trabalho, evento ou missão no destino; e
- eventual deficiência do passageiro.

8.5.1.2.2. A Contratada deverá, submeter à apreciação da Contratante, as opções de voos disponíveis (cotação), por e-mail, para escolha e solicitação da reserva;

8.5.1.2.3. Encaminhar a cotação de horários e valores das companhias aéreas que operam o trecho pretendido de forma padrão a ser definida entre a Contratada e a Contratante nos prazos de 2 (duas) horas.

8.5.1.3. **Reserva**: deve ser discriminada por trecho com base nas informações de cotação contidas na etapa anterior, bem como, o código de reserva, data e hora de validade da reserva e demais dados para a unidade solicitante, visando à necessária aprovação.

8.5.1.3.1. Devem ser observadas, sempre que possível, as opções de ida e volta pela mesma companhia aérea, visto que esta condição pode oferecer menores valores de tarifas;

8.5.1.3.2. Em caso de indisponibilidade do sistema, a reserva deve ser enviado pela Contratada, por e-mail à Contratante.

8.5.1.4. **Emissão**: será realizada pela Contratada, com base nas informações de cotação e reserva contidas nas etapas anteriores.

8.5.1.4.1. após a emissão, os bilhetes de passagem serão encaminhados, pela Contratada, à unidade solicitante e ao passageiro, por e-mail, bem como, deverá anexá-los ao SCDP;

8.5.1.4.2. deve constar nos bilhetes de passagens aéreas emitidos, o contato telefônico da agência de viagens para prestarem informações necessárias e esclarecimentos aos passageiros referente a viagem;

8.5.1.4.3. em caso de indisponibilidade do sistema, o bilhete de passagem emitido deve ser enviado pela Contratada, por e-mail, à unidade solicitante para conferência e cadastramento no SCDP;

8.5.1.4.4. a Contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas em até 02 (duas) horas, no mesmo dia da aprovação da emissão dos bilhetes pela Contratada; e

8.5.1.4.5. havendo expiração do prazo da reserva e caso não seja possível reativá-la nos mesmos valores, o procedimento visando à emissão deve ser reiniciado.

8.6. **Cancelamento de Bilhetes de Passagem**

8.6.1. Este serviço compreende:

8.6.1.1. Cancelamento originado pela extinção da demanda.

8.6.1.1.1. A informação de cancelamento será fornecida pela Contratante à central de atendimento da Contratada, pelo SCDP ou por e-mail, com base nas informações do bilhete de passagem emitido;

8.6.1.1.2. Após o recebimento da informação acima, a Contratada deverá efetuar o cancelamento do bilhete de passagem, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, objetivando a isenção da cobrança de taxa de no-show, quando possível, de acordo com as regras da companhia aérea;

8.6.1.1.3. Todas as solicitações de cancelamento devem constar no relatório por unidade para controle dos bilhetes de passagem passíveis de reembolso.

8.6.1.2. Cancelamento originado de demanda de alteração, ocorre em duas situações:

8.6.1.2.1. quando analisadas as cotações, a unidade solicitante verifica que há melhor relação custo X benefício com nova emissão, e não com a remarcação do bilhete de passagem; e

8.6.1.2.2. quando houver inexistência de voos que permitam a alteração do bilhete de passagem já emitido.

8.6.1.2.3. Para as situações acima, a Contratada deverá efetuar o cancelamento do bilhete de passagem e iniciar o processo de nova emissão, informando nova cotação do voo pretendido, para escolha da melhor opção e posterior aprovação, cabendo nesse caso, cobrança de remuneração pela nova emissão;

8.6.1.2.4. A solicitação de cancelamento será fornecida pela Contratante à Contratada, pelo SCDP ou por e-mail, com base nas informações do bilhete de passagem emitido.

8.7. **Reembolso**

8.7.1. Imediatamente após o cancelamento, a Contratada deverá requerer, junto à companhia aérea, o reembolso dos créditos provenientes da passagem cancelada. Isso representa, no mínimo, o valor da taxa de embarque;

8.7.2. A Contratada deverá adotar as medidas necessárias para a efetivação do reembolso tão logo lhe seja solicitado o cancelamento do bilhete de passagem ou quando da ocorrência de no-show;

8.7.3. O reembolso do bilhete de passagem se dará por intermédio de glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e detalhamento das regras aplicadas pela companhia aérea, discriminada por unidade solicitante;

8.7.4. Na impossibilidade do reembolso ser realizado mediante glosa em fatura, será emitido GRU, no valor da nota de crédito correspondente aos reembolsos pendentes;

8.7.5. A Contratada deve gerar relatório mensal de todos os bilhetes de passagem cancelados, alterados e não utilizados. O relatório deve ser apresentado a fiscalização administrativa juntamente com os respectivos comprovantes emitidos pelas companhias aéreas, contendo no mínimo:

- unidade solicitante;
- dados do bilhete de passagem: nome do passageiro, origem/destino, data do voo;
- valor pago;
- valor da multa; e
- valor do crédito.

8.7.5.1. Sempre que necessário, a Contratante poderá solicitar emissão de relatório parcial, contemplando os dados acima, caso em que a Contratada deverá fornecer o documento em até 72 (setenta e duas horas);

8.7.6. A Contratante efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência;

8.7.7. O prazo para reembolso não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados da data da solicitação;

8.7.8. O reembolso obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação, inclusive prazo de reembolso, taxa administrativa e outras penalidades, previstos na legislação vigente;

8.8. A execução será iniciada em após após a assinatura do termo contratual ou emissão de instrução equivalente, na forma descrita neste Termo de Referência.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Não há necessidade de disponibilização de materiais, equipamentos, ferramentas ou utensílios ao Ministério da Saúde.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Foram considerados os trechos das regiões dos participantes, dentre delegados eleitos e natos, convidados e trabalhadores da saúde (comissões), bem como a logística de transporte, considerando os voos comerciais mais próximos das terras indígenas:

NECESSIDADE DE BILHETES AÉREOS 6ª CNS						
REGIÃO	**DSEI**	**CIDADES**	**QUANTIDADE DE EMISSÕES NECESSÁRIAS**	**QUANTIDADES DE TRECHOS AÉREOS SAINDO DO MESMO LOCAL**	**No. DELEGADOS**	**TRECHOS POR DESLOCAMENTO**
REGIÃO NORTE 1	ALTO RIO NEGRO	São Gabriel/Manaus/Brasília	320	160	80	SJL/MAO MAO/SJL MAO/BSB BSB/MAO
	ALTO RIO SOLIMÕES	Tabatinga/Manaus/Brasília	544	272	136	TBT/MAO MAO/TBT MAO/BSB BSB/MAO
	MANAUS	Manaus/Brasília	128	128	64	MAO/BSB BSB/MAO
	MÉDIO RIO PURUS	Lábrea/Manaus ou Porto Velho	64	32	16	LBR/MAO MAO/LBR MAO/BSB BSB/MAO
	MÉDIO RIO SOLIMÕES	Tefé/Manaus/Brasília	192	96	48	TFF/MAO MAO/TFF

						MAO/BSB
						BSB/MAO
	PARINTINS	Parintins/Manaus/Brasília	128	64	32	PIN/MAO
						MAO/PIN
						MAO/BSB
						BSB/MAO
	VALE DO JAVARI	Atalaia/Tabatinga/Manaus/Brasília	64	32	16	ATALAIA – FLUVIAL
						TBT/MAO
						MAO/TBT
						MAO/BSB
						BSB/MAO
		SUBTOTAL:	**1440**	**784**	**392**	
REGIÃO NORTE 2	ALTAMIRA	Altamira/Belém/Brasília	64	32	16	ATM/BEL
						BEL/BSB
						BSB/BEL
						BEL/ATM
	ALTO RIO JURUÁ	Cruzeiro do Sul/Rio Branco/Brasília	160	80	40	CZS/RBR
						RBR/BSB
						RBR/CZS
						BSB/RBR
	ALTO RIO PURUS	Rio Branco/Brasília	64	64	32	RBR/BSB
						BSB/RBR
	AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	Macapá/Brasília	48	48	24	MCP/BSB
						BSB/MCP
	GUAMÁ-TOCANTINS	Belém/Brasília	64	64	32	BEL/BSB
						BSB/BEL
	KAIAPÓ DO PARÁ	Palmas/Brasília	32	32	16	PMW/BSB
						BSB/PMW
	LESTE DE RORAIMA	Boa Vista/Brasília	208	208	104	BVB/BSB
						BSB/BVB
	PORTO VELHO	Porto Velho/Brasília	48	48	24	PVH/BSB
						BSB/PVH

	RIO TAPAJÓS	Itaituba/Belém/Brasília	96	48	24	ITB/BEL
						BEL/ITB
						BEL/BSB
						BSB/BEL
	TOCANTINS	Palmas/Brasília	48	48	24	PMW/BSB
						BSB/PMW
	VILHENA	Vilhena/Brasília	32	32	16	BVH/BSB
						BSBBVH
	YANOMAMI	Boa Vista/Brasília	112	112	56	BVB/BSB
						BSB/BVB
SUBTOTAL			**976**	**320**	**408**	
REGIÃO NORDESTE	ALAGOAS E SERGIPE	Maceió/Brasília	64	64	32	MCZ/BSB
						BSB/MCZ
	BAHIA	Salvador/Ilhéus/Brasília	128	128	64	IOS/BSB
						BSB/IOS
	CEARÁ	Fortaleza/Brasília	144	144	72	FOR/BSB
						BSB/FOR
	MARANHÃO	São Luiz/Brasília	144	144	72	SLZ/BSB
						BSB/SLZ
	PERNAMBUCO	Recife/Brasília	208	208	104	REC/BSB
						BSB/REC
	POTIGUARA	João Pessoa/Brasília	64	64	32	JPA/BSB
						BSB/JPA
SUBTOTAL			**752**	**752**	**376**	
REGIAO CENTRO-OESTE	ARAGUAIA	TERRESTRE	64	32	16	SFA/CGB
						CGB/SFA
						CGB/BSB
						BSB/CGB
	CUIABÁ	Cuiabá/Brasília	32	32	16	CGB/BSB
						BSB/CGB
	KAIAPÓ DO MATO GROSSO	Sinop/Brasília	32	32	16	OPS/BSB
						BSB/OPS

	MATO GROSSO DO SUL	Campo Grande/Brasília	320	320	160	CGR/BSB
						BSB/CGR
	XAVANTE	TERRESTRE	80	80	40	BPG/BSB
						BSB/BPG
	XINGU	TERRESTRE	32	32	16	BPG/BSB
						BSB/BPG
						E O RESTANTE DE ÔNIBUS
SUBTOTAL			**560**	**528**	**264**	
REGIÃO SUL/SUDESTE	INTERIOR SUL	Florianópolis/Brasília	304	304	152	FLN/ BSB
						BSB/FLN
	LITORAL SUL	Curitiba/Brasília	48	48	24	CWB/BSB
						BSB/CWB
	MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO	BH/Vitória/Governador Valadares/Brasília	64	64	32	BSB/GVR
						GVR/BSB
SUBTOTAL			**416**	**416**	**208**	
TOTAL DE PASSAGENS A SEREM EMITIDAS			**4.144**			
PERCENTUAL PARA CANCELAMENTOS (30%)			**1.243**			
PERCENTUAL PARA REMARCAÇÕES (30%)			**1.243**			
PERCENTUAL PARA REEMBOLSOS (30%)			**1.243**			
Total Estimado			**7.873**			

10.1.2. Assim, tendo em vista se tratar de uma contratação cuja execução se dar por demanda e, o quantitativo aqui apresentado é uma estimativa do que poderá ser a demanda para a realização de reunião de colegiado (etapa nacional), denominada de 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso

exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

12.23. Para a execução dos serviços, em aspectos gerais atinentes à sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá adotar as normas federais, obedecer aos critérios contidos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012 e alterações posteriores;

12.24. A utilização do SCDP para todos os trâmites evita a necessidade de impressão das requisições de viagens. Assim, todos os envolvidos no processo de solicitação e emissão de passagens aéreas são orientados a anexar ao SCDP informações sobre a viagem, inclusive o passageiro recebe por e-mail o bilhete, não havendo necessidade de impressão;

12.25. A futura contratada deverá inclusive manter a documentação eletrônica anexando ao SCDP os bilhetes e reservas, inclusive o faturamento ocorrerá de forma eletrônica e o envio das notas fiscais e faturas será realizado por e-mail, com vistas a evitar a impressão;

12.26. A Contratada deverá apresentar mês a mês as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pelo Ministério da Saúde. A apresentação dessas faturas está condicionada ao pagamento da nota fiscal da CONTRATADA;

12.27. A contratada deverá emitir as solicitações de viagens a partir da 00h de vigência do novo contrato das requisições de viagens aprovadas, bem como as encaminhadas até as 23h59m do último dia de execução contratual.

13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto;

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência;

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.13.1. Os fiscais técnicos/setoriais farão a conferência dos valores de repasse pagos às agências com os valores constantes das faturas emitidas pelas companhias aéreas na sua totalidade;

15.13.2. A aceitação de relatórios produzidos pelos sistemas criados e mantidos pelas agências somente fica condicionada do acompanhamento das respectivas faturas emitidas pelas companhias aéreas, referentes às passagens aéreas compradas pelo Ministério da Saúde.

15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice I deste TR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1. Cumprimento dos Prazos dispostos no Termo de Referência; e

16.2.2. Reembolso dos créditos provenientes da passagem cancelada.

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1. não produziu os resultados acordados;

16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo;

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo;

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002);

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado;

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências

impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 2º, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber;

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I =(6 / 100)/365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. **REAJUSTE**

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.1.1. A contratação objeto desta licitação é serviço de natureza continuada, porém, sem dedicação de mão de obra exclusiva, sendo nesse caso, ato discricionário da Administração exigir garantia.

20.1.2. Considerando os objetivos alcançados a serem alcançados na contratação, conforme estudos preliminares, as ações de contingência apresentadas em relação aos riscos levantados, a baixa complexibilidade técnica do objeto e o pouco risco financeiro, tendo em vista, tratar-se de contratação feita de acordo com a necessidade; a exigência de garantia torna-se desnecessária.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de**:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública,** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Certificado de Registro concedido pelo Ministério do Turismo, nos termos do art. 22, da Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, e do artigo 18, do Decreto n. 7.381/2010, em plena validade;

22.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

22.3.2.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **01 (um) ano** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o 01 (um) ano serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPOG n. 5/2017.

22.3.2.1.2. Entende-se por serviços em características compatíveis aqueles referentes ao agenciamento de passagens aéreas e fornecimento de bilhetes de passagem concomitantemente;

22.3.2.1.3. Entende-se por compatível em quantidade: emissão anual de no mínimo à 30% (trinta por cento) da quantidade de bilhetes estimados para essa contratação.

22.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

22.3.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor Máximo Global **R$ 10.744.746,19 (dez milhões, setecentos e quarenta e quatro mil setecentos e quarenta e seis reais e dezenove centavos)**

22.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo estimado da contratação é de **R$ 10.744.746,19 (dez milhões, setecentos e quarenta e quatro mil setecentos e quarenta e seis reais e dezenove centavos)**

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Ação: 20YP
- PTRESS: 173241
- Plano de Trabalho: 10.423.5022.20YP.0001
- Fonte de Despesa: 6153000000

- Natureza de Despesa: 3.3.90.33-01

25. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO, COOPERATIVA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DO CERTAME ÀS ME, EPP

25.1. Vedação à Participação de Consórcios:

25.1.1. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços terceirizados por meio de pregão, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

25.1.2. Convém, portanto, vedar a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, tendo em vista que, para o tipo de serviço a ser contratado, comum e disponível no mercado para qualquer interessado (empresa em geral), encontra-se várias fornecedoras que o executam. Assim, a vedação à participação de consórcios não traz prejuízo para o certame licitatório nem cerceia a ampla concorrência.

25.1.3. É recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor ou alta complexidade valor, como, por exemplo, a construção de uma usina hidroelétrica, em que, se não for permitida a participação de consórcios, restringir-se-ia a competição, na medida que, por hipótese, somente 1 ou 2 empresas individualmente consideradas teriam condições de executar a obra.

25.1.4. Não é o que ocorre com o caso concreto para o objeto que se pretende contratar. Ao contrário, a permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, poderia restringir a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/carteis para manipular os preços nas licitações.

25.1.5. Conforme Acórdão TCU nº 1.316/2010 – Primeira Câmara, item 1.5.1.1, deve-se abster de vedar, sem justificativa razoável, a participação de empresas em consórcio, de modo a restringir a competitividade do certame. Porém, lendo-se integralmente o Acórdão (Relatório do Ministro Relator e Voto do Ministro Relator), constata-se que o caso concreto analisado naquele julgado revestia-se de vulto e complexidade, conforme itens 27 e 28 do Relatório, abaixo transcritos:

> "27. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. 28. No entanto, se as circunstâncias concretas indicarem que o objeto apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, fica o Administrador obrigado a prever a participação de consórcios no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Neste sentido ainda os Acórdãos TCU 1.094/2004 – Plenário e 22/2003 – Plenário".

25.2. Vedação à Participação de Cooperativas:

25.2.1. Quanto à participação de cooperativas em certames licitatórios, observe-se que nos termos dispostos no art. 3º, §1º, inc. I, da Lei 8.666/93 (com redação dada pela Lei 12.349/10) "é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas

ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas...".

25.2.2. A Lei 5.764/71 definiu a política de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, sendo que, de acordo com seu art. 4º, caput, as cooperativas "são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados...". Ou seja, aponta-se que inexiste na Lei 5.764/71 qualquer impedimento ou autorização explícita à participação de cooperativas em licitações.

25.2.3. Diante dos esclarecedores comentários de Marçal JUSTEN FILHO acerca do tema, presume-se que quando os serviços a serem contratados demandarem subordinação entre o trabalhador e a cooperativa, assim como pessoalidade e habitualidade, haverá a impossibilidade de contratação de tal entidade (cooperativa). Nesse sentido é o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União (TCU - Súmula 281) citado referencialmente2 : "É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade."

25.2.4. Cabe ainda ressaltar que com base no §2º, do art. 10, da Lei 12.690/12, "a Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social". Sendo, no entanto, vedada a instituição de Cooperativa de Trabalho para fins de intermediação de mão de obra subordinada, nos exatos termos do art. 5º da referida lei.

25.2.5. Nesse sentido os serviços de agenciamento de viagens não envolve questão de alta complexidade técnica. Trata-se de contrato de prestação de serviços comuns continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra e as empresas no mercado têm, sozinhas, condições de realizar o objeto da licitação, não tendo a necessidade de admitir a presença de cooperativas na licitação.

25.3. **Da Vedação Microempreendedor Individual**

25.3.1. Nos termos do anexo XI da Resolução GGSN 140 de 2018, o Microempreendedor Individual – MEI somente pode ser contratadas mediante contrato de empreitada ou por meio de cessão ou locação de mão-de-obra, para as atividades de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos.

25.3.2. O MEI pode ser contratado por empresas para prestar serviços por meio de contrato de empreitada, que objetivamente visa um resultado pretendido, ou seja, a execução de uma tarefa, de uma obra ou de um serviço. Neste aspecto, percebe-se que na empreitada não é contratada a execução de uma atividade prestada de forma contínua, mas visa tão somente a obtenção de um resultado pretendido.

25.3.3. No mais que se hà outra forma de contratação, ou seja, a cessão ou locação de mão-de-obra, caracteriza-se pela prestação de serviços contínuos pelo MEI para determinada empresa. Legalmente, as empresas somente podem contratar microempreendedor individual, em tal tipo de contratação, para a execução de atividades econômicas relacionadas exclusivamente a serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos.

25.3.4. Considerando que o serviço de que trata este instrumento não se enquadra no rol de atividades permitidas a serem contratadas por meio das MEIs conforme Resolução GGSN 140 de 2018, não é cabível a participação do Microempreendedor Individual na licitação.

25.4. **Participação Exclusiva do Certame às ME, EPP**

25.4.1. Quanto à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, observa-se que a licitação em questão será realizada em único grupo, cujo valor global corresponde ao Preço Máximo Global aceitável da Contratação de R$ 10.744.746,19 (dez milhões, setecentos e quarenta e quatro mil setecentos e quarenta e seis reais e dezenove centavos), dessa forma não há que se falar em exclusividade, bem como esta contratação não atende as hipóteses expressamente elencadas nos incisos I a IV, do art. 10 do Decreto 8.538/2015, pela considerável quantidade de fornecedores do referido serviço em âmbito nacional.

25.4.2. Note-se ainda que não se aplica a exclusividade nas hipóteses expressamente elencadas nos incisos I a IV, do art. 10 do Decreto 8.538/2015 e art. 49 da LC 123/2006 (com a redação dada pela LC 147, de 2014), quais sejam:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

25.4.3. A licitação em questão não se enquadra nas hipóteses elencadas acima, pois há no mercado um número considerável de fornecedores para atendimento, o tratamento diferenciado pode ocasionar restrição ou favorecimento na participação das empresas no certame, bem como a licitação não está no rol dos itens dispensável ou inexigível.

26. RELAÇÃO DE ANEXOS/APÊNDICES

I - ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 91/2022;

II - APÊNDICE I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR).

III - APÊNDICE II - MODELO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

IV - APÊNDICE III - MODELO DA PROPOSTA

Brasília, 10 de Agosto de 2022

Equipe de Planejamento da Contratação

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra

Atualização: Julho/2021

APÊNDICE I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

A verificação da execução do objeto será avaliada pelos procedimentos dispostos no Termo de Referência, acrescido do instrumento de medição disposto neste.

Tabela de Acompanhamento dos Prazos	
Nº 01 – Cumprimento dos Prazos dispostos no Termo de Referência	
ITEM	**DESCRIÇÃO**
Finalidade	Acompanhar o cumprimento de todos os prazos dispostos do termo de referência (TR).
Meta a cumprir	Cumprir os prazos dispostos no TR.
Instrumento de medição	Histórico da Solicitação da Viagem, na Proposta de Concessão de Diárias e Passagens (PCDP), contendo data, hora e segundo das ações realizadas no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Nos casos de solicitações realizadas por e-mail será verificada a data e hora do envio do e-mail e da resposta (comunicações entre contratada e contratante).
Forma de Acompanhamento	PCDP e e-mails.
Periodicidade	Pontualmente. Os servidores com o perfil de solicitantes de passagens aéreas acompanham pontualmente suas emissões e nos casos de descumprimento de prazo encaminham ao fiscal setorial respectivo.
Mecanismo de Cálculo	Horário de encaminhamento da PCDP e devoluções no SCDP ou envio e recebimento da resposta por e-mail.

Início de Vigência	A cada solicitação dos serviços dispostos nos itens 1 e 2 do quadro disposto no item 1.1 do TR. Por ser uma contratação estimada e por demanda, isto é, a solicitação de execução do serviço somente se dará quando da necessidade do deslocamento/viagem a serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 10 (dez) apontamentos = 100% (cem por cento) do valor mensal de agenciamento de viagens; De 11(onze) a 20(vinte) apontamentos = 99% (noventa e nove por cento) do valor mensal de agenciamento de viagens; De 21 (vinte e um) a 30 (trinta) apontamentos = 98 % (noventa por cento) do valor mensal de agenciamento de viagens; Acima de 31 (trinta e um) apontamentos = 95% (noventa e cinco por cento).
Sanções	Considerando que poderão ser realizadas cerca de 4.192 emissões de nacionais: a) acumulando 5 descumprimentos de prazo pela contratada, por unidade demandante, a ocorrência será encaminhada pelo fiscal setorial à fiscalização administrativa que procederá com envio à autoridade competente com a sugestão de advertência a ser registrada no SICAF; b) após 3 registros de advertência no SICAF por descumprimentos de prazos, a fiscalização administrativa irá encaminhar sugestão de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; c) após 5 registros de advertência no SICAF por descumprimentos de prazos, a fiscalização administrativa irá encaminhar sugestão de sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; d) após 10 registros de advertência no SICAF por descumprimentos de prazos, a fiscalização administrativa irá encaminhar sugestão da sanção: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados. **Obs.:** as sanções dispostas nas alíneas a, b, c e d dispostas acima poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados. Não havendo créditos em aberto será emitida GRU para a cobrança das multas.
Observações	

Tabela de Acompanhamento dos Reembolso	
Nº 02 – reembolso dos créditos provenientes da passagem cancelada.	
ITEM	**DESCRIÇÃO**
Finalidade	Acompanhar o cumprimento dos procedimentos dispostos no item 8.7 – Reembolso deste termo de referência (TR).

Meta a cumprir	Devolver os créditos de provenientes das passagens canceladas.
Instrumento de medição	Histórico da Solicitação da Viagem, na Proposta de Concessão de Diárias e Passagens (PCDP), contendo data, hora e segundo das ações realizadas no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) quanto às solicitações de reembolso. Nos casos de solicitações realizadas por e-mail será verificada a data e hora do envio do e-mail e da resposta (comunicações entre contratada e contratante).
Forma de Acompanhamento	Módulo reembolso no SCDP e e-mails.
Periodicidade	Pontualmente. Os servidores designados a fiscais titulares e nos impedimentos desses seus suplentes, com os perfis de "administrador de reembolso" e "fiscal de contrato" no SCDP acompanham pontualmente os procedimentos de reembolso.
Mecanismo de Cálculo	Horário de solicitação/rejeição do reembolso no SCDP ou envio e recebimento da resposta por e-mail. Conforme disposto no item 8.7.7 deste TR a contratada tem o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da solicitação, para proceder com o reembolso.
Início de Vigência	A partir da data da solicitação do reembolso realizado por meio do menu "Faturamento – Reembolso – Agência de Viagem" no SCDP. A data da solicitação é consultada no histórico da viagem no SCDP.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 10 (dez) apontamentos = 100% (cem por cento) do valor mensal de agenciamento de viagens; De 11(onze) a 20(vinte) apontamentos = 99% (noventa e nove por cento) do valor mensal de agenciamento de viagens; De 21 (vinte e um) a 30 (trinta) apontamentos = 98 % (noventa por cento) do valor mensal de agenciamento de viagens; Acima de 31 (trinta e um) apontamentos = 95% (noventa e cinco por cento).
Sanções	a) acumulando 10 créditos de provenientes da passagem cancelada sem devolução no prazo de 60 dias da data de solicitação, por unidade demandante, a ocorrência será encaminhada pelo fiscal setorial à fiscalização administrativa que procederá com envio à autoridade competente com a sugestão de advertência a ser registrada no SICAF; b) após 3 registros de advertência no SICAF por descumprimentos de prazos para proceder o reembolso, a fiscalização administrativa irá encaminhar sugestão de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; c) após 5 registros de advertência no SICAF por descumprimentos de prazos para proceder o reembolso, a fiscalização administrativa irá encaminhar sugestão de sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; d) após 10 registros de advertência no SICAF por descumprimentos de prazos para proceder o reembolso, a fiscalização administrativa irá encaminhar sugestão da sanção: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados. **Obs.:** as sanções dispostas nas alíneas a, b, c e d dispostas acima poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados. Não havendo créditos em aberto será emitida GRU para a cobrança das multas.

Observações

Cada módulo, devido a sua importância, terá pesos diferenciados, conforme tabela abaixo:

MÓDULOS	PESO DA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	10	150
2	10	150

De acordo com as ocorrências constatadas na execução do contrato e, considerando os pesos de cada módulo, a pontuação mensal da contratada será avaliada de acordo com a seguinte fórmula:

Pontuação mensal = 300 - "nº de Ocorrências do Módulo 1" x 10 - "nº de Ocorrências do Módulo 2" x 10

Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 200 pontos.

O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância:

Faixa de Pontuação	**Percentual de Desconto**
300 a 270	0%
271 a 240	5%
241 a 200	10%
abaixo de 200	15%

APÊNDICE II - MODELO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Ao MINISTÉRIO DA SAÚDE

Esplanada dos Ministérios Bloco G - Ed. Anexo A - sala 317 – Brasília - DF Cep: 70.058-900

Proposta que faz a empresa_____, inscrita no CNPJ nº _____ para Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de **Agenciamento de Viagens**, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para emissões de **voos domésticos**, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, destinados ao

atendimento às necessidades de deslocamento de servidores, militares, empregados públicos, colaboradores eventuais, dentre outros, para a realização de reunião de colegiado (etapa nacional), denominada de 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Grupo	Item	Descrição do Item (Objeto)	Unidade de Medida	Req. Min.	Req. Máx	Quantidade Total	Valor Unitário Máximo	Valor Total
1	1	Prestação de serviço de Agenciamento de viagens, compreendendo, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem e reembolso de Passagem Aérea.	Unidade	10	4.192	4.202	R$ 0,03	R$ 236,19
	2	Repasse da passagem aérea, compreendendo os valores da passagem aérea, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas	Unidade	01	01	**10.744.510**	R$ 1,00	**R$10.744.510,00**
							Preço Máximo Global	**R$ 10.744.746,19**

Valor total: R$ _____(VALOR POR EXTENSO).

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Forma de pagamento: conforme Termo de Referência.

Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

Os dados da nossa empresa são:

Razão Social: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Contato: _____ Telefone/Ramal: _____

Local e Data

Assinatura

Documento assinado eletronicamente por **Ghislaine Maria de Oliveira Barros**, **Coordenador(a)-Geral de Participação Social na Saúde Indígena**, em 10/08/2022, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Eliane Lopes dos Santos**, **Coordenador(a) Estratégica e de Gestão Administrativa**, em 10/08/2022, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0028585388** e o código CRC **A524D081**.

Referência: Processo nº 25000.111686/2022-16 SEI nº 0028585388

Serviço de Planejamento da Contratação - SEPLAC
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br

Tipo painel: SERVIÇOS

Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade

MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL

Registros apresentados: 1 a 210

Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
1	00020/2022	00002	Pregão	462939 - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia	25828	3.210	R$0,0001	AZ TURISMO E VIAGENS LTDA	04/07/2022
2	00050/2022	00001	Pregão	927877 - Fundo Municipal de Assistência Social de Marabá	25828	572	R$0,0001	M DE N P C ANAISSE	09/06/2022
3	00052/2021	00001	Pregão	218002 - Empresa Gerencial de Projetos Navais	25828	26	R$0,0001	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	17/01/2022
4	00002/2022	00001	Pregão	926700 - Conselho Regional de Administração do Acre	25828	572	R$0,0001	SX TECNOLOGIA E SERVICOS CORPORATIVOS EIRELI	12/05/2022
5	00020/2022	00001	Pregão	462939 - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia	25828	26	R$0,0001	AZ TURISMO E VIAGENS LTDA	04/07/2022
6	00005/2021	00001	Pregão	981251 - Prefeitura Municipal de Guaiúba/CE	25828	200	R$0,0001	ESTAU ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI	09/03/2022
7	00041/2021	00001	Pregão	926681 - DME Distribuição S/A - Poços de Caldas/MG	25828	200	R$0,0001	VOAR TURISMO EIRELI	21/01/2022
8	00010/2022	00001	Pregão	160027 - 4º Batalhão de Engenharia e Construção - MEX	25828	30	R$0,0100	AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA	13/06/2022
9	00002/2022	00002	Pregão	926462 - Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí	25828	65	R$0,0100	AIRES TURISMO LTDA	08/07/2022
10	41101/2022	00001	Pregão	981373 - Prefeitura Municipal de Caucáia/CE	25828	16	R$0,0100	WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI	18/05/2022
11	00002/2022	00001	Pregão	926462 - Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí	25828	1.138	R$0,0100	AIRES TURISMO LTDA	08/07/2022
12	00014/2022	00002	Pregão	160202 - 3º Batalhão de Engenharia e Construção	25828	20	R$0,0100	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	09/06/2022
13	00012/2021	00001	Pregão	160219 - Comando da 5ª Região Militar	25828	1.138	R$0,0100	CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA -	01/02/2022
14	00006/2022	00001	Pregão	160298 - Comando da 1ª Região Militar/RJ	25828	20	R$0,0100	IDEIAS TURISMO EIRELI	21/06/2022

Tipo painel: SERVICOS
Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade
MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL
Registros apresentados: 1 a 210
Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
15	00008/2021	00001	Pregão	160175 - Administrativa da Guarnição de João Pessoa	25828	1	R$0,0100	AIRES TURISMO LTDA	01/02/2022
16	00012/2021	00003	Pregão	160219 - Comando da 5ª Região Militar	25828	1	R$0,0100	CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA -	01/02/2022
17	00005/2022	00001	Pregão	160140 - Comando da 9ª Região Militar/MS	25828	2	R$0,0100	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	26/04/2022
18	00008/2022	00001	Pregão	170055 - Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda/PE	25828	1	R$0,0100	DISTAK AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	11/05/2022
19	00006/2022	00003	Pregão	160298 - Comando da 1ª Região Militar/RJ	25828	1	R$0,0100	MONEY TURISMO EIRELI	21/06/2022
20	00012/2021	00002	Pregão	160219 - Comando da 5ª Região Militar	25828	1	R$0,0100	CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA -	01/02/2022
21	00010/2022	00002	Pregão	160027 - 4º Batalhão de Engenharia de Construção - MEX	25828	1	R$1,0000	AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA	13/06/2022
22	00004/2022	00002	Pregão	160121 - HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA	25828	1	R$1,0000	MONEY TURISMO EIRELI	01/06/2022
23	00017/2021	00002	Pregão	160293 - Comando da 1ª Brigada de Artilharia Anti-Aérea	25828	1	R$1,0000	ECOS TURISMO LTDA	22/02/2022
24	00006/2022	00004	Pregão	160298 - Comando da 1ª Região Militar/RJ	25828	300	R$1,0000	MONEY TURISMO EIRELI	21/06/2022
25	00006/2022	00004	Pregão	160157 - 9º Batalhão de Engenharia de Construção-MEX/MT	25828	300.000	R$1,0000	FACTO TURISMO - EIRELI	15/06/2022
26	00005/2022	00002	Pregão	160140 - Comando da 9ª Região Militar/MS	25828	4	R$1,0000	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	26/04/2022

Tipo painel: SERVICOS
Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade
MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL
Registros apresentados: 1 a 210
Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
27	00012/2022	00002	Pregão	160132 - MEX-9º Batalhão de Engenharia de Combate/MS	25828	4	R$1,0000	IDEIAS TURISMO EIRELI	12/05/2022
28	00006/2022	00002	Pregão	160298 - Comando da 1ª Região Militar/RJ	25828	1	R$1,0000	IDEIAS TURISMO EIRELI	21/06/2022
29	00019/2021	00002	Pregão	783601 - Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará	25828	2	R$1,0000	AGENCIA AEROTUR LTDA	04/02/2022
30	00012/2022	00003	Pregão	160132 - MEX-9º Batalhão de Engenharia de Combate/MS	25828	1	R$1,0000	IDEIAS TURISMO EIRELI	12/05/2022
31	00009/2022	00002	Pregão	988841 - Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS	25828	1	R$1,0000	KOA TURISMO E INTERCAMBIO LTDA	04/03/2022
32	00012/2021	00004	Pregão	160219 - Comando da 5ª Região Militar	25828	1	R$1,0000	CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA -	01/02/2022
33	00008/2021	00002	Pregão	160175 - Administrativa da Guarnição de João Pessoa	25828	1	R$1,0000	AIRES TURISMO LTDA	01/02/2022
34	00016/2021	00001	Pregão	160346 - Comando de Fronteira Rondônia/6 BIS/MEX/RO	25828	1	R$1,0000	MONEY TURISMO EIRELI	10/01/2022
35	00009/2022	00001	Pregão	988841 - Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS	25828	1	R$1,0000	DISTAK AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	04/03/2022
36	00012/2022	00005	Pregão	160132 - MEX-9º Batalhão de Engenharia de Combate/MS	25828	1	R$1,0000	RCCS10 VIAGENS E TURISMO LTDA	12/05/2022
37	00007/2022	00002	Dispensa	160351 - Hospital de Guarnição de Porto Velho-MEX/RO	25828	1	R$1,0000	AGENCIA AEROTUR LTDA	06/05/2022

Tipo painel: SERVICOS

Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade

MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL

Registros apresentados: 1 a 210

Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
38	00006/2022	00002	Dispensa	160351 - Hospital de Guarnição de Porto Velho-MEX/RO	25828	1	R$1,0000	AGENCIA AEROTUR LTDA	04/05/2022
39	00003/2022	00001	Dispensa	160466 - Comando da 11ª Brigada de Infantaria Blindada	25828	1	R$1,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	31/01/2022
40	00004/2022	00001	Dispensa	160466 - Comando da 11ª Brigada de Infantaria Blindada	25828	1	R$1,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	31/01/2022
41	00006/2022	00001	Dispensa	160055 - 16º Batalhão Logístico-MEX/DF	25828	237.783	R$1,0000	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	12/04/2022
42	00022/2022	00007	Pregão	983403 - Prefeitura Municipal de Caetite	25828	2	R$14,2800	KOA TURISMO E INTERCAMBIO LTDA	07/04/2022
43	00014/2022	00003	Dispensa	160350 - 17ª Base Logística-MEX/RO	25828	2	R$184,9800	MONEY TURISMO EIRELI	26/04/2022
44	00013/2022	00003	Dispensa	160350 - 17ª Base Logística-MEX/RO	25828	2	R$203,8800	MONEY TURISMO EIRELI	18/04/2022
45	00019/2021	00001	Dispensa	926395 - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia	25828	2	R$336,1500	CONFIANCA VIAGENS E TURISMO LTDA	22/03/2022
46	00039/2022	00016	Pregão	153079 - Universidade Federal do Paraná	25828	1	R$400,0000	VIP TOUR EVENTOS E TURISMO EIRELI	20/06/2022
47	00013/2022	00002	Dispensa	160494 - 21º Depósito de Suprimento	25828	1.120.000	R$416,4900	AGENCIA AEROTUR LTDA	11/05/2022
48	00058/2022	00001	Dispensa	160389 - 8º Batalhão Logístico/RS	25828	850.000	R$444,8900	N C TURISMO LTDA	19/05/2022
49	00021/2022	00001	Dispensa	160108 - 12º Batalhão de Infantaria	25828	180.000	R$521,7900	AZ TURISMO E VIAGENS LTDA	24/02/2022
50	00048/2022	00001	Dispensa	160334 - Policlínica Militar do Rio de Janeiro/RJ	25828	62.505	R$554,9900	BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA	20/06/2022

Tipo painel: SERVICOS

Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade

MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL

Registros apresentados: 1 a 210

Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
51	00054/2022	00001	Dispensa	160389 - 8º Batalhão Logístico/RS	25828	6925000	R$578,8200	N C TURISMO LTDA	13/05/2022
52	00021/2022	00002	Dispensa	160108 - 12º Batalhão de Infantaria	25828	1	R$582,4500	AZ TURISMO E VIAGENS LTDA	24/02/2022
53	00042/2022	00002	Dispensa	160213 - 5º Batalhão Logístico	25828	1	R$600,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	02/06/2022
54	00042/2022	00001	Dispensa	160213 - 5º Batalhão Logístico	25828	1	R$600,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	02/06/2022
55	00053/2021	00001	Pregão	090031 - Tribunal Regional Federal da 5ª Região	25828	800.000	R$602,0200	FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI	19/05/2022
56	00031/2022	00001	Dispensa	160388 - 3º Regimento de Cavalaria de Guarda/RS	25828	1	R$650,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	09/05/2022
57	00013/2022	00001	Dispensa	160350 - 17ª Base Logística-MEX/RO	25828	2.088	R$708,2700	MONEY TURISMO EIRELI	18/04/2022
58	00053/2021	00002	Pregão	090031 - Tribunal Regional Federal da 5ª Região	25828	1.573.952	R$722,4300	FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI	19/05/2022
59	00010/2022	00001	Dispensa	160267 - 2º Batalhão de Infantaria Motorizado (ES)-RJ	25828	60	R$750,0000	AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA	31/03/2022
60	00029/2022	00001	Dispensa	160121 - Hospital Geral de Juíz de Fora	25828	1	R$761,4200	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	25/05/2022
61	00022/2022	00001	Dispensa	160491 - Comissão Regional de Obras/2	25828	1	R$786,2000	FACTO TURISMO - EIRELI	29/03/2022
62	00023/2022	00001	Dispensa	160491 - Comissão Regional de Obras/2	25828	1	R$815,9300	FACTO TURISMO - EIRELI	29/03/2022
63	00021/2022	00001	Dispensa	160477 - 2º Batalhão de Engenharia de Combate	25828	1	R$821,0000	MONEY TURISMO EIRELI	10/06/2022

Tipo painel: SERVICOS
Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade
MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL
Registros apresentados: 1 a 210
Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
64	00003/2022	00002	Pregão	158404 - Instituto Federal de Educação e tecnologia da Bahia/Campus Barreiras	25828	1.804	R$838,4600	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	20/05/2022
65	00002/2022	00001	Pregão	928062 - Conselho Regional de Psicologia - 14ª Região/MS	25828	619	R$860,7400	SLC SERVICOS AEROPORTUARIO LTDA	03/06/2022
66	00016/2022	00001	Dispensa	160491 - Comissão Regional de Obras/2	25828	639	R$860,7900	FACTO TURISMO - EIRELI	09/03/2022
67	00001/2022	00001	Pregão	925045 - Tribunal de Justição do Estado de Santa Catarina	25828	1.279.344	R$880,0000	V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA	22/02/2022
68	00001/2022	00001	Pregão	389445 - Conselho Regional de Farmácia do Goiás	25828	2	R$888,1578	SX TECNOLOGIA E SERVICOS CORPORATIVOS EIRELI	07/02/2022
69	00005/2022	00002	Dispensa	160242 - Base Administrativa do Complexo de Saúde/RJ	25828	2	R$902,1200	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	02/03/2022
70	00001/2022	00002	Dispensa	160145 - 17º Batalhão de Fronteira-MEX	25828	2	R$903,7300	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	10/02/2022
71	00001/2022	00001	Pregão	926246 - Secretaria de Estado de Esporte	25828	2	R$907,0000	ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	05/05/2022
72	00001/2022	00002	Pregão	926246 - Secretaria de Estado de Esporte	25828	1	R$911,0000	ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	05/05/2022
73	00013/2022	00001	Dispensa	160494 - 21º Depósito de Suprimento	25828	1	R$916,5200	AGENCIA AEROTUR LTDA	11/05/2022
74	00002/2022	00002	Dispensa	160254 - 1º Batalhão de Infantaria Motorizado (ES)-RJ	25828	1	R$935,2700	CONSULT VIAGENS E TURISMO LTDA	28/03/2022
75	00027/2022	00001	Dispensa	160116 - 17º Batalhão Logístico	25828	1	R$935,8900	FACTO TURISMO - EIRELI	24/06/2022

Tipo painel: SERVICOS

Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade

MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL

Registros apresentados: 1 a 210

Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
76	00014/2022	00001	Dispensa	160350 - 17ª Base Logística-MEX/RO	25828	1	R$956,2700	MONEY TURISMO EIRELI	26/04/2022
77	00014/2022	00002	Dispensa	160350 - 17ª Base Logística-MEX/RO	25828	1	R$956,2700	MONEY TURISMO EIRELI	26/04/2022
78	00205/2022	00001	Dispensa	240120 - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	25828	1	R$959,9600	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	21/06/2022
79	00076/2022	00001	Dispensa	160529 - MEX/AR. GUERRA/SP	25828	1	R$964,8900	MONEY TURISMO EIRELI	02/05/2022
80	00027/2022	00001	Dispensa	164204 - Fundação Osório	25828	1	R$977,7800	MONEY TURISMO EIRELI	11/05/2022
81	01128/2021	00011	Pregão	943001 - Governo do Estado do Ceará	25828	1	R$1.000,0000	NOVA TECNOLOGIA DE AUTOMACAO LTDA	26/04/2022
82	00016/2022	00001	Dispensa	160228 - 26º Grupo de Artilharia de Campanha	25828	1	R$1.000,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	03/05/2022
83	00016/2022	00002	Dispensa	160228 - 26º Grupo de Artilharia de Campanha	25828	1	R$1.000,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	03/05/2022
84	00005/2022	00004	Dispensa	160242 - Base Administrativa do Complexo de Saúde - RJ	25828	2	R$1.006,6200	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	02/03/2022
85	00027/2022	00002	Dispensa	160116 - 17º Batalhão Logístico	25828	2	R$1.013,1100	FACTO TURISMO - EIRELI	24/06/2022
86	00001/2022	00001	Pregão	974003 - Tribunal de Contas do Distrito Federal	25828	1	R$1.026,5600	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	27/01/2022
87	00050/2022	00002	Dispensa	160523 - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de BH	25828	2.250.000	R$1.040,8600	AGENCIA AEROTUR LTDA	06/04/2022
88	00005/2022	00002	Dispensa	160402 - 6º Batalhão de Engenharia de Combate	25828	15.227	R$1.094,0000	RS TURISMO E EVENTOS LTDA	04/03/2022

Tipo painel: SERVICOS

Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade

MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL

Registros apresentados: 1 a 210

Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
89	00005/2022	00001	Dispensa	160402 - 6º Batalhão de Engenharia de Combate	25828	4.453	R$1.094,0000	RS TURISMO E EVENTOS LTDA	04/03/2022
90	00001/2022	00003	Pregão	123001 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	25828	3.070.069	R$1.128,4100	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	03/05/2022
91	00122/2022	00002	Dispensa	928650 - Câmara Municipal de São José dos Campos	25828	7.007.050	R$1.176,5100	VILLA AGENCIA DE TURISMO LTDA	28/06/2022
92	00039/2022	00001	Pregão	985915 - Prefeitura Municipal de Teresópolis	25828	1	R$1.177,7400	MELO AMORIM TURISMO EIRELI	05/05/2022
93	00003/2022	00006	Pregão	158404 - Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Bahia/Campus Barreiras	25828	40.000	R$1.180,3100	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	20/05/2022
94	00050/2022	00001	Dispensa	160523 - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de BH	25828	1	R$1.200,0000	AGENCIA AEROTUR LTDA	06/04/2022
95	00006/2022	00001	Dispensa	160018 - 12º Batalhão de Suprimento/MEX/AM	25828	1	R$1.243,8100	MERU VIAGENS EIRELI	09/02/2022
96	00013/2022	00002	Dispensa	160388 - 3º Regimento de Cavalaria de Guarda/RS	25828	1	R$1.250,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	08/04/2022
97	00013/2022	00001	Dispensa	160388 - 3º Regimento de Cavalaria de Guarda/RS	25828	1	R$1.250,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	08/04/2022
98	00011/2022	00001	Dispensa	160121 - Hospital Geral de Juíz de Fora	25828	1	R$1.260,6500	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	03/03/2022
99	00011/2022	00001	Dispensa	160517 - 3ª Companhia do 63º Batalhão de Infantaria	25828	1	R$1.293,5800	TLS VIAGENS TUBARAO LTDA	11/03/2022
100	00045/2022	00001	Dispensa	160362 - 3º Batalhão Logístico/RS	25828	1	R$1.318,2700	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	21/06/2022
101	00054/2022	00001	Dispensa	160389 - 8º Batalhão Logístico/RS	25828	1	R$578,8200	N C TURISMO LTDA	13/05/2022

Tipo painel: SERVICOS
Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade
MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL
Registros apresentados: 1 a 210
Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
102	00021/2022	00002	Dispensa	160108 - 12º Batalhão de Infantaria	25828	4.999	R$582,4500	AZ TURISMO E VIAGENS LTDA	24/02/2022
103	00042/2022	00002	Dispensa	160213 - 5º Batalhão Logístico	25828	6.063	R$600,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	02/06/2022
104	00042/2022	00001	Dispensa	160213 - 5º Batalhão Logístico	25828	1	R$600,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	02/06/2022
105	00053/2021	00001	Pregão	090031 - Tribunal Regional Federal da 5ª Região	25828	1	R$602,0200	FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI	19/05/2022
106	00031/2022	00001	Dispensa	160388 - 3º Regimento de Cavalaria de Guarda/RS	25828	1	R$650,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	09/05/2022
107	00013/2022	00001	Dispensa	160350 - 17ª Base Logística-MEX/RO	25828	1	R$708,2700	MONEY TURISMO EIRELI	18/04/2022
108	00053/2021	00002	Pregão	090031 - Tribunal Regional Federal da 5ª Região	25828	1	R$722,4300	FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI	19/05/2022
109	00010/2022	00001	Dispensa	160267 - 2º Batalhão de Infantaria Motorizado(ES)-RJ	25828	1	R$750,0000	AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA	31/03/2022
110	00029/2022	00001	Dispensa	160121 - Hospital Geral de Juíz de Fora	25828	1	R$761,4200	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	25/05/2022
111	00022/2022	00001	Dispensa	160491 - Comissão Regional de Obras/2	25828	1	R$786,2000	FACTO TURISMO - EIRELI	29/03/2022
112	00023/2022	00001	Dispensa	160491 - Comissão Regional de Obras/2	25828	1	R$815,9300	FACTO TURISMO - EIRELI	29/03/2022
113	00021/2022	00001	Dispensa	160477 - 2º Batalhão de Engenharia de Combate	25828	1	R$821,0000	MONEY TURISMO EIRELI	10/06/2022
114	00003/2022	00002	Pregão	158404 - Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Bahia/Campus Barreiras	25828	1	R$838,4600	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	20/05/2022

Tipo painel: SERVICOS
Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade
MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL
Registros apresentados: 1 a 210
Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
115	00002/2022	00001	Pregão	928062 - Conselho Regional de Psicologia - 14ª Região/MS	25828	1	R$860,7400	SLC SERVICOS AEROPORTUARIO LTDA	03/06/2022
116	00016/2022	00001	Dispensa	160491 - Comissão Regional de Obras/2	25828	1	R$860,7900	FACTO TURISMO - EIRELI	09/03/2022
117	00001/2022	00001	Pregão	925045 - Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	25828	1	R$880,0000	V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA	22/02/2022
118	00001/2022	00001	Pregão	389445 - Conselho Regional de Farmácia do Goiás	25828	1	R$888,1578	SX TECNOLOGIA E SERVICOS CORPORATIVOS EIRELI	07/02/2022
119	00005/2022	00002	Dispensa	160242 - Base Administrativa do Complexo de Saúde - RJ	25828	1	R$902,1200	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	02/03/2022
120	00001/2022	00002	Dispensa	160145 - 17º Batalhão de Fronteira-MEX	25828	1	R$903,7300	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	10/02/2022
121	00001/2022	00001	Pregão	926246 - Secretaria de Estado de Esporte	25828	1	R$907,0000	ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	05/05/2022
122	00001/2022	00002	Pregão	926246 - Secretaria de Estado de Esporte	25828	1	R$911,0000	ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	05/05/2022
123	00013/2022	00001	Dispensa	160494 - 21º Depósito de Suprimento	25828	1	R$916,5200	AGENCIA AEROTUR LTDA	11/05/2022
124	00002/2022	00002	Dispensa	160254 - 1º Batalhão de Infantaria Motorizado (ES)-RJ	25828	1	R$935,2700	CONSULT VIAGENS E TURISMO LTDA	28/03/2022
125	00027/2022	00001	Dispensa	160116 - 17º Batalhão Logístico	25828	1	R$935,8900	FACTO TURISMO - EIRELI	24/06/2022
126	00014/2022	00001	Dispensa	160350 - 17ª Base Logística-MEX/RO	25828	6.500	R$956,2700	MONEY TURISMO EIRELI	26/04/2022
127	00014/2022	00002	Dispensa	160350 - 17ª Base Logística-MEX/RO	25828	4.000	R$956,2700	MONEY TURISMO EIRELI	26/04/2022

Tipo painel: SERVICOS

Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade

MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL

Registros apresentados: 1 a 210

Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
128	00205/2022	00001	Dispensa	240120 - Centro Brasileiro de Pesquisa Físicas	25828	1	R$959,9600	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	21/06/2022
129	00076/2022	00001	Dispensa	160529 - MEX/AR. GUERRA/SP	25828	1	R$964,8900	MONEY TURISMO EIRELI	02/05/2022
130	00027/2022	00001	Dispensa	164204 - Fundação Osório	25828	1	R$977,7800	MONEY TURISMO EIRELI	11/05/2022
131	01128/2021	00011	Pregão	943001 - Governo do Estado do Ceará	25828	1	R$1.000,0000	NOVA TECNOLOGIA DE AUTOMACAO LTDA	26/04/2022
132	00016/2022	00001	Dispensa	160228 - 26º Grupo de Artilharia de Campanha	25828	1	R$1.000,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	03/05/2022
133	00016/2022	00002	Dispensa	160228 - 26º Grupo de Artilharia de Campanha	25828	1	R$1.000,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	03/05/2022
134	00005/2022	00004	Dispensa	160242 - Base Administrativa do Complexo de Saúde - RJ	25828	1	R$1.006,6200	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	02/03/2022
135	00027/2022	00002	Dispensa	160116 - 17º Batalhão Logístico	25828	1	R$1.013,1100	FACTO TURISMO - EIRELI	24/06/2022
136	00001/2022	00001	Pregão	974003 - Tribunal de Contas do Distrito Federal	25828	1	R$1.026,5600	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	27/01/2022
137	00050/2022	00002	Dispensa	160523 - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de BH	25828	1	R$1.040,8600	AGENCIA AEROTUR LTDA	06/04/2022
138	00005/2022	00002	Dispensa	160402 - 6º Batalhão de Engenharia de Combate	25828	1	R$1.094,0000	RS TURISMO E EVENTOS LTDA	04/03/2022
139	00005/2022	00001	Dispensa	160402 - 6º Batalhão de Engenharia de Combate	25828	1	R$1.094,0000	RS TURISMO E EVENTOS LTDA	04/03/2022
140	00001/2022	00003	Pregão	123001 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	25828	1	R$1.128,4100	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	03/05/2022

Tipo painel: SERVICOS
Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade
MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL
Registros apresentados: 1 a 210
Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
141	00122/2022	00002	Dispensa	928650 - Câmara Municipal de São José dos Campos	25828	1	R$1.176,5100	VILLA AGENCIA DE TURISMO LTDA	28/06/2022
142	00039/2022	00001	Pregão	985915 - Prefeitura Municipal de Teresópolis	25828	1	R$1.177,7400	MELO AMORIM TURISMO EIRELI	05/05/2022
143	00003/2022	00006	Pregão	158404 - Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Bahia/Campus Barreiras	25828	1	R$1.180,3100	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	20/05/2022
144	00050/2022	00001	Dispensa	160523 - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de BH	25828	1	R$1.200,0000	AGENCIA AEROTUR LTDA	06/04/2022
145	00006/2022	00001	Dispensa	160018 - 12º Batalhão de Suprimento/MEX/AM	25828	4	R$1.243,8100	MERU VIAGENS EIRELI	09/02/2022
146	00013/2022	00002	Dispensa	160388 - 3º Regimento de Cavalaria de Guarda/RS	25828	4	R$1.250,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	08/04/2022
147	00013/2022	00001	Dispensa	160388 - 3º Regimento de Cavalaria de Guarda/RS	25828	1	R$1.250,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	08/04/2022
148	00011/2022	00001	Dispensa	160121 - Hospital Geral de Juíz de fora	25828	1	R$1.260,6500	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	03/03/2022
149	00011/2022	00001	Dispensa	160517 - 3ª Companhia do 63º Batalhão de Infantaria	25828	1	R$1.293,5800	TLS VIAGENS TUBARAO LTDA	11/03/2022
150	00045/2022	00001	Dispensa	160362 - 3º Batalhão Logístico/RS	25828	1	R$1.318,2700	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	21/06/2022
151	00217/2022	00001	Dispensa	240120 - Centro Brasileiro de Pesquisa Físicas	25828	1	R$2.585,9200	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	28/06/2022
152	00016/2022	00001	Dispensa	160402 - 6º Batalhão de Engenharia de Combate	25828	15	R$2.657,4300	RCCS10 VIAGENS E TURISMO LTDA	12/05/2022
153	00112/2022	00001	Dispensa	160233 - 5ª Brigada de Cavalaria Blindada	25828	1	R$2.669,6100	CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA -	04/07/2022

Tipo painel: SERVICOS

Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade

MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL

Registros apresentados: 1 a 210

Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
154	00048/2022	00001	Dispensa	160389 - 8º Batalhão Logístico/RS	25828	1	R$2.772,9500	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	10/05/2022
155	00002/2022	00001	Dispensa	160145 - 17º Batalhão de Fronteira-MEX	25828	5.010	R$2.785,3300	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	14/02/2022
156	00045/2022	00001	Dispensa	160389 - 8º Batalhão Logístico/RS	25828	1	R$2.870,3500	N C TURISMO LTDA	06/05/2022
157	00016/2022	00001	Dispensa	160116 - 17º Batalhão Logístico	25828	1	R$2.887,1200	FACTO TURISMO - EIRELI	18/05/2022
158	00017/2022	00001	Pregão	030001 - TCU-Tribunal de Contas da União/DF	25828	3	R$2.897,1960	BREMATUR - PASSAGENS E TURISMO LTDA	17/05/2022
159	00003/2022	00001	Dispensa	160239 - Hospital Militar de Resende	25828	2	R$2.950,3900	HADDAD & OLIVEIRA TURISMO E VIAGENS LTDA	09/03/2022
160	00022/2022	00001	Dispensa	160378 - 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado/PR	25828	1	R$2.985,2400	BIG BANG TOUR AGENCIA DE VIAGENS LTDA	18/05/2022
161	00006/2022	00002	Dispensa	160055 - 16º Batalhão Logístico-MEX/DF	25828	1	R$3.000,0000	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	12/04/2022
162	00006/2022	00001	Dispensa	160239 - Hospital Militar de Resende	25828	1	R$3.000,0000	HADDAD & OLIVEIRA TURISMO E VIAGENS LTDA	03/06/2022
163	00031/2022	00001	Dispensa	160491 - Comissão Regional de Obras/2	25828	1	R$3.016,8900	FACTO TURISMO - EIRELI	19/05/2022
164	00014/2022	00001	Dispensa	160362 - 3º Batalhão Logístico/RS	25828	76	R$3.062,4500	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	09/05/2022
165	00048/2022	00001	Dispensa	160376 - 1º Regimento de Cavalaria Mecanizado/RS	25828	76	R$3.219,6600	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	25/05/2022
166	00003/2022	00002	Dispensa	160239 - Hospital Militar de Resende	25828	60.270	R$3.354,7800	HADDAD & OLIVEIRA TURISMO E VIAGENS LTDA	09/03/2022

Tipo painel: SERVICOS
Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade
MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL
Registros apresentados: 1 a 210
Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
167	00001/2022	00001	Dispensa	160100 - Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada - MEX/GO	25828	500.000	R$3.688,4600	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	09/02/2022
168	00004/2022	00002	Dispensa	160239 - Hospital Militar de Resende	25828	1	R$3.793,1800	HADDAD & OLIVEIRA TURISMO E VIAGENS LTDA	08/04/2022
169	00001/2022	00001	Dispensa	160018 - 12º Batalhão de Suprimento/MEX/AM	25828	200.000	R$4.000,0000	MERU VIAGENS EIRELI	17/01/2022
170	00020/2022	00001	Dispensa	782801 - Base Naval de Aratu - BA	25828	1	R$4.050,0900	INTER BAHIA VIAGENS E TURISMO LTDA	09/02/2022
171	00004/2022	00001	Dispensa	160239 - Hospital Militar de Resende	25828	1	R$4.117,3600	HADDAD & OLIVEIRA TURISMO E VIAGENS LTDA	08/04/2022
172	00047/2022	00001	Dispensa	160278 - 5º Centro de Geoinformação	25828	1	R$4.137,7100	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	09/06/2022
173	00228/2022	00001	Dispensa	240120 - Centro Brasileiro de Pesquisa Físicas	25828	1	R$4.138,7300	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	06/07/2022
174	00003/2022	00001	Dispensa	160121 - Hospital Geral de Juíz de fora	25828	1	R$4.235,8300	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	27/01/2022
175	00106/2022	00001	Dispensa	160487 - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva/SP	25828	1	R$4.491,6600	YUMMY TRAVEL AGENCIA DE VIAGENS EIRELI	22/03/2022
176	00012/2021	00003	Pregão	926391 - Conselho Regional de Medicina Veterinária de Goiás	25828	1	R$4.500,0000	SLC SERVICOS AEROPORTUARIO LTDA	06/01/2022
177	00011/2022	00001	Dispensa	164204 - Fundação Osório	25828	4.212	R$5.000,0000	MONEY TURISMO EIRELI	31/01/2022
178	00008/2022	00001	Dispensa	160018 - 12º Batalhão de Suprimento/MEX/AM	25828	6.623	R$5.000,0000	MERU VIAGENS EIRELI	16/02/2022
179	00013/2022	00001	Dispensa	160362 - 3º Batalhão Logístico/RS	25828	4.212	R$5.092,9200	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	09/05/2022

Tipo painel: SERVICOS

Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade

MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL

Registros apresentados: 1 a 210

Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
180	00082/2022	00001	Dispensa	240120 - Centro Brasileiro de Pesquisa Físicas	25828	6.623	R$5.345,7700	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	30/03/2022
181	00009/2022	00001	Dispensa	160006 - 1º Batalhão de Infantaria de Selva	25828	10	R$6.833,7600	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	31/03/2022
182	00107/2022	00001	Dispensa	160111 - Comando da 4ª Brigada de infantaria Motorizada	25828	4	R$7.146,3800	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	31/05/2022
183	00002/2022	00001	Dispensa	160170 - Comando da 23º Brigada de Infantaria de Selva	25828	75	R$7.663,1800	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA	31/01/2022
184	00003/2022	00001	Pregão	158156 - Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Acre	25828	650	R$7.998,2900	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	22/03/2022
185	00238/2022	00001	Dispensa	240120 - Centro Brasileiro de Pesquisa Físicas	25828	1	R$8.082,1100	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	08/07/2022
186	00102/2022	00001	Dispensa	160111 - Comando da 4ª Brigada de infantaria Motorizada	25828	145	R$9.578,7900	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	26/05/2022
187	00150/2021	00002	Pregão	981981 - Prefeitura Municipal de Campina Grande	25828	1	R$9.587,7700	AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA	18/02/2022
188	00008/2022	00003	Pregão	170055 - Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda/PE	25828	1	R$10.000,0000	DISTAK AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	11/05/2022
189	00031/2022	00001	Pregão	153030 - Universidade Federal de Itajubá/MG	25828	1	R$10.162,0000	ECOS TURISMO LTDA	28/06/2022
190	00009/2022	00002	Dispensa	158720 - Universidade Federal do Sul da Bahia	25828	100	R$10.324,6700	AIRES TURISMO LTDA	12/04/2022

Tipo painel: SERVICOS
Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade
MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL
Registros apresentados: 1 a 210
Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
191	00022/2022	00002	Dispensa	160055 - 16º Batalhão Logístico-MEX/DF	25828	68	R$10.462,3300	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	06/07/2022
192	00002/2022	00001	Dispensa	160024 - Comando de Fronteira Solimões/8 BIS/MEX/AM	25828	68	R$12.700,0000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	22/02/2022
193	00148/2022	00001	Dispensa	240120 - Centro Brasileiro de Pesquisa Físicas	25828	1	R$13.584,9500	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	17/05/2022
194	00056/2022	00001	Dispensa	160111 - Comando da 4ª Brigada de infantaria Motorizada	25828	1	R$13.939,4500	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	18/04/2022
195	00011/2022	00002	Dispensa	158720 - Universidade Federal do Sul da Bahia	25828	5	R$17.093,7400	AIRES TURISMO LTDA	19/04/2022
196	00013/2022	00002	Dispensa	158720 - Universidade Federal do Sul da Bahia	25828	5	R$18.393,4200	AIRES TURISMO LTDA	16/05/2022
197	00001/2022	00001	Pregão	926562 - Conselho Regional de Administração de Goiás	25828	1	R$37.300,0000	CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO EIRELI	09/03/2022
198	00022/2022	00006	Pregão	983403 - Prefeitura Municipal de Caetite	25828	300	R$45.000,0000	KOA TURISMO E INTERCAMBIO LTDA	07/04/2022
199	00008/2022	00002	Pregão	170055 - Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda/PE	25828	300	R$48.000,0000	DISTAK AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	11/05/2022
200	00001/2022	00001	Pregão	389194 - Conselho Regional de Medicina Veterinária	25828	1	R$59.840,0000	V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA	24/02/2022
201	00016/2022	00001	Pregão	925960 - Polícia Militar do Estado de Tocantins	25828	1	R$87.614,5000	VOAR TURISMO EIRELI	20/06/2022
202	00004/2022	00001	Pregão	927511 - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	25828	1	R$88.714,3200	CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO EIRELI	28/06/2022

Tipo painel: SERVICOS

Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade

MAPA COMPARATIVO – COORDENAÇÃO GERAL

Registros apresentados: 1 a 210

Filtros: Código Material/Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Data da Compra
203	00015/2022	00003	Pregão	925532 - Prefeitura do Município de Araucária	25828	30	R$99.400,0000	E J BALMANT AGENCIA DE VIAGENS	18/03/2022
204	00002/2022	00003	Pregão	926774 - Conselho Regional de Química - XII REGIÃO	25828	1	R$140.000,0000	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	08/02/2022
205	00022/2021	00001	Pregão	925390 - Fundação do Desenvovimento Científico Cultural	25828	350	R$288.062,9800	KOA TURISMO E INTERCAMBIO LTDA	06/01/2022
206	00015/2022	00002	Pregão	925532 - Prefeitura do Município de Araucária	25828	1	R$313.000,0000	R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE VIAGENS LTDA	18/03/2022
207	00020/2022	00001	Pregão	982381 - Prefeitua Municipal de Caruaru	25828	311	R$365.000,0000	ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA	24/03/2022
208	00003/2022	00001	Pregão	980005 - Prefeitura Municipal de Ji-Paraná	25828	311	R$684.947,9400	ANDREA GADELHA MENEZES FREITAS EIRELI	22/02/2022
209	00005/2021	00003	Pregão	925770 - Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão	25828	25.000	R$1.285.776,7800	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	11/01/2022
210	00026/2022	00001	Pregão	974002 - Secretaria de Estado de Economia do DF	25828	75.000	R$15.270.846,9900	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	25/03/2022

Tipo painel: SERVICOS
Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade
Registros apresentados: 1 a 210
Filtros: Código Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário
Outros	00001/2022	1	Pregão	123001 - CX.DE FINANCIAMENTO IMOBIL. DA AERONÁUTICA	25828	200	R$0,0200
Outros		2	Pregão		25828	200	R$0,0200
Outros	00031/2022	3	Pregão	153030 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	25828	30	R$0,0001
Outros	00003/2022	3	Pregão	158156 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	25828	16	R$0,0100
196	00009/2022	2	Dispensa	158720 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	25828	2	R$0,0100
8	00010/2022	1	Pregão	160027 - 4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX	25828	300	R$0,0100
Outros	00004/2022	1	Pregão	160121 - HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA	25828	222	R$0,0100
Outros	00012/2022	1	Pregão	160132 - MEX-9. BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE/MS	25828	5.130	R$0,0100
Outros	00012/2022	4	Pregão		25828	270	R$0,0100
17	00005/2022	1	Pregão	160140 - COMANDO DA 9A. REGIAO MILITAR/MS	25828	62.505	R$0,0100
Outros	00006/2022	3	Pregão	160157 - 9 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEX/MT	25828	3.820	R$0,0100
Outros	00006/2022	1	Pregão		25828	1.510	R$0,0100
15	00008/2021	1	Pregão	160175 - ADMINISTRATIVA DA GUARNICÃO DE JOÃO PESSOA	25828	2.088	R$0,0100
12	00014/2022	2	Pregão	160202 - 3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	25828	60	R$0,0100
13	00012/2021	1	Pregão	160219 - COMANDO 5 REGIAO MILITAR	25828	1.804	R$0,0100
16	00012/2021	3	Pregão		25828	619	R$0,0100
20	00012/2021	2	Pregão		25828	639	R$0,0100
Outros	00017/2021	1	Pregão	160293 - CMDO DA 1 BRIG.DE ARTILHARIA ANTI-AEREA	25828	1.350	R$0,0100

Tipo painel: SERVICOS
Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade
Registros apresentados: 1 a 210
Filtros: Código Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário
14	00006/2022	1	Pregão	160298 - COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ	25828	15.227	R$0,0100
19	00006/2022	3	Pregão		25828	4.453	R$0,0100
18	00008/2022	1	Pregão	170055 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PE	25828	15	R$0,1500
3	00052/2021	1	Pregão	218002 - EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS	25828	5.010	R$0,0001
1	00020/2022	2	Pregão	462939 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DES DA CIEN E TECNOLIA	25828	60.270	R$0,0001
5	00020/2022	1	Pregão		25828	500.000	R$0,0001
Outros	00019/2021	1	Pregão	783601 - ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARA	25828	200	R$0,0010
Outros	00005/2021	2	Pregão	925770 - FUND.DE APOIO E DESENV.AO ENS., PESQ. E EXT.	25828	1	R$0,0001
201	00016/2022	2	Pregão	925960 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	25828	1	R$0,0001
Outros	00001/2022	3	Pregão	926246 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE	25828	10.835	R$0,0001
Outros	00012/2021	5	Pregão	926391 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA GO	25828	10	R$0,0001
9	00002/2022	2	Pregão	926462 - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PI	25828	75	R$0,0100
11	00002/2022	1	Pregão		25828	650	R$0,0100
7	00041/2021	1	Pregão	926681 - DME DISTRIBUIçãO S/A POçOS DE CALDAS MG	25828	145	R$0,0001
4	00002/2022	1	Pregão	926700 - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ACRE	25828	1	R$0,0001
Outros	00002/2022	1	Pregão	926774 - CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA XII REGIÃO	25828	1	R$0,0001
2	00050/2022	1	Pregão	927877 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL DE MARABA	25828	100	R$0,0001

Tipo painel: SERVICOS
Quantidade total de registros: 210 Unidade de Fornecimento: Unidade
Registros apresentados: 1 a 210
Filtros: Código Serviço : 25828 Ano da Compra : 2022

Resultado do Painel	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	UASG - Unidade Gestora	Código do CATSERV	Quantidade Ofertada	Valor Unitário
Outros	00002/2022	5	Pregão	928062 - CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 14ª REGIAL MS	25828	68	R$0,6800
6	00005/2021	1	Pregão	981251 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIUBA/CE	25828	1	R$0,0001
10	41101/2022	1	Pregão	981373 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA/CE	25828	1	R$0,0100

DESVIO PADRÃO	0,1112
MÉDIA	R$0,03
Mediana	R$0,01
LIMITE INFERIOR	-R$0,08
LIMITE SUPERIOR	R$0,14
COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	394%

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 91.622,12	**R$ 1.499,87**	**R$ 0,0001**

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
25828	**2022**

Quantidade total de registros: 210

Registros apresentados: 1 a 50

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00020/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	60.270	R$0,0001	AZ TURISMO E VIAGENS LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO	462939 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DES DA CIEN E TECNOLIA	04/07/2022
00050/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	100	R$0,0001	M DE N P C ANAISSE	ESTADO DO PARA	927877 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL DE MARABA	09/06/2022
00052/2021	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	5.010	R$0,0001	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS	218002 - EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS	17/01/2022
00002/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$0,0001	SX TECNOLOGIA E SERVICOS CORPORATIVOS EIRELI	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ACRE	926700 - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ACRE	12/05/2022

00020/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	500.000	R$0,0001	AZ TURISMO E VIAGENS LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO	462939 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DES DA CIEN E TECNOLIA	04/07/2022
00005/2021	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$0,0001	ESTAU ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI	ESTADO DO CEARA	981251 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIUBA/CE	09/03/2022
00041/2021	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	145	R$0,0001	VOAR TURISMO EIRELI	ESTADO DE MINAS GERAIS	926681 - DME DISTRIBUIção S/A POçOS DE CALDAS MG	21/01/2022
00010/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	300	R$0,01	AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160027 - 4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX	13/06/2022
00002/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	75	R$0,01	AIRES TURISMO LTDA	ESTADO DO PIAUI	926462 - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PI	08/07/2022
41101/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$0,01	WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI	ESTADO DO CEARA	981373 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA/CE	18/05/2022
00002/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	650	R$0,01	AIRES TURISMO LTDA	ESTADO DO PIAUI	926462 - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PI	08/07/2022
00014/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	60	R$0,01	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160202 - 3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	09/06/2022
00012/2021	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1.804	R$0,01	CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA -	COMANDO DO EXERCITO	160219 - COMANDO 5 REGIAO MILITAR	01/02/2022

00006/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	15.227	R$0,01	IDEIAS TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160298 - COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ	21/06/2022
00008/2021	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	2.088	R$0,01	AIRES TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160175 - ADMINISTRATIVA DA GUARNICÃO DE JOÃO PESSOA	01/02/2022
00012/2021	00003	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	619	R$0,01	CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA -	COMANDO DO EXERCITO	160219 - COMANDO 5 REGIAO MILITAR	01/02/2022
00005/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	62.505	R$0,01	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160140 - COMANDO DA 9A. REGIAO MILITAR/MS	26/04/2022
00008/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	15	R$0,01	DISTAK AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	MINISTERIO DA ECONOMIA	170055 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PE	11/05/2022
00006/2022	00003	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	4.453	R$0,01	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160298 - COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ	21/06/2022
00012/2021	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	639	R$0,01	CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA -	COMANDO DO EXERCITO	160219 - COMANDO 5 REGIAO MILITAR	01/02/2022
00010/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	300.000	R$1	AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160027 - 4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX	13/06/2022
00004/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	237.783	R$1	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160121 - HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA	01/06/2022

00017/2021	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	2.250.000	R$1	ECOS TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160293 - CMDO DA 1 BRIG.DE ARTILHARIA ANTI-AEREA	22/02/2022
00006/2022	00004	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	3.070.069	R$1	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160298 - COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ	21/06/2022
00006/2022	00004	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	800.000	R$1	FACTO TURISMO - EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160157 - 9 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEX/MT	15/06/2022
00005/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	6.925.000	R$1	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160140 - COMANDO DA 9A. REGIAO MILITAR/MS	26/04/2022
00012/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1.120.000	R$1	IDEIAS TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160132 - MEX-9. BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE/MS	12/05/2022
00006/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	7.007.050	R$1	IDEIAS TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160298 - COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ	21/06/2022
00019/2021	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	200.000	R$1	AGENCIA AEROTUR LTDA	COMANDO DA MARINHA	783601 - ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARA	04/02/2022
00012/2022	00003	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	850.000	R$1	IDEIAS TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160132 - MEX-9. BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE/MS	12/05/2022
00009/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	25.000	R$1	KOA TURISMO E INTERCAMBIO LTDA	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	988841 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS	04/03/2022

00012/2021	00004	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1.279.344	R$1	CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA -	COMANDO DO EXERCITO	160219 - COMANDO 5 REGIAO MILITAR	01/02/2022
00008/2021	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1.573.952	R$1	AIRES TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160175 - ADMINISTRATIVA DA GUARNICÃO DE JOÃO PESSOA	01/02/2022
00016/2021	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	40.000	R$1	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160346 - COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BIS/MEX/RO	10/01/2022
00009/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	75.000	R$1	DISTAK AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	988841 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS	04/03/2022
00012/2022	00005	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	180.000	R$1	RCCS10 VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160132 - MEX-9. BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE/MS	12/05/2022
00007/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	4.999	R$1	AGENCIA AEROTUR LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160351 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO	06/05/2022
00006/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	6.063	R$1	AGENCIA AEROTUR LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160351 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO	04/05/2022
00003/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	6.500	R$1	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160466 - COMANDO 11 BRIGADA INFANTARIA BLINDADA	31/01/2022
00004/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	4.000	R$1	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160466 - COMANDO 11 BRIGADA INFANTARIA BLINDADA	31/01/2022

00006/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	4	R$1	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160055 - 16 BATALHAO LOGISTICO- MEX/DF	12/04/2022
00022/2022	00007	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	350	R$14,28	KOA TURISMO E INTERCAMBIO LTDA	ESTADO DA BAHIA	983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE	07/04/2022
00014/2022	00003	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$184,98	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160350 - 17A BASE LOGISTICA-MEX/RO	26/04/2022
00013/2022	00003	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$203,88	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160350 - 17A BASE LOGISTICA-MEX/RO	18/04/2022
00019/2021	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	4	R$336,15	CONFIANCA VIAGENS E TURISMO LTDA	CONS. REG. DE FISIO. E TER. OCU. DA 9ª REGIÃO	926395 - CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA	22/03/2022
00039/2022	00016	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	65	R$400	VIP TOUR EVENTOS E TURISMO EIRELI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	20/06/2022
00013/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$416,49	AGENCIA AEROTUR LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160494 - 21.DEPOSITO DE SUPRIMENTO	11/05/2022
00058/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$444,89	N C TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160389 - 8 BATALHAO LOGISTICO/RS	19/05/2022
00021/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$521,79	AZ TURISMO E VIAGENS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160108 - 12 BATALHAO DE INFANTARIA	24/02/2022

00048/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$554,99	BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160334 - POLICLINICA MILITAR DO RIO DE JANEIRO/RJ	20/06/2022

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 91.622,12	**R$ 1.499,87**	**R$ 0,0001**

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
25828	**2022**

Quantidade total de registros: 210

Registros apresentados: 51 a 100

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00054/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$578,82	N C TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160389 - 8 BATALHAO LOGISTICO/RS	13/05/2022
00021/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$582,45	AZ TURISMO E VIAGENS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160108 - 12 BATALHAO DE INFANTARIA	24/02/2022
00042/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$600	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160213 - 5 BATALHAO LOGISTICO	02/06/2022
00042/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$600	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160213 - 5 BATALHAO LOGISTICO	02/06/2022

00053/2021	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	572	R$602,02	FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI	JUSTICA FEDERAL	090031 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A.REGIAO	19/05/2022
00031/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$650	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160388 - 3 REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDA/RS	09/05/2022
00013/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$708,27	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160350 - 17A BASE LOGISTICA-MEX/RO	18/04/2022
00053/2021	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	26	R$722,43	FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI	JUSTICA FEDERAL	090031 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A.REGIAO	19/05/2022
00010/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	2	R$750	AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160267 - 2 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO(ES)-RJ	31/03/2022
00029/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	2	R$761,42	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160121 - HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA	25/05/2022
00022/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$786,20	FACTO TURISMO - EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160491 - COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/2	29/03/2022
00023/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$815,93	FACTO TURISMO - EIRELI	FUNDO DO EXERCITO	167491 - COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/2	29/03/2022
00021/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$821	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160477 - 2 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE	10/06/2022

00003/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1.138	R$838,46	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA	158404 - INST.FED.DE EDUC.TEC BAHIA/CAMPUS BARREIRAS	20/05/2022
00002/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	68	R$860,74	SLC SERVICOS AEROPORTUARIO LTDA	CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA	928062 - CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 14ª REGIAL MS	03/06/2022
00016/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$860,79	FACTO TURISMO - EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160491 - COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/2	09/03/2022
00001/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$880	V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA	ESTADO DE SANTA CATARINA	925045 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO EST. DE SANTA CATARINA	22/02/2022
00001/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	76	R$888,1578	SX TECNOLOGIA E SERVICOS CORPORATIVOS EIRELI	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA	389445 - CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO GOIAS	07/02/2022
00005/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$902,12	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160242 - BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DE SAÚDE RJ	02/03/2022
00001/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$903,73	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160145 - 17. BATALHAO DE FRONTEIRA-MEX	10/02/2022
00001/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	4.212	R$907	ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	DISTRITO FEDERAL	926246 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE	05/05/2022
00001/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	6.623	R$911	ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	DISTRITO FEDERAL	926246 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE	05/05/2022

00013/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$916,52	AGENCIA AEROTUR LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160494 - 21.DEPOSITO DE SUPRIMENTO	11/05/2022
00002/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$935,27	CONSULT VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160254 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO(ES)/RJ	28/03/2022
00027/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$935,89	FACTO TURISMO - EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160116 - 17 BATALHAO LOGISTICO	24/06/2022
00014/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$956,27	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160350 - 17A BASE LOGISTICA-MEX/RO	26/04/2022
00014/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$956,27	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160350 - 17A BASE LOGISTICA-MEX/RO	26/04/2022
00205/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$959,96	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS	21/06/2022
00076/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	4	R$964,89	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160529 - MEX/AR. GUERRA/SP	02/05/2022
00027/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$977,78	MONEY TURISMO EIRELI	FUNDACAO OSORIO	164204 - FUNDACAO OSORIO	11/05/2022
01128/2021	00011	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	5	R$1000	NOVA TECNOLOGIA DE AUTOMACAO LTDA	ESTADO DO CEARA	943001 - GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	26/04/2022

00016/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	2	R$1000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160228 - 26 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	03/05/2022
00016/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	2	R$1000	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160228 - 26 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	03/05/2022
00005/2022	00004	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1006,62	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160242 - BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DE SAÚDE RJ	02/03/2022
00027/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1013,11	FACTO TURISMO - EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160116 - 17 BATALHAO LOGISTICO	24/06/2022
00001/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	300	R$1026,56	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	DISTRITO FEDERAL	974003 - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	27/01/2022
00050/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1040,86	AGENCIA AEROTUR LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160523 - CENTRO DE PREP. DE OFICIAIS DA RESERVA DE BH	06/04/2022
00005/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1094	RS TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160402 - 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE	04/03/2022
00005/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1094	RS TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160402 - 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE	04/03/2022
00001/2022	00003	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	200	R$1128,41	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	123001 - CX.DE FINANCIAMENTO IMOBIL. DA AERONÁUTICA	03/05/2022

00122/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1176,51	VILLA AGENCIA DE TURISMO LTDA	ESTADO DE SAO PAULO	928650 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS CAMPOS	28/06/2022
00039/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	311	R$1177,74	MELO AMORIM TURISMO EIRELI	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	985915 - PREF.MUN.DE TERESOPOLIS	05/05/2022
00003/2022	00006	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	20	R$1180,31	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA	158404 - INST.FED.DE EDUC.TEC BAHIA/CAMPUS BARREIRAS	20/05/2022
00050/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1200	AGENCIA AEROTUR LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160523 - CENTRO DE PREP. DE OFICIAIS DA RESERVA DE BH	06/04/2022
00006/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1243,81	MERU VIAGENS EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160018 - 12. BATALHAO DE SUPRIMENTO/MEX/AM	09/02/2022
00013/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1250	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160388 - 3 REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDA/RS	08/04/2022
00013/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1250	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160388 - 3 REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDA/RS	08/04/2022
00011/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	2	R$1260,65	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160121 - HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA	03/03/2022
00011/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1293,58	TLS VIAGENS TUBARAO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160517 - 3 COMPANHIA DO 63 BATALHAO DE INFANTARIA	11/03/2022

00045/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$1318,27	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160362 - 3 BATALHAO LOGISTICO/RS	21/06/2022

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 91.622,12	**R$ 1.499,87**	**R$ 0,0001**

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
25828	**2022**

Quantidade total de registros: 210

Registros apresentados: 101 a 150

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00007/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$1323,64	HADDAD & OLIVEIRA TURISMO E VIAGENS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160239 - HOSPITAL MILITAR DE RESENDE	21/06/2022
00013/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$1397,90	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160350 - 17A BASE LOGISTICA-MEX/RO	18/04/2022
00005/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$1402,15	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160242 - BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DE SAÚDE RJ	02/03/2022
00039/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$1499,74	LB VIAGENS SAO JOAO DEL REI LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160126 - 11.BATALHAO DE INFANTARIA DE MONTANHA	11/05/2022

00039/2022	00003	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1499,74	LB VIAGENS SAO JOAO DEL REI LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160126 - 11.BATALHAO DE INFANTARIA DE MONTANHA	11/05/2022
00035/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1500	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160477 - 2 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE	04/07/2022
00005/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1500	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160121 - HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA	04/02/2022
00005/2022	00003	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1506,65	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160242 - BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DE SAÚDE RJ	02/03/2022
00011/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	2	R$1524,07	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160121 - HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA	03/03/2022
00011/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1531,27	FACTO TURISMO - EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160491 - COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/2	22/02/2022
00003/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1542,47	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160145 - 17. BATALHAO DE FRONTEIRA-MEX	14/02/2022
00031/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1550	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160421 - 9 BATALHAO LOGISTICO/RS	29/06/2022
00031/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1550	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160421 - 9 BATALHAO LOGISTICO/RS	29/06/2022

00024/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1556,30	BIG BANG TOUR AGENCIA DE VIAGENS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160378 - 16º ESQUADRAO DE CAVALARIA MECANIZADO/PR	26/05/2022
00047/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	2	R$1600	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160365 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE BAGE/RS	27/05/2022
00007/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1600	MERU VIAGENS EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160018 - 12. BATALHAO DE SUPRIMENTO/MEX/AM	10/02/2022
00009/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1672,53	RS TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160402 - 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE	17/03/2022
00009/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1672,54	RS TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160402 - 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE	17/03/2022
00021/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1697,04	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160362 - 3 BATALHAO LOGISTICO/RS	17/05/2022
00017/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1730	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160418 - 19 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO/RS	25/02/2022
00014/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1799,16	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160362 - 3 BATALHAO LOGISTICO/RS	09/05/2022
00012/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1800	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160145 - 17. BATALHAO DE FRONTEIRA-MEX	24/02/2022

00015/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1805,14	FACTO TURISMO - EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160491 - COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/2	08/03/2022
00003/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1814,17	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160121 - HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA	27/01/2022
00219/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	4	R$1817,02	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS	28/06/2022
00122/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1872,09	VILLA AGENCIA DE TURISMO LTDA	ESTADO DE SAO PAULO	928650 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS CAMPOS	28/06/2022
00017/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	295	R$1922,77	MERU VIAGENS EIRELI	CONS. REG. DE ENFERMAGEM MATO GROSSO DO SUL	925797 - CONS.REG.DE ENFERMAGEM DO MATO GROSSO DO SUL	23/05/2022
00009/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1966,47	CONSULT VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160409 - 3 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA/AP/RS	05/05/2022
00005/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1980	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160484 - 2 BATALHAO DE POLICIA DO EXERCITO	25/02/2022
00030/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1996,38	FACTO TURISMO - EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160359 - HOSPITAL DA GUARNICAO DE ALEGRETE/RS	09/06/2022
00001/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	63	R$1999,8412	CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO EIRELI	ESTADO DO PARA	926475 - MIN.PUB.CONTAS DO ESTADO DO PARÁ	28/01/2022

00012/2021	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	75	R$2000	SLC SERVICOS AEROPORTUARIO LTDA	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIO GO	926391 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA GO	06/01/2022
00024/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$2000	ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160018 - 12. BATALHAO DE SUPRIMENTO/MEX/AM	29/04/2022
00038/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$2052,60	THAIAMAN TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160423 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE SANTIAGO/RS	25/05/2022
00001/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$2116,54	FACTO TURISMO - EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160491 - COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/2	18/01/2022
00001/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$2116,54	FACTO TURISMO - EIRELI	FUNDO DO EXERCITO	167491 - COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/2	18/01/2022
00014/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$2199,13	FACTO TURISMO - EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160116 - 17 BATALHAO LOGISTICO	17/05/2022
00021/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$2200	ARARAUNA TURISMO ECOLOGICO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160156 - 44 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/MT	11/05/2022
00008/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$2237,83	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160145 - 17. BATALHAO DE FRONTEIRA-MEX	22/02/2022
00009/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$2300	MERU VIAGENS EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160018 - 12. BATALHAO DE SUPRIMENTO/MEX/AM	17/02/2022

00016/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$2313,10	RCCS10 VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160402 - 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE	12/05/2022
00008/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$2318,71	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160100 - COM.DA 3A 6DA DE INFANTARIA MOTORIZADA_MEX/GO	05/05/2022
00088/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	4	R$2338,83	MONEY TURISMO EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160529 - MEX/AR. GUERRA/SP	01/06/2022
00014/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	60	R$2339,44	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160202 - 3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	09/06/2022
00001/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$2362,47	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160145 - 17. BATALHAO DE FRONTEIRA-MEX	10/02/2022
00003/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$2400	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160484 - 2 BATALHAO DE POLICIA DO EXERCITO	11/02/2022
00005/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$2470,40	CONSULT VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160409 - 3 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA/AP/RS	05/05/2022
00051/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$2475,21	N C TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160389 - 8 BATALHAO LOGISTICO/RS	12/05/2022
00058/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$2500	AGENCIA AEROTUR LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160523 - CENTRO DE PREP. DE OFICIAIS DA RESERVA DE BH	20/04/2022

00150/2021	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	360	R$2527,61	AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA	ESTADO DA PARAIBA	981981 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE	18/02/2022

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 91.622,12	**R$ 1.499,87**	**R$ 0,0001**

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
25828	**2022**

Quantidade total de registros: 210

Registros apresentados: 151 a 200

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00217/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	3	R$2585,92	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS	28/06/2022
00016/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$2657,43	RCCS10 VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160402 - 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE	12/05/2022
00112/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$2669,61	CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA -	COMANDO DO EXERCITO	160233 - 5ª BRIGADA DE CAVALARIA BLINDADA	04/07/2022
00048/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$2772,95	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160389 - 8 BATALHAO LOGISTICO/RS	10/05/2022

00002/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$2785,33	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160145 - 17. BATALHAO DE FRONTEIRA-MEX	14/02/2022
00045/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$2870,35	N C TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160389 - 8 BATALHAO LOGISTICO/RS	06/05/2022
00016/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$2887,12	FACTO TURISMO - EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160116 - 17 BATALHAO LOGISTICO	18/05/2022
00017/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	3.210	R$2897,196	BREMATUR - PASSAGENS E TURISMO LTDA	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	030001 - TCU-TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO/DF	17/05/2022
00003/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$2950,39	HADDAD & OLIVEIRA TURISMO E VIAGENS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160239 - HOSPITAL MILITAR DE RESENDE	09/03/2022
00022/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$2985,24	BIG BANG TOUR AGENCIA DE VIAGENS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160378 - 16º ESQUADRAO DE CAVALARIA MECANIZADO/PR	18/05/2022
00006/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	4	R$3000	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160055 - 16 BATALHAO LOGISTICO- MEX/DF	12/04/2022
00006/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$3000	HADDAD & OLIVEIRA TURISMO E VIAGENS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160239 - HOSPITAL MILITAR DE RESENDE	03/06/2022
00031/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$3016,89	FACTO TURISMO - EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160491 - COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/2	19/05/2022

00014/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$3062,45	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160362 - 3 BATALHAO LOGISTICO/RS	09/05/2022
00048/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$3219,66	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160376 - 1 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO/RS	25/05/2022
00003/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$3354,78	HADDAD & OLIVEIRA TURISMO E VIAGENS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160239 - HOSPITAL MILITAR DE RESENDE	09/03/2022
00001/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	2	R$3688,46	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160100 - COM.DA 3A BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA_MEX/GO	09/02/2022
00004/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$3793,18	HADDAD & OLIVEIRA TURISMO E VIAGENS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160239 - HOSPITAL MILITAR DE RESENDE	08/04/2022
00001/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$4000	MERU VIAGENS EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160018 - 12. BATALHAO DE SUPRIMENTO/MEX/AM	17/01/2022
00020/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$4050,09	INTER BAHIA VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DA MARINHA	782801 - BASE NAVAL DE ARATU - BA	09/02/2022
00004/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$4117,36	HADDAD & OLIVEIRA TURISMO E VIAGENS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160239 - HOSPITAL MILITAR DE RESENDE	08/04/2022
00047/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$4137,71	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160278 - 5º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO	09/06/2022

00222/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	2	R$4138,73	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS	09/07/2022
00003/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$4235,83	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160121 - HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA	27/01/2022
00106/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$4491,66	YUMMY TRAVEL AGENCIA DE VIAGENS EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160487 - CENTRO DE PREPARACAO OFICIAIS RESERVAS/SP	22/03/2022
00012/2021	00003	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	10	R$4500	SLC SERVICOS AEROPORTUARIO LTDA	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIO GO	926391 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA GO	06/01/2022
00011/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$5000	MONEY TURISMO EIRELI	FUNDACAO OSORIO	164204 - FUNDACAO OSORIO	31/01/2022
00008/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$5000	MERU VIAGENS EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160018 - 12. BATALHAO DE SUPRIMENTO/MEX/AM	16/02/2022
00013/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$5092,92	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160362 - 3 BATALHAO LOGISTICO/RS	09/05/2022
00082/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$5345,77	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS	30/03/2022
00009/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$6833,76	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	31/03/2022

00107/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$7146,38	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160111 - COMANDO DA 4A BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA	31/05/2022
00002/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$7663,18	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160170 - COMANDO 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	31/01/2022
00003/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	16	R$7998,29	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC E TEC. DO ACRE	158156 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	22/03/2022
00238/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$8082,11	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS	08/07/2022
00102/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$9578,79	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160111 - COMANDO DA 4A BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA	26/05/2022
00150/2021	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	30	R$9587,77	AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA	ESTADO DA PARAIBA	981981 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE	18/02/2022
00008/2022	00003	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$10000	DISTAK AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	MINISTERIO DA ECONOMIA	170055 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PE	11/05/2022
00031/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	30	R$10162	ECOS TURISMO LTDA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	153030 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	28/06/2022
00009/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$10324,67	AIRES TURISMO LTDA	UFESBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	158720 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	12/04/2022

00022/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$10462,33	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160065 - 16 BATALHAO LOGISTICO- MEX/DF	06/07/2022
00002/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$12700	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160024 - COMANDO DE FRONTEIRA SOLIMOES/8 BIS/MEX/AM	22/02/2022
00148/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$13584,95	MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS	17/05/2022
00056/2022	00001	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$13939,45	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160111 - COMANDO DA 4A BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA	18/04/2022
00011/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$17093,74	AIRES TURISMO LTDA	UFESBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	158720 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	19/04/2022
00013/2022	00002	Dispensa de Licitação	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	2	R$18393,42	AIRES TURISMO LTDA	UFESBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	158720 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	16/05/2022
00001/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$37300	CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO EIRELI	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GOIAS	926562 - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GOIAS	09/03/2022
00022/2022	00006	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$45000	KOA TURISMO E INTERCAMBIO LTDA	ESTADO DA BAHIA	983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE	07/04/2022
00008/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$48000	DISTAK AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	MINISTERIO DA ECONOMIA	170055 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PE	11/05/2022

00001/2022	0000	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$5840	V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA/BA	389194 - CONSELHO REG. DE MEDICINA VETERINARIA	24/02/2022

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 91.622,12	**R$ 1.499,87**	**R$ 0,0001**

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
25828	**2022**

Quantidade total de registros: 210

Registros apresentados: 201 a 210

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00016/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$87614,50	VOAR TURISMO EIRELI	ESTADO DE TOCANTINS	925960 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	20/06/2022
00004/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$88714,32	CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO EIRELI	CONSELGO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA	927511 - CONS. REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA	28/06/2022
00015/2022	00003	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$99400	E J BALMANT AGENCIA DE VIAGENS	ESTADO DO PARANA	928532 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	18/03/2022
00002/2022	00003	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA		UNIDADE	1	R$140000	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	ESTADO DE GOIAS	926774 - CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA XII REGIÃO	08/02/2022

00022/2021	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$238062,98	KOA TURISMO E INTERCAMBIO LTDA	ESTADO DE MINAS GERAIS	925390 - FUNDAÇÃO DO DESENV. CIENTIFICO E CULTURAL	06/01/2022
00015/2022	00002	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$312000	R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE VIAGENS LTDA	ESTADO DO PARANA	925532 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	18/03/2022
00020/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$365000	ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA	ESTADO DE PERNAMBUCO	982381 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU	24/03/2022
00003/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$684947,94	ANDREA GADELHA MENEZES FREITAS EIRELI	ESTADO DE RONDONIA	980005 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ	22/02/2022
00005/2021	00003	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$1285776,78	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	ESTADO DE MINAS GERAIS	925770 - FUND.DE APOIO E DESENV.AO ENS., PESQ. E EXT.	11/01/2022
00026/2022	00001	Pregão	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	UNIDADE	1	R$15270846,99	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	DISTRITO FEDERAL	974002 - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DF	25/03/2022

Resumo da Manifestação de Interesse

Órgão da UASG	UASG Gerenciadora	Nº da IRP
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CO	160022 - 00029/2022

Situação da IRP	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Data Provável da Licitação	Prazo Estimado de Validade da Ata
Encerrada	Pregão Eletrônico	Menor Preço	05/09/2022	12 meses

Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
Não	Sim

Objeto

Eventual contratação de serviços de agenciamento de viagens. Compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos.

Motivo para Adesão ao Processo de Contratação por SRP

A adesão à presente IRP possibilitará ao 2º Batalhão Logístico suprir a necessidade de aquisição de passagem aérea junto ao batalhão.

Gestor de Compras

Gestor de Compras Interessado

Nome	CPF
GABRIEL MAGALHAES PEREIRA	235.909.408-40

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail
19 88255111		gabrielmagalhaes27152@gmail.com

Gestor de Compras Substituto

Nome	CPF

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail

UASG Interessada

Órgão da UASG Interessada	UASG Interessada
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160463 - 2 BATALHAO LOGISTICO

Logradouro	Número	Complemento
VIA ANHAGUERA KM 101 - FAZ. CHAPADAO,(AV SD PASARINHO		

Bairro	Município/UF	CEP
	Campinas/SP	13065830

Itens Propostos

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Estimado (R$)	Município/UF de Entrega - Quantidade		Situação
1	Serviço	25828-Contratação de passagem aérea junto a companhia credenciada	Unidade	1,0000	Campinas/SP	400	Aceita
2	Serviço	25828-Contratação de passagem aérea junto a companhia credenciada	Unidade	1,0000	Campinas/SP	30000	Aceita

2 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Adicional

Observação

Em caso de quaisquer dúvidas solicitamos a gentileza de entrar em contato com a SALC do 2º B Log por meio do Email salc2blogl@gmail.com / licitacoes2blogl@gmail ou pelo telefone da SALC do 2º B LOG Nº (019) 3743-8216.

Anexo(s)

Arquivo	Anexado em
DIEX REQUISITORIO.pdf	16/08/2022
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA.pdf	16/08/2022
ESTUDO TECNICO PRELIMINAR.pdf	16/08/2022
TERMO DE REFERENCIA.pdf	16/08/2022
TERMO DE JUSTIFICATIVA.pdf	16/08/2022
DOU-NOMEACAO-CMT-2-B-LOG-L-CEL-SAVIOLI.pdf	16/08/2022
BI-2-B-LOG-L-NOMEACAO-CMT-OD.pdf	16/08/2022

Fechar

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2° BATALHÃO LOGISTICO
(5° G Can 90 AAé/1954)
BATALHÃO CIDADE DE CAMPINAS

DIEx Requisitório N° 17-Fisc Adm/2° B Log L
NUP: 64141.003445/2022-33

Campinas, 15 de agosto de 2022.

Do: 2° Sgt DIEGO TITONELI MARTINS DE SOUZA
Ao Sr: Ordenador de Despesas do 2° Batalhão Logístico

Assunto: Pregão eletrônico para Contratação de passagem aérea

Anexo: - 01 (um) Estudo Técnico Preliminar;
- 01 (um) Formalização de Demanda;
- 01 (um) Termo de Referência; e
- 01 (um) Justificativa da contratação.

1. Nos termos do art. 13 da IG 12-02, solicito-vos abertura do processo administrativo de Pregão Eletrônico para de aquisição de passagem aérea, visando atender às necessidades do 2° Batalhão Logístico nas missões de apoio logístico, conforme as especificações constantes na documentação anexa.
2. Considerando a necessidade de aquisição de passagens visando suprir as demandas de deslocamentos de militares envolvidos em missões da vida vegetativa da OM, bem como apoios e outras operações em andamento, no qual 2° Batalhão Logístico encontra-se inserido. As atividades envolvem deslocamentos para capacitação de militares em outras Organizações Militares e até mesmo outros órgãos e empresas especializadas, bem como viagens para o Simpósio de Manutenção para Comandantes de OM Logísticas.

Campinas – SP, 15 de agosto de de 2022.

Diego Titoneli Martins de Souza.
DIEGO TITONELI MARTINS DE SOUZA - 2° Sgt
Solicitante de Viagem/Passagem SCDP

"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE"

394

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Com relação aos Anexos deste requisitório, estes descrevem com clareza e objetividade todas as especificações dos serviços envolvidos, dos procedimentos corretos e adequados, da apreciação sobre a qualidade dos mesmos. Pelos dados informados o detalhamento dos serviços descritos no termo de referência estão adequados, possuindo todas as informações pertinentes e transmitindo a quem for do ramo, uma visão clara, transparente e objetiva do que precisa ser fornecido, ficando afastado qualquer predominância de complexidade do objeto em questão.

2. Portanto, **conforme inciso II, do art. 9°, do Decreto n° 5.450/05**, concluo, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público, que o Termo de Referência está devidamente adequado para atender a necessidade da Administração.

3. O serviço em questão, trata-se da aquisição de contratação de prestação de serviços de passagem aérea de pessoal, fundamentado pelo §1°, do art. 2°, §1°, do art. 4°, inciso III do art. 8° e inciso V, do art. 30, todos do Decreto n° 5.450, de 31 de maio de 2005, portanto, autorizo o início dos procedimentos licitatórios e determino abertura do processo correspondente.

4. A seção de Aquisições, Licitações e Contratos – SALC, adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.

Campinas – SP, 15 de agosto de de 2022.

VANDERSON GIACOMINI SAVIOLI – Cel
Ordenador de Despesas **do 2° B Log**

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO - 2º BATALHÃO LOGÍSTICO	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): 2º B Log/Almoxarifado	
Responsável pela Demanda: SCDP	**Matrícula/SIAPE: Não é o caso**
E-mail: 2bloglfiscadm@gmail.com	**Telefone:** (19) 37438204

1. Justificativa da necessidade da aquisição, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

O 2º Batalhão Logístico buscando atender os instrumentos legais, os princípios da Administração Pública, a saber: economicidade, da eficiência, da eficácia e da celeridade processual, dentre outros, faz latente que a contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento de passagens áereas pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SRP) na modalidade de Pregão em sua forma eletrônica. A aquisição dos serviços tem a finalidade possibilitar o deslocamento dos militares para os diversos locais em âmbito nacional onde serão executadas missões, bem como realizar o apoio logístico no âmbito da 2ª RM (Região Militar).

2. Quantidade de material a ser adquirido

A demanda inicial é baseada na quantidade de missões existentes na região de abrangência da 2ª B Log, visto que este aquartelamento é responsável pelo apoio logístico no âmbito da 2ª RM. Tal demanda está evidenciada no Termo de Referência anexo ao processo.

3. Previsão de data em que deve ser iniciado a aquisição do material

A previsão de data para início da aquisição é de setembro/2022

4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização

Planejamento:	Fiscalização: não necessário no momento
FABRICIO POUCIANO DA COSTA – 2º Ten **DIEGO TITONELI MARTINS DE SOUZA – 2º Sgt**	

Campinas – SP, 15 de agosto de de 2022.

PAULO JUAN QUEIROS DE LIMA VELLOSO – Cap
Fiscal administrativo do 2º B Log

2º Batalhão Logístico (Campinas-SP)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS

1. INTRODUÇÃO

1.1. DA FINALIDADE

O presente estudo tem por escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa ou agência de viagem, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, do 2º BATALHÃO LOGÍSTICO (5º G Can A Ae / 1954), localizado em Campinas-SP; bem como, complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência que compõe o processo NUP 64411.003711/2022-09 da 21º Cia E Cnst.

1.2. DA EQUIPE RESPONSÁVEL (BI Nr _____, de 15/08/2022, 2º Batalhão Logístico)

a. FABRICIO POUCIANO DA COSTA – 2º Ten - Chefe da Equipe
b. DIEGO TITONELI MARTINS DE SOUZA – 2º Sgt - Auxiliar

1.3. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

a. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;
b. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002;
c. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010;
d. Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013;
e. Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019
f. Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;
g. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020/ MP;
h. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017 / MP - IN 05/2017 / MP;
i. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS – DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada. Abril de 2020;

2. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1. Em complemento às disposições constante no Documento de Formalização da Demanda (DFD) DIEx nº 08-S4-Obras/21ª Cia E Cnst, em que se faz referência aos artigos 3º, IV, 8º, I, do Decreto 10.024/19, c/c IN 73/2020 MP, e Art. 6º, I do Decreto Lei 200/67, faz-se necessário exarar às seguintes observações acerca da necessidade da contratação dos serviços supramencionados.

2.2. Deve ser ressaltado que pelas atividades exercidas pelo 2º BATALHÃO LOGÍSTICO, surge a necessidade de aquisição de passagens visando suprir as demandas de deslocamentos de militares envolvidos em missões de apoio Logístico e outras operações em andamento, no qual o 2º BATALHÃO LOGÍSTICO encontra-se inserido. Atividades essas expressas como deslocamentos para capacitação de militares em outras Organizações Militares e até mesmo outros órgãos e empresas especializadas, bem como viagens para o Simpósio de Manutenção para Comandantes de OM Logísticas.

2.3. Sem dúvida a contratação de empresa ou agência para o serviço de agenciamento de viagens é essencial para o andamento e eficácia dos trabalhos acima mencionadas, merecendo especial atenção para as atividades dos destacamentos e da 21ª Cia E Cnst.

2.4. O objeto a ser licitado, baseia-se ainda na previsão da contratação para o prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessíveis períodos, limitados à 60 (sessenta) meses, o que é tratado no art. 57, II, da Lei de Licitações.

2.5. Com isso, uma vez evidenciada a necessidade da aquisição para a Administração, resta então o trabalho de identificar e qualificar tais demandas, e estipular os quantitativos a ser licitado, conforme se demonstrará no item 3 deste estudo.

2.6. Caso a eventual aquisição se enquadre nos requisitos constantes no art. 3º e incisos do Decreto 7.892[1], que seja analisada a possibilidade de adoção do Sistema de Registro de Preços.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

3.1. Em cumprimento ao que descreve o art. 24, § 1º, IV da Instrução Normativa 05/2017 c/ c art. 15, §7º, II da Lei 8.666/93, o estudo de levantamento preliminar foi realizado com base na compras de passagens dos anos de 2019 e 2020.

3.2. As quantidades a serem adquiridas, serão de no mínimo R$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme necessidade do 2º BATALHÃO LOGÍSTICO .

3.2. Em relação às estimativas de preços dos serviços, tais parâmetros serão contemplados no Termo de Referência, a partir da respectiva pesquisa de mercado, conforme diretrizes constantes no subitem 4.3 deste estudo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Prazo de aquisição/contratação

4.1.1. O período da contratação dos serviços será de 12 (doze) meses, que poderá ser prorrogado por interesse da administração por período de até 60 meses.

4.2. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

4.2.1. Conforme relatado no item 2 deste termo, o estudo foi elaborado a partir da premissa da essencialidade de contratação de agência ou empresa para prestação de serviços de agenciamento de viagens.

4.2.2. No presente caso, na seleção do fornecedor, deve ser levado em conta, primeiramente, as regras gerais e específicas constantes na legislação (subitem 1.3. deste estudo), alinhadas com os critérios de sustentabilidade na cadeia de produção e fornecimento dos serviços (devendo ser analisado caso a caso), como escopo de melhor atender às necessidades da Administração, e por consequência, o interesse público, sem contudo, restringir a competitividade e isonomia do futuro certame.

[1]Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.3. Estimativas de preços ou preços referenciais

4.3.1. Em linhas gerais a pesquisa de mercado deve ser elaborada em conformidade com o que dispõe a Instrução Normativa - IN 73/2020 / MP, obedecendo aos seguintes parâmetros:

4.3.1.1. DA ORDEM DE PRIORIDADE DA PESQUISA:

> "I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
> II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
> III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou
> IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.
> §1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.
> § 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV,
> deverá ser observado:
> I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;
> II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:
> a) descrição do objeto, valor unitário e total;
> b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
> c) endereço e telefone de contato; e
> d) data de emissão.
> III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput."

4.3.2. Ainda em relação às disposições IN 73, devem ser ressaltados os seguintes aspectos:

4.3.2.1. A METODOLOGIA para aferição dos preços de referências deve observar:

a) que o cálculo incida sobre um conjunto de **três ou mais preços**; (Art. 6º), podendo, **excepcionalmente**, mediante justificativa da autoridade competente, ser admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores (Art. 6º, § 4º);

c) que sejam desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados. (Art. 6º, § 3º);

d) que poderão ser utilizados **outros critérios** ou metodologias, desde que **devidamente justificados** pela autoridade competente. (Art. 6º, § 1º);

e) que os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados (Art. 6º, § 3º).

4.4. Descrição da solução como um todo

4.4.1. As eventuais aquisições decorrentes deste estudo devem estar em consonância com os interesses da Administração, e por consequência, o interesse público.

4.4.2. Neste sentido, deve ser ressaltado que os bens e serviços adquiridos devem proporcionar à continuidade dos serviços, sobretudo, as demandas administrativas, de forma a estimular a eficiência dos recursos humanos empregados, assim como priorizar a eficácia no resultado dos trabalhos que dependam dos respectivos serviços.

4.5. A execução da prestação dos serviços será iniciada após a notificação formal por parte da Administração solicitando o início dos serviços discriminados na respectiva nota de empenho emitida em favor da Contratada. Deve ser observado o prazo para implantação e início da prestação dos serviços de acordo como o que prescreve no termo de referência.

4.6. Aplicação da Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015, que se trata de Aquisição de Passagens Aéreas pela Administração Pública Federal Direta.

5. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO:

5.1. A lei geral de licitações, lei 8.666/93, em seu art. 23, § 1º c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02 elege o parcelamento do objeto como regra nos certames licitatórios, a fim de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado, bem como ampliar a competitividade nas licitações.

5.2. Todavia, deve ser ressaltado, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Súmula 247), que é imprescindível que tal divisão seja técnica e economicamente viável.

5.3. No presente caso, como se trata dos mesmos itens fornecimento do material e prestação do serviço, que no caso não podem ser adquiridos de forma independente, há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos.

5.4. Por isso, em consonância com a legislação retromencionada, bem como o entendimento da Corte de Contas, e ainda natureza dos bens e serviços que serão adquiridos, esta equipe optou pelo não parcelamento do objeto licitatório, por entender que é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração nos termos da legislação vigente.

6. GERENCIAMENTO DE RISCO

6.1. O presente estudo tem por escopo identificar os principais riscos (probabilidade) envolvidos nesta contratação, bem como, identificar os danos (atribuindo graus de impacto), assim como os responsáveis pela prevenção/tratamento e ainda ações de contingenciamento, conforme disposto nas linhas seguintes.

6.2. A classificação de risco será aferida pelo seguinte método: probabilidade x impacto =

classificação de risco.

6.3. Identificação e tratamento dos riscos

6.3.1. Risco #1 – Equipe de planejamento sem afinidade com a matéria ou a devida capacitação:

a. Identificação de Dano
Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos para a União.
b. Classificação de Risco

GRAU DE RISCO					
Probabilidade:	(x) Muito Baixo (1)	( ) Baixo (2)	( ) Médio (3)	( ) Alto (4)	( ) Muito Alto (5)
Impacto:	(x) Muito Baixo (x)	( ) Baixo (2)	( ) Médio (3)	( ) Alto (4)	( ) Muito Alto (5)

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
(x)	( )	( )
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	Risco Extremo (15 a 25)

c. Ações Preventivas e de Contingência

Id	**Ação Preventiva**
1.	Capacitação de militares responsáveis pela elaboração do estudo.
2.	Fiscalização dos trabalhos por parte da Seção responsável pela seleção de fornecedor.
Id	**Ação de Contingência**
1.	Autoridade competente: - Anular eventuais atos ilegais; - Revogar atos inconvenientes; - Providenciar apuração de responsabilidades.

6.3.2. Risco #2 – Descrição genérica de itens da licitação

a. Identificação de Dano

A descrição genérica dos itens da licitação podem causar danos à aquisição de equipamentos e na prestação do serviço.

b. Classificação de Risco

GRAU DE RISCO					
Probabilidade:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
Impacto:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto ( )

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
(x)	( )	( )
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	Risco Extremo (15 a 25)

c. Ações Preventivas e de Contingência

Id	**Ação Preventiva**
1	Verificar durante a as fases de aquisição das passagens, se a passagem emitida foi a mesma que foi previamente cotada.
2	Caso o item esteja em desacordo com as exigências acima, notificar a empresa.

Id	**Ação de Contingência**
1	Autoridade competente: - Anular eventuais atos ilegais; - Revogar atos inconvenientes; - Providenciar apuração de responsabilidades.

6.3.3. Risco #3 – Elencar itens na licitação, sobretudo, em relação às especificações técnicas, sem observar regulamentação específica de órgãos fiscalizadores, tais como: INMETRO, ANVISA, IBAMA etc.

a. Identificação de Dano
Aquisição de produtos sem a devida certificação dos órgãos fiscalizadores. Tal fato compromete a segurança da administração e traz a possibilidade real de dano à saúde dos servidores responsáveis pela respectiva manipulação.

b. Classificação de Risco

GRAU DE RISCO					
Probabilidade:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
Impacto:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
(x)	( )	( )
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	Risco Extremo (15 a 25)

c. Ações Preventivas e de Contingência

Id	**Ação Preventiva**
1	Setor de Seleção do Fornecedor: - Analisar o Estudo Preliminar, com especial atenção para as especificações dos itens, a fim de identificar eventual legislação que rege a matéria.

Id	**Ação de Contingência**
1	Setor requisitante: - verificar se o que está sendo adquirido é o que está sendo contratado; - Em caso negativo, notificar a empresa sobre o assunto.

6.3.4. Risco #4 – Estimativa de quantitativo excessivamente acima da necessidade da administração:

a. Identificação de Dano
   O serviço não será prestado conforme necessidades da instituição causando prejuízos aos usuários que dependem da execução do objeto contratado.
b. Classificação de Risco

GRAU DE RISCO					
Probabilidade:	(x)	( )	( )	( )	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
Impacto:	( )	( )	(x)	( )	( )

	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
(x)	( )	( )
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	Risco Extremo (15 a 25)

c. Ações Preventivas e de Contingência

Id	Ação Preventiva
1	Fiscalizar pontualmente o serviço prestado pela contratada.

Id	Ação de Contingência
1	Autoridade competente: - Abrir chamado de suporte; - Providenciar apuração de responsabilidades.

7. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE

Considerando as disposições constantes neste estudo, sobretudo, acerca das justificativas da necessidade de aquisição e do quantitativo estimando, bem como da análise dos riscos que envolvem a fase inicial deste procedimento, esta equipe se posiciona pela VIABILIDADE da contratação e prestação do serviço de agenciamento de viagens, por entender que foram razoáveis os fundamentos que motivaram a demanda para prestação do serviço de agenciamento de viagens para a administração.

Campinas – SP, 15 de agosto de de 2022.

FABRICIO POUCIANO DA COSTA – 2º Ten
Chefe da Equipe de planejamento

De acordo:

DIEGO TITONELI MARTINS DE SOUZA – 2º Sgt
Membro da Equipe

Ciência do fiscal administrativo:

Campinas – SP, 15 de agosto de de 2022.

PAULO JUAN QUEIROS DE LIMA VELLOSO – Cap
Fiscal administrativo do 2º B Log

Aprovação do Ordenador de Despesas:

1. Considerando do disposto no Art. 14, § II do Decreto 10.024/19, **APROVO** o presente estudo acerca do objeto proposto. Reitero plena concordância com as justificativas da necessidade da aquisição, bem como a estimativa dos quantitativos apresentados.

2. Determino o início da elaboração do respectivo termo de referência, uma vez que ficou constatada que a eventual contratação é VIÁVEL para esta administração.

Campinas – SP, 15 de agosto de de 2022.

VANDERSON GIACOMINI SAVIOLI – Cel
Comandante do 2º B Log

ANEXO I –TERMO DE REFERÊNCIA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO LOGISTICO
(5º G Can 90 AAé/1954)
BATALHÃO CIDADE DE CAMPINAS

PREGÃO Nº 17/2022
(Processo Administrativo nº 64411.003711/2022-09)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo	Item	CAT SERV	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	REQ MIN	REQ MÁX	QNT TOTAL	VALOR UNIT MÁX	VALOR TOTAL
1	1	25828	Prestação de serviço de Agenciamento de viagens, compreendendo, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem e reembolso de Passagem Aérea.	unidade	1	10	400	R$1,00	R$ 400,00
	2	25828	Repasse da passagem aérea, compreendendo os valores da passagem aérea, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas.	unidade	500	5000	300.000,00	R$1,00	R$ 300.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 300.400,00 (trezentos mil e quatrocentos reais)**				

1.2. O valor do item 2 corresponde à demanda estimada para repasse de passagens nacionais. Todos os licitantes deverão obrigatoriamente registrar proposta, no valor unitário de R$ 1,00 sobe pena de desclassificação da proposta.

1.3. Ainda, para o item 2 não poderão ser dado lances, o licitante que der lance e cadastrar propostas diferentes do valor acima informado terá suas propostas e lances desclassificados.

1.3.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Órgão Participante: 2º Batalhão Logístico				
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
1	1	Prestação de serviço de Agenciamento de viagens, compreendendo, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem e reembolso de Passagem Aérea.	unidade	400
	2	Repasse da passagem aérea, compreendendo os valores da passagem aérea, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas.	unidade	30.000

1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de registro de preço para eventual Contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea para a 2º Batalhão Logístico.

1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por Preço Unitário.

1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses, anos), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O presente Termo de Referência está devidamente embasado conforme o que preconiza a Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015, que se trata de Aquisição de Passagens Aéreas pela Administração Pública Federal Direta.

2.3. A necessidade da contratação empresa especializada em serviços de emissão, reserva, remarcação e cancelamento das passagens aéreas para o 2º Batalhão Logístico, fundamenta-se pela demanda contínua das atividades administrativas, operacionais e de capacitação, a fim de que se garanta o deslocamento dos militares e civis desta Subunidade. Neste sentido, esta Organização Militar (2º Batalhão Logístico.) vem recebendo regularmente provisões orçamentárias específicas para as aquisições destas passagens, o que invoca a necessidade da realização de Pregão Eletrônico, na forma prevista do Decreto N° 10.024, de 20 de setembro de 2019;

2.4. As quantidades descritas no presente foram estimadas através de metodologia de consulta ao demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores e relatórios do Setor de Transporte Administrativo, além dos registros das notas de empenhos existentes no SIAFI. Dados objetivos que possibilitam o dimensionamento adequado da presente contratação.

2.5. As especificações descritas, o detalhamento do objeto, as características, os requisitos e o valor estimado do objeto foram regularmente determinados pelo setor competente da Administração e a contratação, através do sistema de registro de preços, está legitimada e regulamentada no âmbito da União Federal pelo Decreto nº 7.892/2013. Nesse mesmo sentido, o art. 11 da Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, também prevê a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na modalidade pregão, ou seja, é possível a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações de bens e serviços comuns, através da modalidade Pregão, combinado com o art. 11 da Lei nº 10.520/2002, e com as disposições contidas nos incisos I, II, III ou IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, abaixo citadas:

Inciso I, quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes – os serviços licitados são necessários durante todo o transcorrer do ano;

Inciso II, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa – a contratação se dá mês a mês, de acordo com a necessidade de consumo;

Inciso III, quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou (a aquisição será feita para mais um órgão); e

Inciso IV, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração – em face da impossibilidade de prever com exatidão as quantidades a serem adquiridas, no período de 12 (doze) meses, evitando-se assim a realização de múltiplos processos administrativos, o que ocasionaria elevado custo nas publicações em Imprensa oficial e jornais de grande circulação, além de desperdício de tempo processual, e dos custos de capital humano empregado nas mais diversas etapas envolvidas, por ocasião da realização de novos processos, justifica-se também este pregão pelo SRP.

2.6. Desta forma, o descrito nesta licitação é ferramenta essencial para uma formação, preparo e pronto emprego mais qualificado dos militares da 21ª Companhia de Engenharia de Construção, bem a flexibilização dos deslocamentos por motivo de saúde e planejamento de missões administrativas e operacionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. As eventuais aquisições decorrentes deste estudo devem estar em consonância com os interesses da Administração, e por consequência, o interesse público.

3.2. Neste sentido, deve ser ressaltado que o serviço adquirido deve proporcionar à continuidade dos serviços, sobretudo, as demandas administrativas e operacionais de forma a estimular a eficiência dos recursos humanos empregados, assim como priorizar a eficácia no resultado dos trabalhos que dependam do serviço prestado.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como: acompanhamento dos serviços por parte da Fiscalização Administrativa, militares aptos a fiscalizar as emissões no prazo, checar valores de faturas, trechos emitidos. Atender deslocamentos dos militares e servidores civis nos deslocamentos para cumprimento das diversas missões de responsabilidade do 2º Batalhão Logístico. A contratação também requer que a contratada exerça práticas de sustentabilidade previstas neste Termo de Referência, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Consultoria-Geral da União de 2020;

5.1.2. Trata-se de serviço comum, continuado a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

5.1.3. Cabe salientar que não há previsão de impacto ambiental, visto que a atividade propiciada pela prestação de serviço solicitada é considerada não poluente e não causa modificação de impacto prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social local;

5.1.4. O contrato terá a duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses e iniciará assim que a contratante e o contratado assinarem o contrato;

5.1.5. Não haverá a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

5.1.6. Soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos;

DISPONIBILIDADE DO MERCADO	LIMITAÇÃO
Sistema de concessão de diárias e passagens	Não abrange todas as empresas de transportes.
Empresas de turismo especializada em bilhetagem de passagens.	Não observado fatores que impliquem em risco haja vista a possibilidades de operar o sistema de

	bilhetagem nos segmentos aéreo, terrestre e fluvial.
Companhias aéreas comerciais	Flutuação do valor dos bilhetes conforme a demanda do mercado.
Companhias de táxi aéreo	Valores sobrepõem aos de mercado para o transporte individual de passageiro.
Fretamento de transporte aéreo	Valores sobrepõem aos de mercado para o transporte individual de passageiro.

5.1.7. Indique um preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. A quantidade estimada de deslocamentos é de 10 (dez), conforme média obtida através do estudo preliminar.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Não será necessária vistoria para o objeto da presente licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Os serviços, quando solicitados, serão prestados 2º Batalhão Logístico, que possui sede em Campinas – SP.

7.1.2. A solicitação de execução do objeto deste certame poderá ser feita em qualquer época dentro do período de vigência da Ata de Registro de Preços.

7.1.3. Independentemente do meio utilizado para se fazer a requisição, a Contratada deverá emitir a passagem no prazo máximo de 2 (duas) horas após sua solicitação pela Contratante, que será oficializada através de documento oficial, assinado pelo Ordenador de Despesas, emitido pelo 2º Batalhão Logístico, e/ou mensagem por endereço eletrônico (e-mail), e/ou enviada mensagem via aparelho de fax, bem como, a forma que for utilizada será confirmado o seu recebimento pela Contratada, por intermédio do Agente da Fiscalização Administrativa por contato telefônico diretamente com a Contratada, a fim de evitar acréscimos no valor da tarifa. Caso se verifique acréscimo quando da emissão da passagem no prazo estabelecido acima, deverá a Contratada contatar o 2º Batalhão Logístico a fim de obter autorização para a emissão da passagem com o valor acrescido.

7.1.4. A Contratada deverá, também, dentro do mesmo prazo de 2 (duas) horas, prestar informação sobre a emissão da passagem diretamente ao usuário da passagem e, simultaneamente, à Contratante. Na informação à Contratante deve constar a confirmação de que o usuário da passagem já foi devidamente informados.

7.1.5. Passagem (com seu respectivo código de retirada no balcão) deverá ser enviada para o usuário da passagem e para a Contratante através do e-mail 2bloglfiscadm@gmail.com, dentro do prazo de 2 (duas) horas.

7.1.6. Em caso de impossibilidade de atendimento a qualquer requisição de bilhetes, em função de ocorrência de fato imprevisível, a contratada deverá informar a contratante imediatamente, no prazo de até 01(uma) hora.

7.1.7. A Ata de Registro de Preços resultado deste certame terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado para mais 60 (sessenta) meses, a partir da data da sua assinatura.

7.1.8. A contratação do objeto registrado na ata de registro de preço será efetuada por meio de nota de empenho, emitida pelo órgão gerenciador e participantes do processo licitatório, contendo: o número da ata, o nome da empresa, o objeto e sua especificação.

7.1.9. Indicar um contato (nome do funcionário, telefone e e-mail para contato) para atendimento fora do horário comercial, inclusive sábados, domingos e feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia.

7.1.10. Informar à Contratada a relação de militares e/ou servidores civis autorizados a enviar documento de requisição de passagens aéreas ou a acessar o sistema de agendamento eletrônico de passagens (se houver).

7.1.11. A Contratada deverá prestar os serviços em até 2 (duas) horas, após o recebimento do e-mail e/ou contato via telefone e/ ou sistema de emissão de passagem eletrônico.

7.1.12. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da contratante:

7.1.13. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.

7.1.14. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.1.15. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

7.1.16. Efetuar os pagamentos devidos.

7.1.17. Receber e atestar as faturas e/ou notas fiscais correspondentes.

7.1.18. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela Contrata.

7.1.19. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

7.1.20. Providenciar a marcação, remarcação (alterações de datas, trechos, horários de voo), emissão, entrega e/ou disponibilização e cancelamento de passagens aéreas físicas ou eletrônicas, requisitadas pela Contratante, através dos seus setores competentes, conforme solicitação de passagem.

7.1.21. Disponibilizar/transmitir via e-mail (ou providenciar a entrega pessoal) as passagens ao usuário da passagem e ao 2º Batalhão Logístico no limite de tempo máximo de 2 (duas) horas após

sua solicitação, podendo esta disponibilidade se dar, excepcionalmente, fora do horário normal de expediente e aos sábados, domingos e/ou feriados.

7.1.22. Indicar contato (nome do funcionário, telefone e e-mail para contato) para atendimento fora do horário comercial, inclusive sábados, domingos e feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia.

7.1.23. Assegurar a concessão de descontos e a utilização de tarifas promocionais para os serviços prestados, sempre que praticados pelas companhias aéreas repassando à Contratante todos os descontos e vantagens oferecidas que possam resultar em vantagem econômica para a Contratante.

7.1.24. Apresentar, quando solicitado pela Contratante, o valor vigente dos preços praticados na data da emissão das passagens e/ou da disponibilidade de tarifas promocionais, a fim de que fique comprovada a emissão do bilhete em tarifa mais vantajosa no momento da emissão. Esta comprovação será emitida pelo sistema de marcação e emissão de passagens das companhias aéreas.

7.1.25. Comunicar possíveis cancelamentos de voos, onde haja emissão de passagem a ser paga elo contratante, ficando obrigada a providenciar outro voo em datas e horários compatíveis dos bilhetes anteriormente escolhido ou a critério da contratante, sendo de responsabilidade da contratada fornecer outro voo sem que seja cobrado qualquer valor adicional.

7.1.26. Receber os informativos sobre não utilização de trechos de passagens emitidas, providenciando o devido ressarcimento ao Contratante.

7.1.27. Apresentar documento fiscal para pagamento em duas vias das correspondentes solicitações de passagens aéreas acompanhados das seguintes informações: número da requisição de passagem (se houver); número da passagem; trecho aéreo; empresa de transporte; nome do passageiro; valor bruto da passagem; valor das retenções; valor da taxa de embarque; valor líquido da fatura; valor da Taxa de Serviço.

7.1.28. Emitir relatórios mensais, em planilha eletrônica, constando as seguintes informações: número da requisição/solicitação (se houver); nome do passageiro; identificação da passagem (número, empresa aérea, horário e trecho); valor da requisição; valor da passagem; valor da taxa de embarque; cópia da passagem; valor bruto da fatura; valor líquido da fatura; valor da dedução dos tributos; valor da Taxa de Serviço; número do empenho; valor da multa aplicada pela companhia érea em razão do cancelamento das passagens não utilizadas, quando for o caso.

7.1.29. Fazer gestão para a solução de problemas que venham a surgir, relacionados com as passagens e embarques, em aeroportos.

7.1.30. Receber, até o último dia de vigência do contrato, as requisições de passagens, obrigando-se a fornecer as passagens aéreas, rodoviárias e fluviais oriundas daquelas requisições mesmo após o término do período contratual.

7.1.31. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetuá-los de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do instrumento convocatório e seus anexos.

7.1.32. Reparar, corrigir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte da Contratante.

7.1.33. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas no prazo que não prejudique o embarque ou desembarque do militar ou servidor.

7.1.34. Responsabilizar-se por todos os tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.

7.1.35. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, salvo com prévia e expressa autorização do Contratante.

7.1.36. Atender prontamente quaisquer exigências do representante da Contratante, inerentes ao objeto da contratação.

7.1.37. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.38. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.1.39. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato e o recebimento da Nota de Empenho, na forma que segue:
7.3. A Nota de Empenho, será encaminhada via digital (e-mail) e/ou fax ao fornecedor, que deverá acusar o recebimento no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data do seu envio.
7.4. O prazo de início da execução dos serviços será de até 2 (duas) horas, após o recebimento da Nota de Empenho.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. Será nomeado um responsável do setor requisitante, com conhecimentos técnicos acerca dos serviços a serem realizados, para o acompanhamento e fiscalização do objeto. A empresa licitante vencedora, do item do Pregão 17/2022, disponibilizarão todos os contatos necessários para comunicação entre a CONTRATANTE e CONTRATADA. Os contatos disponibilizados deverão estar em pleno funcionamento, durante todo o horário comercial, tendo pelo menos 1 (um) contato telefônico e 1 (um) e-mail. A forma de aferição e medição dos serviços será avaliada por meio de Estudo Técnico Preliminar, no Mapa de Riscos e Gerenciamento de Riscos; anexos ao Edital. Unidade de Serviço foi definida de acordo com as especificações técnicas, referentes ao objeto da contratação, não interferindo em situações de inexecução total ou parcial do serviço. INFORMAÇÕES

9. RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1. O repasse compreende os valores da passagem aérea, taxas de embarque, outras taxas e multas devidas às companhias aéreas, em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de passagens adquiridas.

9.1.2. A proposta das empresas deverá atender todas as condições, impostas na própria descrição/ especificação do objeto.

9.1.3. Contato em caso de Dúvidas: Cap PAULO JUAN – Fiscal Administrativo; Tel.: (19) 37438204; e- mail: **2blogIfiscadm@gmail.com**

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a"e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou

única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias

úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. O prazo de validade;

16.4.2. A data da emissão;

16.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. O período de prestação dos serviços;

16.4.5. O valor a pagar; e

16.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. Não produziu os resultados acordados;

16.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{} \qquad I = 0,00016438$$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. REAJUSTE

17.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
17.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
17.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
17.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
17.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
17.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
17.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
17.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
18.2. A contratação objeto desta licitação é serviço de natureza continuada, porém, sem dedicação de mão de obra exclusiva, sendo nesse caso, ato discricionário da Administração exigir garantia.
18.3. Considerando os objetivos alcançados na última contratação, conforme estudos preliminares, as ações de contingência apresentadas em relação aos riscos levantados, a baixa complexibilidade técnica do objeto e o pouco risco financeiro, tendo em vista, tratar-se de contratação feita de acordo com a necessidade; a exigência de garantia torna-se desnecessária.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. Cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior

ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às	01

	necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/ contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.3.1 Valor Global: R$ 300.400,00 (trezentos mil e quatrocentos reais)

22.3.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1 O custo estimado da contratação é de R$ 30.400,00 (trinta mil e quatrocentos reais)

FABRICIO POUCIANO DA COSTA – 2º Ten
Chefe da Equipe de planejamento

DIEGO TITONELI MARTINS DE SOUZA – 2º Sgt
Membro da Equipe

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o conteúdo deste Termo de Referência com fulcro no Inciso II, do Art. 14, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, em face de atender às necessidades do 2º Batalhão Logístico para contratação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea.

418

Considerando as características do objeto da licitação, julgo conveniente adotar o Sistema de Registro de Preços (SRP) com fulcro nos incisos I, II, III e IV do Art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Cabe ressaltar que, para a contratação em tela, o 2º Batalhão Logístico dispõe de recursos específicos que são repassados regularmente no transcorrer do Exercício não causando impacto orçamentário e os recursos são compatíveis com o plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Campinas – SP, 15 de agosto de de 2022.

VANDERSON GIACOMINI SAVIOLI – Cel
Comandante do 2º B Log

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO LOGÍSTICO
(5º G Can A Ae / 1954)
"BATALHÃO CIDADE DE CAMPINAS"

TERMO DE JUSTIFICATIVA

1. Tendo em vista o Processo originário do DIEx Requisitório Nr 17-Fisc Adm/2º B Log L, 64141.003445/2022-33 de 15 de agosto de 2022, cujo objeto é: Contratação de empresa ou agência para prestação de serviço de agenciamento de viagens para o 2º Batalhão Logístico.

2. Considerando a necessidade de aquisição de passagens visando suprir as demandas de deslocamentos de militares envolvidos em missões da vida vegetativa da OM, e outras operações em andamento, no qual o 2º Batalhão Logístico encontra-se inserida. As atividades envolvem deslocamentos para capacitação de militares em outras Organizações Militares e até mesmo outros órgãos e empresas especializadas, viagens para reuniões de coordenação das obras em andamento sob gerência da Companhia e deslocamentos de apoios de militares de outras organizações à essa OM.

3. Do exposto, considero que a contratação aqui pretendida se torna essencial e imprescindível para o andamento das atividades do 2º Batalhão Logístico, no contexto das operações em andamento, bem como para as atividades da vida vegetativa da OM. A Contratação se dará por meio de pregão eletrônico, pois atende a Administração e o interesse Público.

Campinas - SP, 15 de agosto de 2022

VANDERSON GIACOMINI SAVIOLI - Cel
Ordenador de Despesas do 2º Batalhão Logístico

Fl nº 430
RUBRICA

VOLUME II

CERTIDÃO MIGRAÇÃO

Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2022 – 21ª Cia E Cnst – UASG: 160022
(CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO)
NUP: 64411.003711/2022-09

ASSUNTO: TRANSFORMAÇÃO NO SISTEMA SAPIENS DE SUPORTE FÍSICO/HIBRIDO PARA SUPORTE ELETRÔNICO EM PROCESSO OU DOCUMENTO AVULSO.

Certifica-se que o Processo Avulso **nº** 64411.003711/2022-09 (Pregão Eletrônico SRP **17/2022** – 21ª Cia Eng Cnst) a tramitar no **Sistema AGU de Inteligência Jurídica** (SAPIENS) foi digitalizado integralmente da folha **nº** 138 **até a folha nº** 431, cujo componente digital foi devidamente inserido no sistema.

Assim, certifica-se que o referido Processo Avulso foi transformado do suporte físico para o eletrônico e que a integridade do **documento digitalizado** foi **devidamente conferida de acordo com o físico**, conforme disposto no art. 12, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Certifica-se, ainda que o Processo/Documento Avulso trata-se de:

(x) Documento original;

( ) Cópia autenticada em cartório;

( ) Cópia autenticada administrativamente

( ) Cópia simples.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 22 de agosto de 2022.

NILSON BASILIO SOARES JUNIOR – 2º Sgt
Agente da Administração da SALC/21ª Cia E Cnst

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 129
RUBRICA
21ª Companhia de Engenharia de Construção

LISTAS DE VERIFICAÇÃO PARA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS
(SALVO DE ENGENHARIA E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO)

VOLUME II

PREGÃO Nº 17/2022

NUP: 64411.003711/2022-09

Objeto: Contratação de **serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagem aérea** para a **21ª Cia E Cnst.**

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COMUNS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
1. Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico, nos termos da ON-AGU nº 2/2009?[1]	Sim	01
2. Consta o documento de formalização da demanda, elaborado pelo setor requisitante do serviço, nos termos do modelo do Anexo II, IN SEGES 05/2017?	Sim	03
2.1. A contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelo art. 9º da IN SEGES 05/2017?	Não se aplica	-
2.2 Há manifestação sobre a observância do alinhamento com o Plano Estratégico do órgão ou entidade, quando houver?[2]	Não se aplica	-
2.3. Da solicitação/requisição constam os itens do inciso I do art. 21 da IN/SEGES 5/2017?	Sim	02
2.4. O objeto requisitado está contemplado no Plano de Contratações Anual, de acordo com o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022?[3]	Sim	-

3. Foi instituída Equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente do setor de licitação?[4]	Sim	83-85
4. Foi elaborado e juntado ao processo os Estudos Preliminares, conforme as diretrizes constantes da IN SEGES/MP nº 40/2020? [5] [6]	Sim	04-14
4.1. Os estudos desenvolvidos atenderam a todas as exigências do art. 7º da IN SEGES 40/2020?	Sim	04-14
4.2. A não previsão, nos estudos preliminares, de qualquer dos conteúdos do art. 7º da IN SEGES/ME nº 40/2020 foi devidamente justificada no próprio documento?[7]	Não se aplica	-
4.3. Consta a aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente?[8]	Sim	76
5. Foi elaborado e junto aos autos o Mapa de Riscos previsto no art. 26, §1º, incisos I e II, de acordo com o modelo do anexo IV da IN/SEGES 5/2017?[9] [10]	Sim	15
5.1. O mapa confeccionado atende às exigências do art. 25 da IN/SEGES 5/2017?	Sim	15
5.2. No caso de serviços **com regime de dedicação exclusiva de mão de obra** foi contemplado, no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada?[11]	Não se aplica	-
5.2.1. Optou-se por uma das formas de controle interno previstas no §1º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017 (conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador)?	Não se aplica	-
5.2.2. Justificou a opção na forma do §2º do mesmo artigo 18?	Não se aplica	-
6. O Termo de Referência ou Projeto Básico elaborado pelo setor requisitante baseou-se nos Estudos Técnicos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Diretrizes constantes do Anexo V, da IN 5/2017?[12]	Sim	48-73
6.1. Foram utilizados os modelos de minutas padronizadas de Termo de Referência da Advocacia-Geral da União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V da IN/SEGES 05/2017?	Sim	80
6.1.1. Foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações ou não utilização do modelo de termo de referência da AGU?	Sim	-
7. Foram observadas as orientações dos Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, no que couber?[13]	Sim	-

8. Houve consulta ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", da CGU/AGU, com manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados na contratação?[14]	Sim	-
9. Consta a aprovação do termo de referência ou do projeto básico pela autoridade competente?[15]	Sim	76
10. Constam estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos da IN SEGES/ME nº 73/2020?[16]	Sim	21-47
10.1 Consta manifestação da área técnica com análise dos preços obtidos na pesquisa?[17]	Sim	16-17
10.2 No caso de **serviços com dedicação exclusiva de mão de obra**, consta planilha de formação de preços nos termos do subitem 2.9, "b" do Anexo V da IN SEGES/MP nº 5/2017?	Não se aplica	-
11. Tratando-se de atividade de custeio, foi observado o art. 3º do Decreto 10.193?	Sim	80
12. Consta indicação do recurso orçamentário próprio para a despesa e da respectiva rubrica, caso não seja SRP?[18]	Não se aplica	-
12.1. Se for o caso, consta a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16?[19] [20]	Não se aplica	-
13. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral União?[21]	Sim	80
13.1. Eventuais alterações nos modelos ou sua não utilização foram devidamente justificadas no processo?	Sim	-

LISTA DE VERIFICAÇÃO 2 - ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO PRECEDIDA DE LICITAÇÃO	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
14. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto como sendo serviço comum?[22]	Sim	05-06
14.1 Sendo enquadrado o objeto como serviço comum, foi adotado o pregão?[23]	Sim	78

15. Sendo adotado o pregão, a autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio?[24]	Sim	86-87
15.1. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico?[25]	Não se aplica	-
16. Sendo adotada modalidade de licitação diversa do pregão, consta designação da Comissão de Licitação?[26]	Não se aplica	-
17. Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório?[27]	Sim	74
18. Há minuta de edital?[28]	Sim	101-135
18.1. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos convocatórios da Advocacia-Geral União?[29]	Sim	101-135
18.1.1. Eventuais alterações nos modelos ou a não utilização, foram devidamente justificadas no processo?	Sim	80
18.2. A minuta de contrato ou de instrumento assemelhado constitui anexo à minuta do edital?[30] [31]	Sim	169-174
18.3. Tratando-se de modalidade diversa do pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários está anexo ao edital?[32]	Não se aplica	-
19. Os responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos foram devidamente identificados no processo?[33]	Sim	-

LISTA DE VERIFICAÇÃO 3 - ESPECÍFICA PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
20. Autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto 7.892/2013?	Sim	78
21. Foi realizado procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados?[34]	Sim	189-191
21.1. No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, há justificativa do órgão gerenciador?[35]	Não se aplica	-

21.2. Foram adotadas pelo órgão gerenciador as medidas do §3º do art. 4º do Decreto 7.892/2013?	Sim	-
22. No caso de existir órgãos ou entidades participantes, o órgão gerenciador consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo?[36]	Sim	192-419
23. Foram consolidados os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º do Decreto 7.892/13?[37]	Sim	192-419
24. O órgão gerenciador confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência?[38]	Sim	189-191
25. Foi utilizado o modelo padronizado de ata de registro de preços da Advocacia-Geral da União?[39]	Sim	162-168
25.1. Eventuais alterações no modelo ou sua não utilização foram devidamente justificadas no processo?	Sim	-
26. O Edital permite a adesão a não participantes? (Art. 22 do Decreto nº 7.892/13)	Sim	163
26.1 Houve justificativa para a permissão de futura adesão de interessados não-participantes? (Acórdão nº 757/2015 – Plenário do TCU)	Sim	80
26.2 Havendo possibilidade de adesão, há previsão de quantitativos para máximos por adesão e totais, nos termos do art. 22, §§ 3º, 4º e 4º-A do Decreto nº 7.892/13?	Sim	-
27. A licitação adota o critério de adjudicação por item?	Sim	-
27.1 Caso utilizado critério de adjudicação por preço global de grupo de itens, foi apresentada justificativa?[40]	Não se aplica	-

LISTA DE VERIFICAÇÃO 4 - ESPECÍFICA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO[41]	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)

28. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto dentro das hipóteses do art. 24 da Lei nº 8.666/93 ou de legislação específica pertinente, com indicação expressa do fundamento legal utilizado?[42]	Não se aplica	-
28.1. Nas hipóteses do art. 24, incisos IV e XXXV, houve demonstração da caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, conforme o caso, nos termos do art. 26, parágrafo único, inciso I da Lei nº 8.666/93?	Não se aplica	-
29. Constam dos autos as razões para escolha do executante a ser contratado?	Não se aplica	-
30. Consta dos autos prova: a) de regularidade fiscal federal; b) de regularidade com a Seguridade Social; c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; d) de regularidade trabalhista; e) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7o da Constituição Federal; e f) ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão (artigo 27 e seguintes da Lei 8.666/1993)?[43]	Não se aplica	-
31. Foi juntada aos autos consulta ao CADIN? (art. 6º, III da Lei nº 10.522/02)[44]	Não se aplica	-
32. Houve o reconhecimento da dispensa de licitação e a sua ratificação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, com a publicação do respectivo extrato, no prazo de 5 (cinco) dias?[45]	Não se aplica	-

[1] Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: *"os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."*

[2] art. 1º, inc. III, IN SEGES 05/2017

[3] Obs.1: Atentar para as exceções à obrigatoriedade de registro no Plano anual previstas no art. 7º do Decreto. Considerando que o art. 22 estende a aplicação dos seus termos às contratações do regime da Lei nº 8.666/93, muito embora sejam citados dispositivos da Lei nº 14.133/21, também estão incluídas as contratações enquadradas nos dispositivos correlatos das Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11, onde aplicável.

[4] art. 21, inc. III, IN/SEGES 5/2017

[5] art. 20, art. 24 da IN SEGES/MP nº 5/2017 e IN SEGES/ME nº 40/2020

[6] Obs.1: O art. 8º, I da IN SEGES/ME nº 40/2020 estabelece que é facultada a elaboração dos Estudos Preliminares nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Obs.2: Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão, poderão ser produzidos somente os elementos que não forem estabelecidos como padrão (art. 7º, §3º da IN SEGES/ME nº 40/2020)

[7] art. 7º, §2º, da IN SEGES/ME nº 40/2020

[8] art. 14, inciso II, do Decreto n.º 10.024/19

[9] arts. 20 e 26 da IN/SEGES 5/2017

[10] Obs.: O §2º do artigo 20 da IN 05/2017 estabelece que ficam dispensadas da elaboração do mapa de riscos, na fase de planejamento da contratação, as contratações de serviços cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

[11] art. 18, §1º, IN/SEGES 5/2017

[12] art. 3º, XI do Decreto 10.024/19, art. 27 e 28, §2º, IN/SEGES 05/2017

[13] art. 29, IN/SEGES 05/2017

[14] IN SLTI/MP nº 1/2010, art. 5º

[15] art. 14, II, do Decreto 10.024/19; art. 7º, §2º, I da Lei 8.666/93

[16] art. 3º, III, da Lei 10.520/02, art. 3º, XI, "a", "2" do Decreto 10.024/19, arts. 15, V e §1º, e art. 43, IV, da Lei 8.666/93.

[17] art. 3º e art. 6º, §3º, da IN 73/2020

[18] art. 8º, IV, do Decreto 10.024/19 e arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei 8.666/93

[19] ON/AGU 52/2014

[20] Obs. 1: ON AGU 52: *"As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000."*

[21] Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017

[22] ON AGU nº 54/2014: *Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.*

[23] art. 1º da Lei 10.520/02; art. 1º do Decreto 10.024/2019

[24] art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei 10.520/02, art. 8º, VI do Decreto 10.024/19

[25] art. 1º, §4º do Decreto 10.024/2019

[26] art. 38, III, da Lei 8.666/93

[27] art. 38, caput, da Lei 8.666/93 e art. 8º, V do Decreto nº 10.024/19

[28] art. 4º, III, da Lei 10.520/02, art. 8º, VII do Decreto nº 10.024/19 e art. 40 da Lei 8.666/93

[29] Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017

[30] art. 40, §2º, III, da Lei 8.666/93

[31] Obs. 1: se a Administração Pública desejar substituir o contrato por outros instrumentos hábeis na forma do art. 62 da Lei 8.666/93, deverá justificar a decisão.

[32] art. 40 , §2º, II, da Lei 8.666/93

[33] art. 21, VI, da IN CONJUNTA MP/CGU 01/2016

[34] art. 4º e 5º, I, do Decreto 7.892/13

[35] art. 4º, §1º, do Decreto 7.892/13

[36] art. 5º, II, do Decreto 7.892/13

[37] art. 5º, IV, do Decreto 7.892/13

[38] art. 5º, V, do Decreto 7.892/13

[39] Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas

[40] Atentar para a recomendação do TCU, emanada no acórdão 2037/2019-Plenário, nos seguintes termos:
9.6. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte que, em reforço ao constante do item 9.3 do Acórdão 757/2015-Plenário, oriente suas unidades sobre a necessidade de sempre avaliar os seguintes aspectos em processos envolvendo pregões para registro de preços: [...]
9.6.3. obrigatoriedade da adjudicação por item como regra geral, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a seleção das propostas mais vantajosas, sendo a adjudicação por preço global medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de incompatível com a aquisição futura por itens - arts. 3º, § 1º, inciso I, 15, inciso IV, e 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, e Acórdãos 529, 1.592, 1.913, 2.695 e 2.796/2013, todos do Plenário.

[41] OBS: Nos termos da Orientação Normativa AGU nº 46, de 26/02/2014, a manifestação jurídica nas contratações diretas pelo pequeno valor (fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93) é dispensável quando inexistir dúvida jurídica e forem usadas minutas padronizadas (como as minutas da AGU).

[42] OBS 1: Orientação Normativa AGU n. 12, de 01/04/2009: *Não se dispensa licitação, com fundamento nos incs. V e VII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, caso a licitação fracassada ou deserta tenha sido realizada na modalidade convite.*
OBS 2: Orientação Normativa n. 13, de 01/04/2009*: empresa pública ou sociedade de economia mista que exerça atividade econômica não se enquadra como órgão ou entidade que integra a administração pública, para os fins de dispensa de licitação com fundamento no inc. VIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993.*
OBS 3: Orientação Normativa n. 14, de 01/04/2009: *Os contratos firmados com as fundações de apoio com base na dispensa de licitação prevista no inc. XIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, devem estar diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo vedadas a subcontratação; a contratação de serviços contínuos ou de manutenção; e a contratação de serviços destinados a atender as necessidades permanentes da instituição.*

[43] OBS: A consulta deve ser feita nos seguintes endereços:
a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS);
OBS 2: Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

[44] OBS: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.

[45] OBS: Registre-se que a Orientação Normativa AGU n. 33, de 13/12/2011, dispensa a publicação do extrato contratual caso seja publicado o ato de autorização/ratificação da contratação direta.
OBS 2: Nos termos da Orientação Normativa AGU n. 34, de 13/12/2011, as contratações diretas fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 dispensam inclusive a publicação do ato que autoriza/ratifica a contratação direta, sem prejuízo de outros meios de publicidade do ato.

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 429
RUBRICA
21ª Companhia de Engenharia de Construção

OFÍCIO Nº 8/2022 – SALC/21ª Cia E Cnst

São Gabriel da Cachoeira/AM, 26 de agosto de 2022.

Ao(À) Ilmo(a). Senhor(a)
FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO
Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas
Av. Tefé, nº 611 – Ed. José Higino de Sousa Netto – Bairro: Praça 14

Assunto: Análise Jurídica.

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito para análise jurídica, de acordo com o **parágrafo único, do art. 38 da Lei n. 8.666/93** c/c art. 11 da Lei Complementar n. 73, de 1993, conforme o seguinte formulário para tramitação:

DATA LIMITE: 09/09/22	TERMO ADITIVO, SE FOR O CASO: DATA LIMITE: FLS:
e-mail: **21cia.salc@gmail.com.br**	Telefone: (97) 3471 1366
NUP: **64411.003711/2022-09**	Nº de volumes: 1 (um)
Valor: **11.150.606,19 (Onze milhões, cento e cinquenta mil, seiscentos e seis reais e dezenove centavos)**	Modalidade: **Pregão Eletrônico SRP**
Prazo: **12 meses**	Sigla do Órgão: **21ª Cia E Cnst**
Data de abertura do processo: **22/08/2022**	
MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? (**X**) SIM ( ) NÃO	
Qual o modelo utilizado: Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União **Edital** modelo para Pregão Eletrônico: **Serviços não contínuos** **Atualização: Fevereiro/2022** Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União	

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: **Serviços Não Continuados** **Atualização Junho/2021** Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União **Ata** de Registro de Preços – **Serviços Não-Continuados** **Atualização: Dezembro/2019** Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União **Termo de Contrato** - Modelo para Pregão Eletrônico: **Serviços Não-Continuados** **Atualização: Julho/2020**
Houve alteração? (**X**) SIM ( ) NÃO
Houve acréscimos e supressões na minuta do Edital, Termo de Referência, Ata e Contrato

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO			
Assunto/Objeto: **SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, CANCELAMENTO DE PASSAGEM, REEMBOLSO E REPASSE DE PASSAGEM AÉREA PARA A 21ª CIA E CNST.**			
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA: (marque de acordo com os conceitos a seguir)			
AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado, ainda que a aquisição seja o meio necessário à execução direta de outra atividade ou empreendimento do órgão licitante.		**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.	
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.		**PATRIMÔNIO** - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.	

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 431
RUBRICA
21ª Companhia de Engenharia de Construção

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	**X**	**RESIDUAL** - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.	
CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.			
OBSERVAÇÃO: **Solicito verificar a possibilidade de analisar o processo em um prazo de até 10 (dez) dias, visto que temos uma necessidade urgente para a utilização desse serviço de passagem aérea.**			

RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO – Tenente Coronel
Ordenador de Despesas 21ª Cia E Cnst